



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA E TERRITÓRIO  
(PPGCULT)**

**LAYLSON MOTA MACHADO**

**“A BEIRA DO RIO É O NOSSO LUGAR”: OS EFEITOS DA USINA  
HIDRELÉTRICA DE ESTREITO (MA) E A VIDA RIBEIRINHA NO  
ACAMPAMENTO CORAGEM EM PALMEIRAS DO TOCANTINS (TO)**

**ARAGUAÍNA (TO)  
2020**

LAYLSON MOTA MACHADO

**“A BEIRA DO RIO É O NOSSO LUGAR”: OS EFEITOS DA USINA  
HIDRELÉTRICA DE ESTREITO (MA) E A VIDA RIBEIRINHA NO  
ACAMPAMENTO CORAGEM EM PALMEIRAS DO TOCANTINS (TO)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCuT), da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Araguaína, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Estudos de Cultura e Território.

**Linha de Pesquisa:** Natureza, Poder e Territorialidades.

**Orientador:** Prof. Dr. Airton Sieben

ARAGUAÍNA (TO)  
2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

M149" Machado, Laylson Mota.

"A beira do rio é o nosso lugar": os efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) e a vida ribeirinha no Acampamento Coragem em Palmeiras do Tocantins (TO). / Laylson Mota Machado. – Araguaína, TO, 2020.

138 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Estudo de Cultura e Território, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Ailton Sieben

1. Desterritorialização. 2. Lugar. 3. Barragem. 4. Comunidade Ribeirinha. I. Título

**CDD 306**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

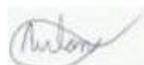
LAYLSON MOTA MACHADO

**“A BEIRA DO RIO É O NOSSO LUGAR”: OS EFEITOS DA USINA  
HIDRELÉTRICA DE ESTREITO (MA) E A VIDA RIBEIRINHA NO  
ACAMPAMENTO CORAGEM EM PALMEIRAS DO TOCANTINS (TO)**

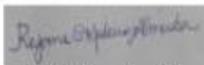
Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT), da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Araguaína. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Estudos de Cultura e Território e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 22/06/2020

Banca Examinadora



Prof. Dr. Airton Sieben (Orientador), UFT



Profa. Dra. Rejane Cleide Medeiros de Almeida (Examinadora), UFT



Profa. Dra. Vanda Maria Leite Pantoja (Examinadora externa), UFMA

À minha madrinha, Maria José, *in memoriam*, pelo apoio incondicional e inspiração de luta pelos sonhos e objetivos que pretendo alcançar na vida, o mestrado teve um início dolorido com a sua partida, mas a sua força me motivou a continuar.

À Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem e a todos/as atingidos/as pela UHE de Estreito, pela receptividade e confiança a este estudo, espero ter tratado de forma responsável e ética as suas histórias de vida que também me inspiram a resistir ante os percalços da vida.

E a você leitor (a) que de alguma forma encontrou este trabalho, espero que você aprenda muito com ele, que essa seja uma oportunidade de conhecimento e que as narrativas dos Acampados/as lhes sirva de inspiração.

## AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho se deu através de muito esforço e dedicação durante dois anos, e carrega em si a contribuição e colaborações em várias escalas, a partir disso, não poderia deixar de agradecer às instituições, órgãos, pessoas, amigos, familiares e colaboradores pelo apoio durante essa caminhada.

À minha universidade pública e de qualidade, Universidade Federal do Tocantins (UFT), que há sete anos contribui para minha formação pessoal e acadêmica e continua a me apoiar em mais um degrau de ascensão profissional.

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCuT), pela oferta do curso de mestrado, em especial, à coordenadora do programa, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kênia Gonçalves, e à secretária do programa, Adriana Freire, pelos esclarecimentos em todos os momentos que necessitei.

Ao Laboratório de Cartografia e Estudos de Território (LCET), que me acolheu nesses dois anos como espaço de estudo e escrita, e, no decorrer do processo, tornou-se um lugar de construção de conhecimentos.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES), pela oferta da bolsa de Demanda Social, que foi a responsável para que eu pudesse trilhar mais essa etapa acadêmica, e que possibilitou a minha participação integral nesta pesquisa. Em tempos de cortes e ameaças à educação, permanecer bolsista durante esses dois anos foi uma vitória.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Airton Sieben, gostaria de expressar minha gratidão utilizando das palavras de Henry Adams: *“Um mestre afeta a eternidade; ele nunca saberá onde sua influência vai”*. Agradeço pelas inúmeras formas com que contribuiu para a realização deste trabalho, sejam pelas constantes orientações, aprendizados em sala de aula, e confiança na realização do Estágio de Docência, quando pude lhe acompanhar como colega de profissão na ministração da disciplina de Geografia da População. Meu respeito, admiração e reconhecimento que esses dois anos puderam construir na minha formação, o que abarca influência para uma vida toda.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanda Pantoja, por ter aceito o convite em participar da banca de qualificação e defesa, pelo seu olhar antropológico que tanto contribuiu para o aprimoramento deste trabalho.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rejane Medeiros, pela participação na banca de qualificação e defesa, e por ter contribuído não só com seu olhar atento e respeitoso para a melhoria desse estudo,

como também pela inspiração profissional e contribuição generosa ao meu crescimento acadêmico.

A todos/as os/as professores/as que compõem o Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, pelos saberes compartilhados durante a trajetória no mestrado, em especial aos professores/as Dernival Venâncio, Rosária Nakashima, Olivia Medeiros, Airton Sieben, Rejane Medeiros, Kênia Gonçalves e aos professores Gercilane Pereira (PPGDire) e Vera Lúcia Caixeta (ProfHistória) que contribuíram, através das suas aulas, para a minha formação acadêmica.

Aos moradores da Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem, de maneira especial, pela colaboração e receptividade a este trabalho, e pelo acolhimento durante esses anos de pesquisa, esse trabalho não seria possível sem as suas contribuições. Gratidão por confiarem suas histórias de vida a este pesquisador que tanto aprendeu com suas trajetórias de luta e resistência.

À minha família, em especial à minha madrinha, Maria José (*in memoriam*), que partiu dolorosamente quando eu estava no primeiro semestre do mestrado, a sua força e inspiração de vida me motivaram a continuar nesse caminho que por vezes achei ser impossível para mim. À minha mãe, Betânia, e minha tia, Tânia, professoras da família Mota, pela inspiração e motivação a trilhar os caminhos da docência, e pela força em acreditar que a educação é a melhor ferramenta de emancipação humana.

À IV turma do PPGCult, pelas trocas de conhecimentos durante esses anos, e pela afetividade e apoio que se construíram, em especial àqueles que estiveram perto nas dores e delícias vivenciadas no mestrado: Adilson, Cleyton, Kerlly, Nathana, João Antônio, Paloma, Leila, Rosália, Madson, Elaine, Helenita e Camila. E às minhas amigas, Carina Torres, que percorreu esse caminho incerto junto comigo, obrigado pela força durante essa trajetória, Mariane Lucena, pelo apoio, contribuições e trocas de conhecimentos, e pela amizade que se consolidou durante esse processo.

Às amigas que continuam intactas com o decorrer dos anos e que, desde o processo seletivo, foram apoio incondicional no ingresso ao mestrado, em especial, Janeide e Marcia, pelas leituras atentas que contribuíram para a construção desta dissertação. E a todos/as os/as amigos/as que estiveram comigo direta e indiretamente, mas que são agentes impulsionadores desse sonho.

Ao regente da minha vida, combustível de fé para percorrer os caminhos que para mim eram inimagináveis, obrigado, Deus, pelo fôlego de vida e presença constante em todos os momentos de minha vida.

*Ele acorda antes do sol,  
Para mais uma jornada;  
Isca, rede, anzol;  
A tralha toda arrumada...*

*Toma o café matinal,  
Faz a primeira oração;  
O rio é seu quintal,  
E a pesca, profissão!*

*Motor do bote ligado,  
Rasgando águas turvas;  
Se perdendo no traçado,  
Desenhado pelas curvas...*

*Seguindo pelo leito,  
Da bela estrada molhada;  
Com a esperança no peito,  
E a fatura aguardada...*

*O medo dos temporais,  
Velhas histórias engraçadas;  
Contadas na beira do cais,  
Rendendo boas risadas!*

*Vai, ribeirinho...  
Para onde quer que rume!  
Trilha teu caminho...  
Atrás de mais um cardume!  
(Ribeirinho - O Eldoradense).*

## RESUMO

O modelo energético brasileiro constitui-se a partir da produção de energia gerada pelas usinas hidrelétricas, para promover a economia nacional. A construção desses empreendimentos tem causado efeitos irreversíveis ao meio ambiente social e aos povos e comunidades tradicionais, causando mudanças no meio social, cultural e econômico de inúmeras populações que sofreram com os efeitos da desterritorialização. Tais empreendimentos são os eixos basilares de fomento do Estado e dos empreendedores que propagam o discurso desenvolvimentista e do progresso, destacando que a implantação das barragens surgem para o desenvolvimento da nação. A Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE) é destaque entre estes empreendimentos que surgiram com a proposta impulsionadora da economia nacional. Sua construção teve início em 2007 e, desde essa época, vem causando efeitos irreversíveis às populações atingidas, dentre as quais destaca-se a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem que foi desterritorializada com o advento da usina. Trata-se de um grupo de pescadores/as que atualmente ocupam um território em Palmeiras do Tocantins (TO) como forma de reivindicação dos direitos negados pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE). A comunidade é composta por trinta e seis famílias, tendo aproximadamente cem acampados, que atualmente disputam judicialmente a terra que hoje ocupam, lutando contra os empreendedores da usina. Esta pesquisa se desdobrou em investigar quais as percepções dos moradores do Acampamento Coragem em relação aos efeitos do empreendimento da UHE de Estreito sobre a sua comunidade. O objetivo geral deste estudo foi analisar os efeitos e conflitos em torno da UHE de Estreito na comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem. Para alcançar tais objetivos, percorreu-se o caminho metodológico da pesquisa qualitativa, com uso da história oral de vida, permeando a percepção fenomenológica como escopo de discussão desse estudo, assim como aplicação de roteiro de entrevistas a 12 famílias entre julho e setembro de 2019 com 40 questões que questionavam sobre: identificação e história dos moradores; memória do lugar; impactos da UHEE, processo de desapropriação e perspectivas dos atingidos e impactos socioespaciais no Acampamento Coragem. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram a observação participante realizada na comunidade e mapeamento social do território ocupado, o que contribuiu para a elaboração de uma pesquisa interdisciplinar. Diante disso, evidencia-se nas práticas realizadas pelos moradores da comunidade que, desde a instalação da usina, essa população tem se manifestado contra o empreendimento e lutado pelos direitos que foram violados pelos empreendedores. Destacamos a cultura ribeirinha como um modo de resistência, seja pelos direitos, pela ocupação, pelo plantar, produzir, criar e colher que são culturalmente formas de continuar exercendo suas práticas profissionais. Enfatizamos como a comunidade tem sofrido com os efeitos na produção pesqueira que decaiu drasticamente em razão da construção da usina, evidenciando as formas que a barragem, mesmo após sua construção, ainda gera efeitos às populações atingidas.

**Palavras - Chave:** Desterritorialização. Lugar. Barragem. Comunidade Ribeirinha. Rio.

## ABSTRACT

The energy production generated by the hydroelectric plants constitutes the Brazilian energetic model to promote the national economy. The construction of those achievements has occasioned irreversible effects on the social environment, peoples and traditional communities, causing some changes in the social, cultural, and economic ambiance of innumerable populations that suffer the deterritorialization effects. Those achievements are the fundamental axes of the State promotion and the entrepreneurs that divulge the developmental and progressive discourse that points out that the implantation of dams emerges for the development of the country. Estreito Hydroelectric Plant (UHEE) is a distinction between those projects that emerge with the impulse of the national economy. It was built in 2007 and since that, it is causing irreversible effects to the affected populations such as the riverine community of Acampamento Coragem that with the emergence of the plant, was deterritorialized. Fishermen/fisherwomen form a group that, nowadays, occupy territory in Palmeiras do Tocantins (TO) as a form of claiming its denied rights by Consórcio Estreito Energia (CESTE). The community is compound by thirty-six families, having one hundred camped that are disputing judicially the land that occupies today, struggling against the entrepreneurs of the plant. This research aims to investigate the perceptions of Acampamento Coragem inhabitants in relation to the effects of the UHE of Estreito achievement on its community. The main object of this study was to analyze the effects and conflicts according to UHE de Estreito in the riverine community of Acampamento Coragem. For achieving those objectives was employed the qualitative inquiry as methodology using oral life history, permeating the phenomenology perception as focus of the discussion study. In addition, there was the application of some interviews to 12 families between July and September 2019. They had 40 questions about identification and history of inhabitants, memory of the place, UHEE impact, perspectives and expropriation process and socio-spatial impact of the affected people of Acampamento Coragem. The data instruments were the participant observation in the community and social mapping of the occupied territory, which contributed to the elaboration of interdisciplinary research. Before that, the practices made by the inhabitants of the community evidence that, since the installation of the plant, the population has been against that project and struggled for the rights that the entrepreneurs violated. We point out the riverine culture as a resistance mode either because the rights, occupation, planting, producing and collecting that are cultural ways of continuing their professional practices. We emphasize the community suffering from the effects in fish production that drastically decayed because of the plant building, which evidences the ways that the dam still generates effects on the affected population after its building.

**Keywords:** Deterritorialization. Place. Dam. Riverine Community. River

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> – Localização da área de estudo .....	23
<b>Mapa 2</b> – O Acampamento Coragem: o lugar da pesquisa .....	26

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Relação dos Entrevistados.....	44
--	----

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

<b>Fotografia 1</b> – Os portos de acesso ao acampamento.....	30
<b>Fotografia 2</b> – Área de Preservação Permanente demarcada no acampamento.....	77
<b>Fotografia 3</b> – Deslocamento dos barracões no Acampamento Coragem .....	79
<b>Fotografia 4</b> – A produção dos acampados .....	91
<b>Fotografia 5</b> – Derrubada dos barracões do antigo território .....	96
<b>Fotografia 6</b> – A beira do rio: a pesca no reservatório .....	101
<b>Fotografia 7</b> – Início da cartografia social .....	108
<b>Fotografia 8</b> – Mapeando o Acampamento .....	109

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Ilustração 1</b> - Mapeamento Social do Acampamento Coragem .....	111
--	-----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
ANA	Agência Nacional de Água
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APP	Área de Preservação Permanente
CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CESTE	Consórcio Estreito Energia
CNEC Engenharia S.A.	Empresa Responsável pelo EIA/Rima da UHE de Estreito
COOPERATINS	Cooperativa de Pescadores e Piscicultores do Médio Tocantins
EIA/Rima	Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental
ELETOBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S/A
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE	Instituto de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LI	Licença de Instalação
LO	Licença de Operação
MA	Maranhão
MAB	Movimentos dos Atingidos por Barragens
Mwh	Megawatts hora
NATURATINS	Instituto de Natureza do Tocantins
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBA	Projeto Básico Ambiental
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S.A.
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins
SISEMA	Sistema Estadual do Meio Ambiente
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TO	Tocantins
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UHEE	Usina Hidrelétrica de Estreito

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
1 O ACAMPAMENTO CORAGEM E A TRAJETÓRIA DA PESQUISA.....	19
1.1 A pesquisa interdisciplinar .....	20
1.2 Localização da área de estudo .....	22
1.3 O Acampamento Coragem: o lugar da pesquisa.....	26
1.4 Procedimentos metodológicos .....	32
1.5 A História Oral e os caminhos da pesquisa .....	35
1.6 A trajetória na pesquisa: percepções entre pesquisador e pesquisados .....	39
1.7 Procedimentos e etapas da pesquisa .....	42
2 O ESTADO E O EMPREENDEDOR: A SITUAÇÃO DOS ACAMPADOS.....	47
2.1 O modelo Energético Brasileiro: breve histórico .....	48
2.2 A Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE): reflexões sociais.....	53
2.3 O Estado e o empreendedor: os atingidos e os efeitos da UHEE .....	59
2.4 Desterritorializados do Desenvolvimento: o capitalismo e as hidrelétricas .....	64
2.5 O Movimento político e educativo no Acampamento: a atuação do MAB.....	71
2.6 Área de Preservação Permanente (APP): quem pode fazer o uso da natureza? ..	75
3 O TERRITÓRIO E A CULTURA: O LUGAR DOS/AS ATINGIDOS/AS .....	82
3.1 O Território e o lugar dos Acampados .....	83
3.2 A Cultura e a identidade no Acampamento Coragem .....	87
3.3 T.D.R: os deslocamentos compulsórios dos acampados .....	94
3.4 “A beira do rio é o nosso lugar”: memória e percepções do lugar .....	98
3.5 Os impactos na produção pesqueira .....	104
3.6 Cartografando o território: o mapeamento da comunidade ribeirinha.....	107
3.7 Narrativas e resistências na luta pela terra.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	117
REFERÊNCIAS .....	122
ANEXO I – Aprovação do Projeto de Pesquisa (CEP/UFT) .....	127
APÊNDICE I – Roteiro de Entrevistas.....	131
APÊNDICE II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	135

## INTRODUÇÃO

A construção de usinas hidrelétricas tem crescido cada vez mais com o passar dos anos, pautando-se no modelo energético brasileiro que constitui-se a partir da produção de energia gerada pelas barragens, para promover a economia nacional que estava defasada no período das décadas de 60 e 70, em decorrência da crise do petróleo.

A política energética brasileira impulsionou-se, destacando o papel do Estado que é fundamental na sustentação e governabilidade de uma nação. Entre seus eixos de administração está a proposta de impulsionar a economia nacional. Dentro desse recorte histórico surge, junto da crise do petróleo, a implantação das usinas hidrelétricas no país.

Por ter muitos rios de planalto, o Brasil tornou-se um agente impulsionador na construção de barragens, partindo de uma proposta capitalista de promover o desenvolvimento da economia nacional. Entretanto, cabe destacar que tais visões de desenvolvimento partem de uma lógica capitalista, priorizando o desenvolvimento do capital, advindo do lucro imediato que o modelo energético brasileiro buscou propiciar com a construção das barragens.

Estes empreendimentos causam efeitos para as comunidades tradicionais e a natureza. Entre as inúmeras usinas hidrelétricas instaladas no Brasil, a barragem de Estreito, instalada em 2010, impactou a vida de um número significativo de povos e comunidades tradicionais, deslocando inúmeros pescadores/as, vazanteiros/as, ribeirinhos/as e agricultores/as, que têm seus modos de subsistência voltados para o uso da terra e do rio.

A Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE) surge com uma proposta desenvolvimentista de promover a economia nacional na região do Sul do estado do Maranhão e parte do norte do estado do Tocantins. A cidade na qual o empreendimento está implantada não tinha capacidade alguma para receber tamanho projeto, isso causou efeitos socioculturais não só nas comunidades, como na região em geral. Entretanto, como foco de pesquisa, trataremos especificamente nas formas com que a UHE de Estreito, desde sua instalação até atualmente, tem agredido a vida destes povos tradicionais.

Através disso, buscamos destacar os efeitos da UHEE apresentando as formas como a barragem impactou econômica, social, política e culturalmente os modos de vida das populações ribeirinhas, em específico da Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem. Utilizamos esta categoria respeitando a forma com que os interlocutores deste estudo se identificam, nesse caso como ribeirinhos.

Essa população foi impactada pela UHE de Estreito que tem sido operada pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE), responsável social e ambiental da operacionalização da barragem, caracterizando-se pela confraria de empresas nacionais e multinacionais que administram a usina, sendo elas: Engie do Brasil Energia, Vale, Alcoa e InterCement.

A construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE) teve início no ano de 2007 e está localizada na divisa entre o estado do Maranhão e do Tocantins. Trata-se de um megaempreendimento implantado que surgiu com a proposta de trazer desenvolvimento à região, ao gerar “energia limpa” e com isso, contribuir para o crescimento econômico do país.

A barragem impactou 12 municípios da área que a usina abrange: Carolina e Estreito, no estado do Maranhão, Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra de Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins no estado do Tocantins, alagando uma área de 400 km<sup>2</sup>.

Desde sua instalação, muitas foram as reivindicações contra a barragem. Em algumas delas, os moradores do Acampamento Coragem estavam presentes, junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), reivindicando os direitos dos povos do campo, das águas e das florestas. Além da comunidade estudada, outras categorias sociais atingidas lutaram e lutam pelos seus direitos, como as comunidades indígenas, quilombolas, pescadores e ribeirinhos. Apesar de toda a relutância das populações tradicionais, a barragem teve sua construção efetivada, afetando a vida de milhares de pessoas.

As hidrelétricas são tidas como projetos de desenvolvimento e são responsáveis pelo empobrecimento de milhares de pessoas. Tal fator ocorre em razão da construção das usinas hidrelétricas, pois, ao desapropriarem os moradores das terras que serão alagadas, estes são instalados em locais que podem ser totalmente diferentes de onde eles habitavam, além dos inúmeros deslocamentos de populações que sequer são remanejadas em outras localidades.

As construções destas usinas acabam por gerar a desterritorialização das famílias, que, muitas vezes, são forçadas a saírem de suas terras sob o aparato do Estado, como o caso dos ribeirinhos que atualmente moram no Acampamento Coragem. Esse projeto de desenvolvimento chega ao conhecimento dessas famílias como algo que trará o progresso para a cidade em que vivem e trazer melhorias, o que de fato não ocorre, como bem destacam os acampados que até hoje enfrentam os efeitos que a barragem ocasionou aos seus modos de vida.

Para compreensão e debate acerca dos seus direitos, o MAB atua como forma de reivindicar os direitos dos atingidos e promover o debate acerca destes projetos de desenvolvimento que têm sido reproduzidos a cada nova usina que se instala. A forma como

esse movimento social discute sobre os direitos dos atingidos ocorre em razão dos atingidos não terem seus direitos garantidos.

Os atingidos por barragens são apontados como refugiados do desenvolvimento, dado por pessoas que sofreram deslocamentos obrigatórios, sendo esses motivados por obras como de infraestrutura. O discurso de desenvolvimento ocasionado com a implementação das usinas hidrelétricas é a forma com que os empreendedores se utilizam para justificar a idealização e construção destas. Apropriando-se desse discurso, existe a justificativa de que a usina hidrelétrica é necessária por ser uma das fontes de energia mais utilizadas no país e por seu grande potencial hidrelétrico.

A área de estudo se deu por inúmeras questões, inicialmente destaca-se o fato de eu ser impactado indiretamente pelo empreendimento da UHEE, sendo cidadão estreitense e tendo acompanhado todo o processo de implementação da barragem na cidade, o que ocasionou em questionamentos e indagações acerca de quais benfeitorias o empreendimento de reconhecimento nacional estaria trazendo ao ser construído numa região do interior do estado do Maranhão. A partir disso e com o contato com o meio acadêmico, surgiram as preocupações em compreender para onde foram e de que forma viviam as populações que foram deslocadas pela barragem.

Por meio do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Tocantins (UFT) campus de Tocantinópolis, e da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi que adentrei no campo de pesquisa da presente investigação, o qual proporcionou inúmeros questionamentos que abarcaram problematizações para além da monografia. Diante disso, a presente dissertação surge para sanar questões que foram encontradas ainda no período de graduação deste pesquisador.

Este estudo é sobre a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem e traz uma análise sobre os efeitos, conflitos e percepções que estão atrelados à construção da UHEE. A pesquisa aborda os efeitos ocasionados com a instalação da barragem e todo o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização sofridos pela comunidade ribeirinha. Esta comunidade, ao ser desterritorializada do local em que vivia, ocupou a terra do CESTE que se encontra na margem esquerda do lago da UHE, localizado no município de Palmeiras do Tocantins (TO).

A identidade cultural destes povos tradicionais sofre agressivamente alterações em seus modos de vida, devido a vinda das barragens que tanto impactam na vida dos ribeirinhos. Assim, o tema desta pesquisa foi definido como, “A beira do rio é o nosso lugar: os efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) e a vida ribeirinha no Acampamento Coragem em

Palmeiras do Tocantins (TO)”, tendo como problematização: quais as percepções dos moradores do Acampamento Coragem em relação aos efeitos do empreendimento da UHE de Estreito sobre a sua comunidade?

O objetivo geral é analisar os efeitos e conflitos em torno da UHE de Estreito na comunidade ribeirinha, dando ênfase aos atingidos do Acampamento Coragem. Os objetivos específicos são: Descrever a trajetória da pesquisa e os caminhos metodológicos que abarcaram este estudo; Investigar a atuação do Estado e do empreendedor na construção da UHE de Estreito; Compreender a percepção dos atingidos do Acampamento Coragem em relação aos processos de desterritorialização e reterritorialização.

A pesquisa mobiliza, em seu processo de análise e interpretação de dados, saberes relacionados à cultura e identidade (HALL, 2014; WAGNER, 2017) e aos processos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (TDR) (HAESBAERT, 2016; 2017) e (SAQUET, 2007). O território e o lugar são abordados com base nos pensamentos de Raffestin (1993) e Tuan (1983; 2012).

A metodologia utilizada partiu da pesquisa qualitativa, com uso da História Oral de vida, assim como da observação participante, do roteiro de entrevistas e do mapeamento social realizado na comunidade. Utilizou-se também da fenomenologia como percepção, que são partes dos eixos centrais deste estudo. Nesse sentido, a pesquisa construiu-se através de uma perspectiva interdisciplinar, buscando contribuições de diferentes áreas do conhecimento, como a Geografia, a Antropologia, a História, a Sociologia e a Filosofia.

O roteiro de entrevista (Apêndice I) é composto por 40 questões, tendo sido aplicado a 12 (doze) famílias do acampamento, compondo da amostra total de 36 (trinta e seis) famílias. O critério de escolha das famílias ocorreu em consenso com a comunidade, tendo em vista que trata-se da quantidade de famílias que de fato moram no acampamento, com exceção de uma das moradoras que não se dispôs a fazer parte desse estudo, seguindo os pressupostos apontados pelo Comitê de Ética. A presente investigação teve a aprovação do CEP, para que por meio disso, pudéssemos dar continuidade aos estudos propostos.

Portanto, são 13 (treze) famílias moradoras no acampamento e as 23 (vinte e três) famílias restantes que não foram entrevistadas compõem o grupo que não pode morar no acampamento por razões pessoais e ausência de políticas públicas, e, por isso, acabam indo para a comunidade apenas nos finais de semana. Todas as famílias são associadas da colônia de pescadores da cidade de Estreito e as entrevistas foram realizadas entre julho e setembro do ano de 2019.

O mapeamento social foi realizado pela própria comunidade, tendo ocorrido no dia 12 de dezembro de 2019, com o intuito de mapear o território ocupado, destacando as representações territoriais que a própria comunidade descreve sobre a terra ocupada.

O trabalho está estruturado em três capítulos, atendendo a cada um dos três objetivos, buscando fazer uma abordagem teórico-metodológica com base nas observações, anotações e dados coletados em campo que respaldam esta investigação. Há destaque também para os caminhos metodológicos, para a atuação do Estado ante a implantação de Usinas Hidrelétricas, bem como para os efeitos sofridos pela comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem.

O Capítulo 1 refere-se à trajetória da pesquisa. Para isso, buscou-se destacar qual o campo de pesquisa e quem são as pessoas investigadas neste estudo, ou seja, quais os caminhos percorridos para realização desta investigação a fim de encontrar as formas de alcançar os objetivos propostos.

Neste capítulo, apresenta-se a pesquisa interdisciplinar como perspectiva de estudo, a localização da área na qual se situa a investigação, os procedimentos metodológicos, as trajetórias da pesquisa e as percepções entre pesquisador e pesquisados, assim como os procedimentos e etapas deste estudo.

O Capítulo 2 discorre sobre a atuação do Estado diante da promoção da construção de barragens, mostrando como o empreendedor atuou nas licitações para implementação da barragem de Estreito, qual o papel do CESTE na administração do empreendimento e como ele tem impactado a vida das comunidades tradicionais, em específico a dos acampados presentes nesta pesquisa.

Este capítulo mostra um breve histórico do modelo energético brasileiro e seus efeitos às comunidades tradicionais, trazendo reflexões sociais acerca da construção da UHEE e todo o processo de negociação para sua instalação na região, destacando o papel do Estado e do empreendedor e os efeitos para a população atingida. Refletiu-se também sobre o papel desterritorializador das barragens e sua promessa de desenvolvimento, como trouxe o papel político e educativo do MAB ante as demandas e lutas contra as barragens. Por fim, destacamos a forma com que a Área de Preservação Permanente (APP) pauta-se numa lógica intocada de preservação da natureza, trazendo as discussões sobre quem pode fazer o uso da natureza, tendo em vista que a área demarcada só abarca as comunidades ribeirinhas.

No Capítulo 3, discorreremos sobre o campo da pesquisa, abordando os processos de desterritorialização e reterritorialização que os acampados vêm sofrendo em decorrência da barragem de Estreito. Da mesma forma que enfatiza a cultura e o lugar dos pescadores/as e

ribeirinhos/as destacando que a cultura de subsistência destes povos tem relações intrínsecas com a terra e o rio.

Neste capítulo, destacam-se os processos de desterritorialização sofridos pelos moradores do Acampamento Coragem, as formas com que atualmente buscam se reterritorializar neste território de disputa e a cultura relacionada à forma com que o próprio homem a compõe, destacando os acampados como sujeitos criadores de cultura, da mesma forma que aborda as múltiplas identidades e os processos que esses deslocamentos indenitários impactaram na vida desta população. Além disso, tratamos da memória do lugar, e os afetos e lembranças que os acampados têm em relação ao território alagado, as formas de subsistência da época anterior à barragem e como esses processos fazem com que estes acampados busquem fixar novas territorialidades na terra que hoje ocupam.

Diante disso, podemos destacar que os objetivos e problemáticas presentes neste estudo trouxeram as contribuições dos moradores do acampamento, o que comprova, a partir de suas narrativas, os efeitos irreversíveis que a barragem tem causado em seus modos de vida, mesmo após oito anos de sua instalação o empreendimento ainda afeta a vida dos pescadores que buscam resistir no território que hoje ocupam.

Cabe ressaltar que o lugar sociologicamente representado pelo pescador é a beira do rio, conforme destaque no título deste trabalho. As margens do rio sempre foram o local de pesca e de estadia dos pescadores que viveram pescando e plantando vazante “no beiradão do Tocantins”. A partir disso, podemos evidenciar como a desterritorialização destes lugares ocasionou formas de vida que impactam econômica e culturalmente a profissão desta comunidade.

## **1 O ACAMPAMENTO CORAGEM E A TRAJETÓRIA DA PESQUISA**

No presente capítulo, pretende-se caracterizar, localizar a área de estudo, descrever os aspectos teórico-metodológicos que embasaram a pesquisa, respaldando as indagações levantadas neste trabalho, assim como descrever os procedimentos e técnicas empregadas para a construção do conhecimento.

Inicialmente, apresentamos a perspectiva interdisciplinar de pesquisa, tendo em vista nosso cunho de discussão que pauta-se no diálogo de diversas áreas do conhecimento, trazendo as contribuições da Geografia, Sociologia, Antropologia, História e Filosofia, que subsidiaram a discussão teórica deste estudo.

Para tanto, foi necessária uma descrição geográfica, histórica e cultural da área de estudo, para destacar a importância do território e da identidade dos moradores do Acampamento Coragem atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE). Com base nos dados de campo, apresentamos o lugar da pesquisa, nesse caso, a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, enfatizando a formação e luta da comunidade pela terra ocupada.

A trajetória deste trabalho foi denominada de caminhos da pesquisa, que se basearam na pesquisa qualitativa, com uso da história oral. A história oral subsidiou a descrição acerca dos efeitos da UHEE e das lutas enfrentadas pelos atingidos do Acampamento Coragem ante os conflitos causados pela barragem de Estreito.

Os procedimentos e técnicas de pesquisa responsáveis pelo desenvolvimento deste estudo foram a história oral de vida, observação participante, roteiro de entrevistas, e mapeamento social realizado na comunidade. Essas técnicas foram construídas seguindo os caminhos da pesquisa, a fim de obter informações para a construção de argumentos para a elaboração desta dissertação.

Os caminhos da pesquisa foram fatores primordiais para a construção do conhecimento científico. Por meio disso, fez-se uma discussão teórico-metodológica sobre o método e a sua relação com a metodologia e o campo de estudo, assim como a percepção entre pesquisador e pesquisados, o que contribuiu para a discussão sobre o lugar de fala na trajetória deste estudo. Por fim, este capítulo destaca as etapas e procedimentos que subsidiaram a construção deste trabalho. De forma mais ampla, a percepção fenomenológica e as observações colhidas em campo são os eixos centrais desta pesquisa, que busca priorizar as percepções dos moradores da comunidade ribeirinha.

### 1.1 A pesquisa interdisciplinar

O presente estudo parte de uma proposta interdisciplinar de pesquisa, promovendo o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento, buscando, através disso, romper com a hierarquia dos saberes. Os estudos interdisciplinares têm sido destaque nos debates acerca da construção de novas dimensões da produção do saber, e partem do pressuposto de não somente articular com os diversos ramos do saber, mas construir novos espaços de investigações (POMBO, 2006).

De acordo com Pombo (2006), “A interdisciplinaridade traduz-se na constante emergência de novas disciplinas que não são mais do que a estabilização institucional e epistemológica de rotinas de cruzamento de disciplinas” (p. 210). Nesse sentido, esta pesquisa objetiva abordar diferentes correntes do saber para melhor fundamentação teórica. Para isso, utiliza-se do diálogo entre a Geografia, História, Antropologia, Sociologia e Filosofia para a construção de uma proposta interdisciplinar de pesquisa, pois “A pesquisa interdisciplinar somente torna-se possível onde várias disciplinas se reúnem a partir de um mesmo objeto [...]” (FAZENDA, 2008, p. 22).

Há inquietação cada vez mais ampla, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas, e, por outro lado, realidades ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetários (MORIN, 2018, p. 13).

O romper da hierarquia dos saberes é pautado pelo autor como uma proposta de quebra dos saberes fragmentados, em que, disciplinarmente, os conhecimentos estão subdivididos em suas áreas de atuação, e a promoção do ensino perpassa uma série de problemas em razão do compartimento e incapacidade de articulação dos divergentes saberes.

[...] os conhecimentos fragmentados só servem para usos técnicos. Não conseguem conjugar-se para alimentar um pensamento capaz de considerar a situação humana no âmago da vida, na terra, no mundo, e de enfrentar os grandes desafios de nossa época. Não conseguimos integrar nossos conhecimentos para a condução de nossas vidas. Daí o sentido da segunda parte da frase de Eliot: ‘Onde está a sabedoria que perdemos no conhecimento?’ (MORIN, 2018, p. 17).

Através disso, o pensamento complexo pautado pelo autor surge justamente da problematização acerca do romper com as hierarquias do saber, pelo fato de que “A reforma do ensino deve levar à reforma do pensamento, e a reforma do pensamento deve levar à reforma do ensino” (MORIN, 2018, p. 20).

Morin (2018) destaca que o significado de cabeça bem-feita se dá na não acumulação de saberes, mas na disposição em tratar e colocar os problemas em discussão, como também, formas de organizar e interligar os diferentes saberes, buscando sentido, pois “Uma cabeça

bem-feita é uma cabeça apta a organizar os conhecimentos e, com isso, evitar sua acumulação estéril” (MORIN, 2018, p. 24).

A disciplina é uma categoria organizadora dentro do conhecimento científico; ela institui a divisão e especialização do trabalho e responde à diversidade das áreas que as ciências abrangem. Embora inserida em um conjunto mais amplo, uma disciplina tende naturalmente à autonomia pela delimitação das fronteiras, da linguagem em que ela se constitui, das técnicas que é levada a elaborar e utilizar e, eventualmente, pelas teorias que lhes são próprias (MORIN, 2018, p. 105).

Seguir uma proposta de pesquisa que rompa com a forma pela qual tradicionalmente o conhecimento tem sido promulgado, acarreta numa série de indagações. Conforme mencionado pelo autor, a disciplina é categoricamente organizada no campo do conhecimento científico, entretanto, a mesma delimita-se às fronteiras e teorias de sua própria área. Pombo (2006) destaca a forma com que as diferentes áreas do conhecimento podem contribuir para um diálogo interdisciplinar.

As disciplinas distinguem-se umas das outras, em parte por razões históricas e de controvérsia administrativa [...] e em parte porque as teorias que construímos para solucionar os nossos problemas têm tendência a desenvolver-se sob a forma de sistemas unificados (POMBO, 2006, p. 323).

Nessa perspectiva, a disciplina hierarquiza os saberes e as formas com que são promovidos, a forma com que a solução dos problemas encontrados nos debates sobre o saber científico se dá num sistema unificado, não se pensando numa pluralidade das diversas áreas do conhecimento. A partir deste viés, problematiza-se sobre como a interdisciplinaridade surge como uma proposta unificadora dos saberes e que seu debate, embora seja atual, tem conquistado espaço no campo acadêmico, pelo fato de se pensar numa pluralidade dos saberes e não encaixotá-los, como ocorre desde os primórdios.

Devemos “ecologizar” as disciplinas, isto é, levar em conta tudo que lhes é contextual, inclusive as condições culturais e sociais, ou seja, ver em que meio elas nascem, levantam problemas, ficam esclerosadas e transformam-se. É necessário também “metadisciplinar”; o termo “meta” significando ultrapassar e conservar. Não se pode demolir o que as disciplinas criaram; não se pode romper todo o fechamento: há o problema da disciplina, o problema da ciência, bem como o problema da vida; é preciso que uma disciplina seja, ao mesmo tempo, aberta e fechada (MORIN, 2018, p. 115).

Nesse sentido, para se pensar em interdisciplinaridade é necessário que se trabalhe com o fechamento e a abertura que as disciplinas propõem, pois não se pode excluir aquilo que as disciplinas construíram, o que se deve fazer, conforme apontado pelo autor, é promover a abertura das disciplinas levando em consideração aquilo que já foi construído por ela.

Para tanto, “[...] cada disciplina precisa ser analisada não apenas no lugar que ocupa ou que ocuparia na grade, mas nos saberes que contemplam, nos conceitos enunciados e no movimento que esses saberes engendram [...]” (FAZENDA, 2008, p. 18) e, através disso, promover novas formas epistemológicas e fronteiras existentes na construção do conhecimento.

De acordo com os fatos mencionados, a interdisciplinaridade, em sua essência e em sua problematização formadora, situa-se, nessa investigação, no intuito de promover o diálogo das diversas áreas dos saberes. Trazendo um debate voltado para as áreas de estudos em Cultura e Território, abarcando as disciplinas de Antropologia, Geografia, História, Sociologia, Filosofia, dentre outras que contribuíram para a construção deste estudo.

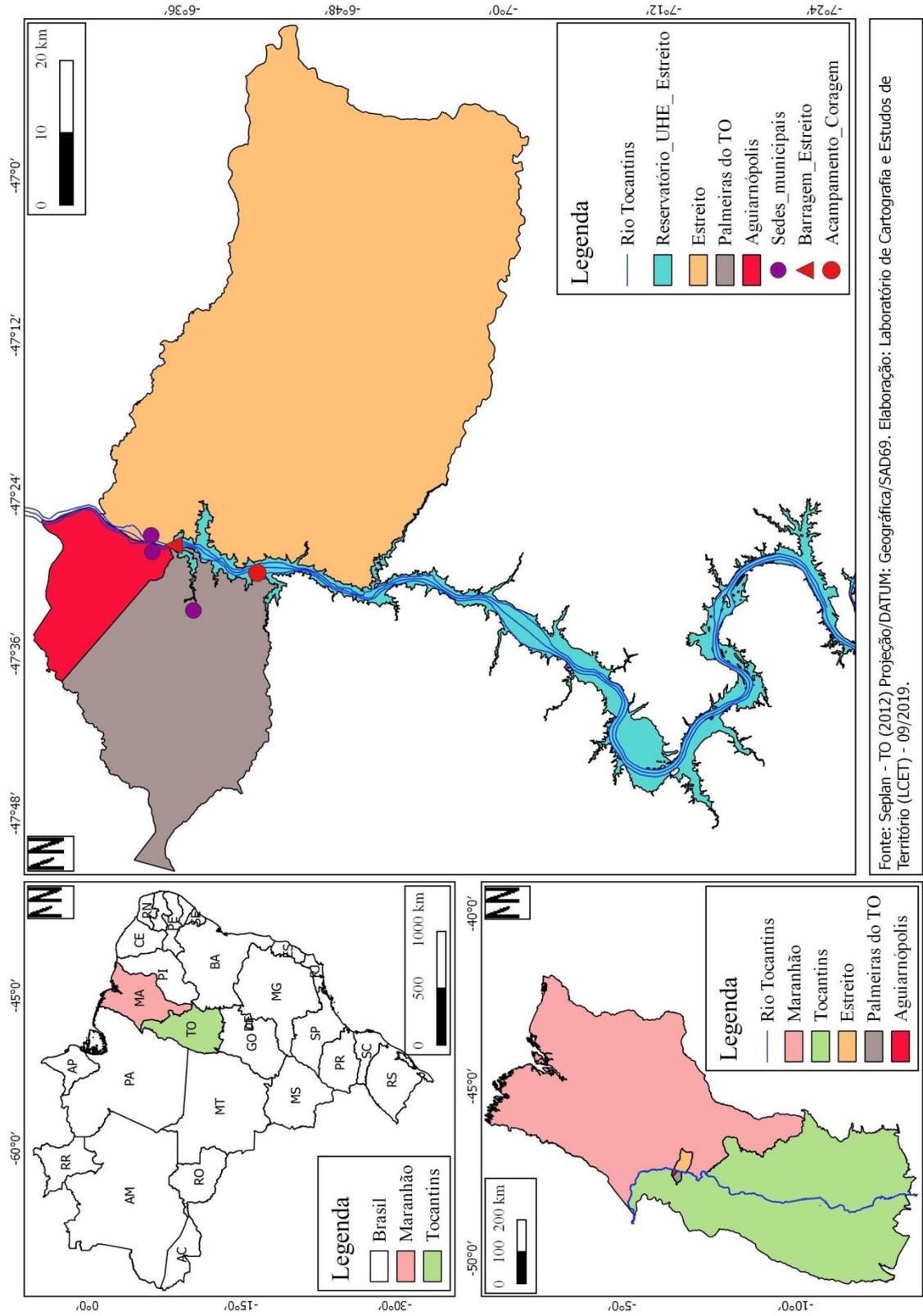
Portanto, o objetivo desta seção foi destacar a interdisciplinaridade como formadora de pesquisas que rompem com as propostas hierárquicas do conhecimento científico. Partindo desse viés, buscou-se elucidar brevemente como a proposta desse estudo se constituiu e as indagações que perpassam o seu debate, trazendo as contribuições de Morin (2018), Pombo (2006) e Fazenda (2008).

## **1.2 Localização da área de estudo**

Segundo o IBGE (2017), a população estimada de Palmeiras do Tocantins é de 6.570 pessoas. O município está localizado a 484km da capital Palmas, tendo a área territorial de 747,898km<sup>2</sup>, sendo coberto pelo bioma cerrado, e suas coordenadas geográficas de latitude S 06°06’45” e longitude O 47°32’45”. A cidade de Palmeiras do Tocantins localiza-se na região Norte do estado do Tocantins.

Conforme apresentado no Mapa 1, a localização da área de estudo é o município de Palmeiras do Tocantins, ficando próximo à cidade sede em que o empreendimento está instalado, e próxima da barragem de Estreito, destacando-se a comunidade pesquisada. Como é possível observar, a comunidade instala-se às margens do rio, por isso se caracteriza como comunidade ribeirinha e a resistência e luta pela terra se dá justamente pelo fato de procurarem um território que esteja às margens do lago/rio, para que, através disso, possam continuar com suas atividades de subsistência.

Mapa 1 – Localização da área de estudo



Fonte: SEPLAN – TO (2012) Org. Machado (Setembro/2019).

Nesse sentido, o presente estudo trata-se de abarcar uma comunidade migrante que, desde a instalação da barragem de Estreito na região, tem sofrido com os deslocamentos compulsórios ocasionados pelo grande empreendimento. Com isso, conforme apresentado no mapa, os moradores do acampamento perpassam trajetórias entre os dois estados nos quais o empreendimento se instalou, buscando resistir na permanência no território.

O mapa 1 destaca a área de estudo no contexto do Brasil, posteriormente mostrando os dois estados impactados pela barragem e, em seguida, ilustrando as três cidades que abarcam esta investigação: a cidade de Estreito, sede da usina e município da maioria dos interlocutores desta pesquisa, os quais, há quatro anos, migram para o acampamento da cidade de Palmeiras do Tocantins, e a cidade de Aguiarnópolis onde se localiza o vertedouro da usina.

Consta nos anuais da época do Império, que em 1854, aqui já se encontrava Inácio Bezerra Costa a partir dessa era até 1934, apenas a tradição transmitida oralmente de geração a geração aponta raros habitantes, embrenhados nas matas, à margem esquerda do Rio Tocantins, sem contudo termos dados concretos a respeito de sua existências. Já em meados de 1935, vindo do estado do Maranhão, José Pereira Lima, atraído pela fama da cidade da Boa Vista do Padre João, chegou ao atual município de Mosquito, á época pertencente a Tocantinópolis, paulatinamente, foram chegando a essa região a procura de moradias, Pedro da Silva Aguiar fundador da fazenda São Pedro dos Matões; Frederico Lopes Figueiredo, da fazenda Brejão, João do Binga, desbravador das Fazendas Livramento e São Salvador, Francisco Costa da Fazenda Cocalino e José Dias Soares da fazenda Santa Luzia (TOCANTINS, 2017, p. 08).

Palmeiras do Tocantins surgiu a partir da ocupação de fazendeiros na região que, anteriormente, era conhecida como Mosquito. Logo em seguida, formaram-se residências simples, cobertas por palhas, instaladas nas proximidades de uma feira livre que ficava a 9km do rio Tocantins e à margem esquerda do ribeirão Mosquito, a 12km do município de Estreito, no Maranhão. “Em 1958, [...] o seu leito embora primário de cascalho já começava a ser utilizado para vias de acesso, essa estrada dividia ao meio, esse povoado que já começava a irradiar progresso e gerar riquezas” (TOCANTINS, 2017, p. 08).

Em 1962, o ex-Governador Mauro Borges, deu início a uma estrada, partindo do ponto do cruzamento de Belém-Brasília com o povoado Mosquito, interligando Nazaré, Lagoa de São Bento e Cachoeirinha, através da transamazônica. O povoado de Mosquito florescia, mercadorias industrializadas vinham de Belém do Pará e de Goiânia, era grande o intercâmbio comercial dessa localidade. Com o desenvolvimento da BR - 153 levando progresso foi mudando o regime de vida simples que aqueles sertanejos, levavam e devagar foi nascendo desejo de separação para adquirir independência econômica, devido a contato com o Sul (TOCANTINS, 2017, p. 08).

A partir disso, por volta de 1960, buscam-se formas de transformar o povoado de Mosquito em município, o que acaba não ocorrendo. Apenas com a promulgação da

Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, criou-se “[...]o estado do Tocantins, pela Assembleia Estadual do Tocantins, criando também o município de Mosquito, o qual foi desmembrado e emancipado do município de Tocantinópolis, pela Lei nº 251, de 20 de fevereiro de 1991” (TOCANTINS, 2017, p. 08). O município foi fundado em 05 de outubro de 1989, tendo sido instalado em 1º de janeiro de 1993.

O município de Palmeiras do Tocantins está entre os dez municípios do estado do Tocantins que foram impactados pela Usina Hidrelétrica de Estreito, “Este possui terras com aptidão agrícola e viável para pecuária, com um potencial hídrico grande, banhado por rios de médio e pequeno porte como o rio Tocantins, o rio Mosquito, o rio Croata e o rio Curicaca” (MARQUES e BRITO, 2014, p. 02).

As principais atividades econômicas deste município estão voltadas para a agropecuária, como a plantação de arroz, milho, feijão e a criação de bovinos e suínos, mais recentemente destaca-se a criação de aves, como frangos. O rio destaca-se por ser o local que a população utiliza para a realização de suas práticas e atividades profissionais, conforme destacam Marques e Brito (2014, p. 02) que são ligadas “[...] ao uso da água para irrigação, assim como para necessidades básicas como lavar roupas, pescar e banhar. O rio margeia várias fazendas e fica próximo a vários assentamentos como o Santa Luzia”.

Segundo Marques e Brito (2014), o município é formado por uma grande parte de palmeiras, sendo o babaçu especificamente a espécie mais encontrada na fonte baixa do rio Mosquito. Os babaçuais são marcados por valores sociais, culturais e econômicos, pois constituem a principal fonte de renda para a população pobre.

Utilizando toda a sua matéria-prima, seja para a fabricação de artesanatos, carvão, temperos, óleos, farinha ou sabão, essa palmeira é aproveitada quase que por inteira, “Em Palmeiras é possível observar tais práticas são desenvolvidas por um pequeno grupo composto de duas a três famílias de quebradeira de coco, pessoas de baixa renda e que tem nos babaçuais uma forma de complementar sua renda” (MARQUES e BRITO, 2014, p. 07).

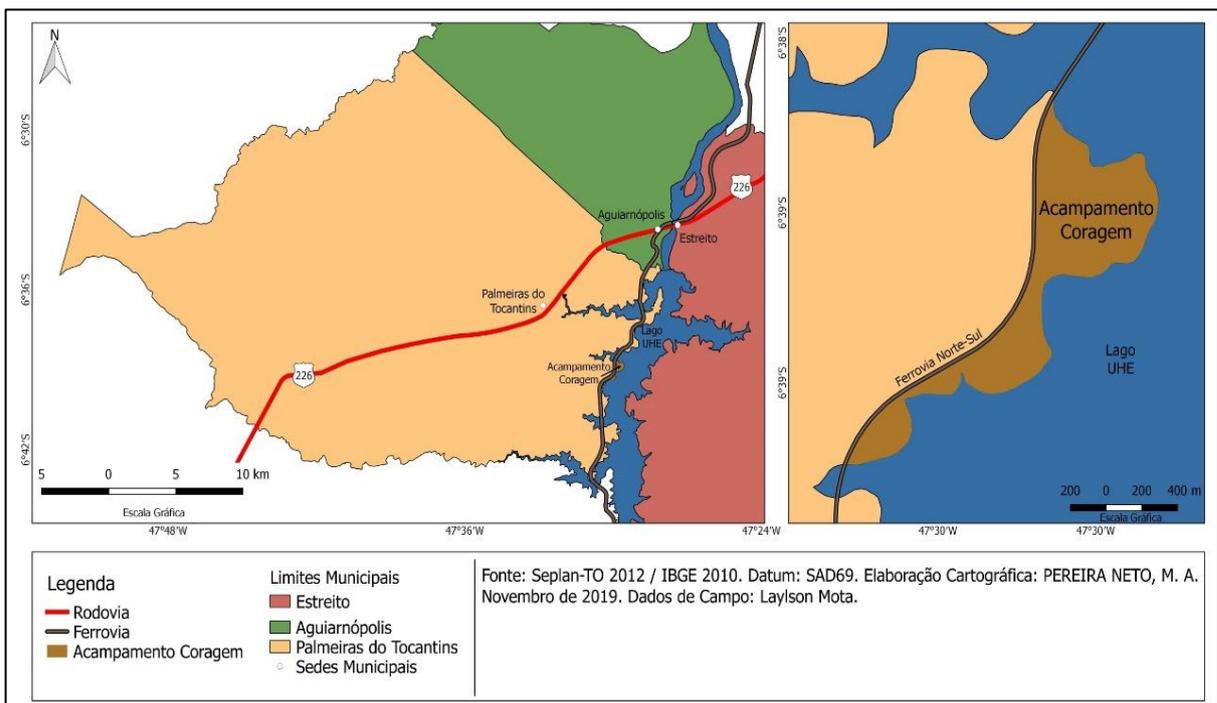
Em decorrência dessas atividades na cidade, “[...] é possível observar uma harmonia entre a população e a natureza, resultante do fato de ser uma cidade pequena e, principalmente, pela falta de projetos e investimento local” (MARQUES e BRITO, 2014, p. 07). Através disso, destacamos este município como área do presente estudo, em razão do município de Palmeiras do Tocantins ser o lugar onde se encontra o Acampamento Coragem, sendo o local em que os atingidos buscam fixar suas novas territorialidades.

### 1.3 O Acampamento Coragem: o lugar da pesquisa

O Acampamento<sup>1</sup> Coragem localiza-se no município de Palmeiras do Tocantins (TO), que fica a, aproximadamente, 13 km do município de Estreito (MA), onde a UHEE está instalada. Este território é composto por um grupo de pescadores/as e ribeirinhos/as que utilizam a terra para continuarem exercendo suas atividades profissionais. Os/as moradores/as da comunidade atingidos pela UHEE, sendo a maioria associados à Colônia de Pescadores Z37 da cidade de Estreito e que, em decorrência da instalação da barragem e dos efeitos sofridos com a construção do empreendimento, passaram a migrar buscando formas de exercerem suas atividades profissionais.

O acampamento, conforme o Mapa 2, localiza-se no município vizinho à cidade em que a sede da barragem se instalou. Como pode ser observado, este território perpassa a beira do lago da UHE, e classifica-se por ser uma terra de posse do consórcio.

**Mapa 2 – O Acampamento Coragem: o lugar da pesquisa**



Fonte: SEPLAN – TO (IBGE, 2010. Org. Pereira Neto, 11/2019).

<sup>1</sup> De acordo com Fernandes (2012, p. 23) “Acampamento é um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia”. De acordo com essa concepção que associa-se os motivos da população em estudo de se territorializar em um acampamento, cabe ressaltar que estão em luta pelo assentamento desse território, que o caracterizam como ocupantes, só serão considerados assentados após a legalização da terra que hoje acampam.

O mapa 2 ilustra a localização do Acampamento Coragem, perpassando os limites da Ferrovia Norte-Sul, no município de Palmeiras do Tocantins. Distante da sede da usina, a cidade de Estreito, no Maranhão, aproximadamente 13km pelo trajeto da rodovia BR-226. Nas proximidades do território em estudo, situam-se as três cidades que abarcadas na presente investigação, sendo elas: Palmeiras do Tocantins, o local que se situa a terra ocupada; a cidade de Estreito, de onde fazem suas trajetórias para o acampamento e percursos pesqueiro; e a cidade de Aguiarnópolis, onde encontra-se o vertedouro da barragem.

Este lugar é ocupado por um grupo de pescadores/as que foram atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito, tendo no entorno de 36 (trinta e seis) famílias acampadas neste território, totalizando, aproximadamente, 100 (cem) ocupantes. A formação do acampamento surgiu assim, conforme destaca a moradora da comunidade:

Eu já tava por aqui meu fii, arranchada por aqui. Ai eu vi a história, o Manel falando desse Acampamento Coragem ai... eu já tava aqui já. Começou assim, nois acampemo ali perto da barragem, fez um acampamento ali perto da barragem, ficamo lá arranchado naquele lugar. Ai eles fizeram lá um documento lá, o Cirineu mais o pessoal lá da barragem inventaram lá uma história, até tem esse documento ainda. Eles foram lá dizer pra nois que era pra se considerar acampado já, sabe?! Eles disseram que ia arrumar o lugar pra nois, disse que era pra considerar acampado esse povo que tava ali naquele lugar. Mas até o dia de hoje ninguém foi atrás de nois arrumando uma terra, um lugar pra nois ficar, tá entendendo? Nois sempre tinha que ficar no rio né, que nois somos pescador, não ia pra uma terra muito longe do rio. Mas eles mermu nunca foi arrumar nada pra nois não. Nois viemo sozim mermu, por conta (M.S.M, 55 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

Conforme a narrativa da acampada, a formação do Acampamento Coragem surgiu por meio de reivindicações e resistências. A população que hoje ocupa o território, desde a instalação da barragem, tem se manifestado em prol dos direitos que foram violados pelo empreendimento. Tais manifestações ocorreram desde o acampamento em frente à barragem (que durou cerca de um ano e oito meses), juntamente com o MAB e outras comunidades atingidas pela UHEE que acamparam reivindicando os direitos do pescador.

Após saírem desse acampamento, os atingidos buscaram continuar lutando. A ocupação<sup>2</sup> ao lado da barragem foi outra manifestação em que a comunidade que hoje ocupa o acampamento estava presente. Neste acampamento passaram cerca de dois dias, até serem expulsos pelo CESTE, com a promessa de que seriam realocados em outra terra. Segundo o

---

<sup>2</sup> Utilizamos ocupação de acordo com a denominação de Fernandes (2000, p. 62), que define ocupação como “parte de um movimento de resistência a esses processos, na defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, a geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania”.

relato dos moradores, foi nessa época que se assinou um documento comprovando que eles estavam na condição de acampados e, por esse motivo, o consórcio devia uma terra para eles.

No entanto, como não foram realocados em outra terra, como o CESTE havia prometido, os moradores resolveram ocupar uma terra da União. A ocupação é datada de outubro de 2015, quando, conjuntamente, reivindicavam seus direitos e, com o apoio do MAB, passaram a ocupar esta terra como luta pelos direitos negados e resistência acerca da procura por continuar a viver seus modos de vida. É importante lembrar que esta população sobrevive da pesca e da agricultura.

A escolha da terra que hoje ocupam, se deu pelo fato de estarem sempre em suas rotas de pesca o trajeto pelo lago. Avistaram a terra desocupada e, a partir daí, alguns pescadores decidiram ocupá-la. Segundo relato de um pescador: “Surgiu assim, porque nois tava pescando ai subindo pra cima, ai sempre um daqueles pescador mais velho que nem o Raul, foi o Raul que falou: “Oia aquela área do Curicaca até a Cachoeirinha é da União. Ali é do governo” (C.B.N, 59 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019). Após descobrirem que a terra era de posse do governo, os pescadores decidiram fazer a ocupação e, a partir disso, migraram para esse território que ocupam há cerca de quatro anos.

Vale destacar que o princípio da ocupação parte da uma gama de reivindicações, seja pelo direito aos modos de vida, à pesca e inúmeros outros que foram violados com a construção da barragem, mas, sobretudo, está relacionado à condição de acampados que o próprio consórcio, na ocupação ao lado da barragem, lhes considerou. Aos ser descumprida a promessa de concessão de terra, os moradores decidiram ocupar esta terra para a garantia do direito de acampado.

A maioria dos moradores do Acampamento Coragem são naturais da cidade de Estreito (MA) e, em razão da sua profissão e por questões de subsistência<sup>3</sup>, fazem uso da ocupação deste território que se situa no município de Palmeiras do Tocantins. Todos estão acampados às margens do lago da usina.

O acesso ao acampamento se dá por meio de vias fluviais com dois pontos de acesso a este território, sendo um deles o porto da Cooperativa, que fica a aproximadamente 23 minutos da cidade de Estreito. Entretanto, o acesso a este se dá por meio do transporte em

---

<sup>3</sup> Segundo Nierdele e Wesz Júnior (2018), a agricultura de subsistência é socialmente denominada de ordem doméstica, que trata-se da produção do que é socialmente necessário para a reprodução física e social do trabalhador e de sua família. Organizando-se através do combinado de vários cultivos agrícolas, tais como: roçados, pomares, criação de animais, extrativismo caça e pesca.

caminhonetes e vans disponibilizadas pelo consórcio, que foi uma das medidas compensatórias que o empreendimento deu aos atingidos: o transporte ao novo porto de pesca.

Os trajetos realizados para conseguirem ter acesso ao porto da Cooperativa e a distância encontrada por eles ao acesso ao lago, são duas das inúmeras dificuldades relatadas pelos moradores do acampamento. Ao serem questionados sobre as maiores dificuldades em morar no acampamento, a dependência do próprio empreendedor que como medida compensatória utiliza os transportes para levarem os pescadores até o porto, é destaque em suas narrativas como uma das grandes dificuldades enfrentadas por eles, conforme destaca a pescadora: “Porque antigamente nois não dependia de carro, nois só dependia de nossas perna. Era só descer pro rio e pegar nosso barco, e hoje não, você tem que ter a hora certa de você sair da sua casa, pra pegar o carro pra poder pegar o barco, senão você não vem” (G.P.S, 58 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

Nesse sentido, os/as pescadores/as acabam dependendo do empreendedor para continuarem realizando suas práticas culturais, tendo em vista que, para conseguirem ir ao acampamento, eles dependem do transporte disponibilizado pela empresa.

Através disso, podemos pensar que as dificuldades em resistir e ocupar um território em disputa perpassam inúmeras questões, sobretudo a forma com que o próprio empreendedor invade a vida dos ribeirinhos, alterando seu acesso ao rio, pois, como destacado pela pescadora, o antigo porto da colônia era próximo de suas moradias e de fácil acesso e não dependiam de transporte como hoje. A vida do pescador é alterada na forma de pescar, de sobreviver e no contato que ele atualmente tem com o próprio rio. O acesso ao acampamento por vias fluviais é também relatado na forma difícil e nos gastos que a comunidade tem para realizar os trajetos do acampamento para a cidade.

A maior dificuldade que tem pra morar lá é os gastos que nois tem pra ficar pra lá. Porque é um terreno que até agora nois não tem acesso, nois tem a maior dificuldade porque lá só pode chegar por água, nois tem um impedimento ai na frente os fazendeiro lá que discrimina a gente, acha que a gente é uma pessoa de má conduta né, como invasor que eles fala. Então isso pra nois é uma dificuldade, pra nois tá lá é uma das maiores dificuldade, não poder ir e chegar e sair a hora que quer né. Porque se nois tivesse acesso de carro ir lá. Por isso nois termina gastando muito (J.P.C, 61 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/09/2019).

Com isso, o acesso à comunidade só é possível através da travessia do lago. No relato do pescador, destacam-se a estrada e a energia como outros fatores preponderantes que dificultam seu modo de vida. O fazendeiro que mora ao lado e não permite o acesso por meio do município de Palmeiras do Tocantins, acaba dificultando no acesso à educação, saúde e

segurança, tendo em vista, para os moradores puderem obter essas políticas públicas, é necessário estar sempre indo à cidade, seja para cuidados com a saúde, levar os filhos à escola e demais políticas públicas que só serão possíveis de se ter no acampamento quando a terra for conquistada.

A Fotografia 1 destaca os dois portos de acesso ao acampamento. Na primeira foto, destacamos o ponto de melhor acesso ao território, mas, de maior distância da cidade de Estreito, tendo aproximadamente 20km de distância do município ao local utilizado pelos moradores do Acampamento que se deslocam através de transportes particulares, como motos, carros, ou por meio de caronas. Cabe ressaltar que este é o porto de melhor acesso, pois a distância no percurso pelo lago é menor, em comparação com o trajeto percorrido do porto da cooperativa, que dura cerca de 45 minutos de voadeira<sup>4</sup>.

**Fotografia 1** – Os portos de acesso ao acampamento



Fonte: Machado (Julho/2019).

---

<sup>4</sup> É um barco de pequeno porte utilizado pela maioria dos moradores do Acampamento Coragem e que se destaca pela sua rapidez no trajeto percorrido no rio e no reservatório.

Na segunda imagem da Fotografia 1, encontra-se o Porto da Cooperativa, construído pelo empreendimento em compensação ao porto que ficava próximo da colônia e que foi alagado. Os barcos, canoas e voadeiras ficam ancorados neste porto, e a venda do pescado ocorre justamente neste local. A maioria dos moradores do acampamento utilizam este ponto para acesso ao rio e ao território que vivem, enfrentando dificuldades na demora pelo transporte disponibilizado pelo CESTE e na dependência deste transporte para poder circular livremente pelo rio.

Dentre as incursões no campo, todos os trajetos feitos ocorreram por meio do acesso fluvial, utilizando dos dois portos para se chegar ao acampamento, tendo em vista que o trajeto terrestre localiza-se no município de Palmeiras do Tocantins. Porém, essa estrada foi impedida por um fazendeiro que mora ao lado e possui terras vizinhas ao acampamento, por isso não disponibiliza o ingresso dos pescadores pela estrada que é utilizada por ele.

Segundo alguns moradores, este fazendeiro só deixará a estrada livre para acesso caso consigam legalmente a posse da terra onde hoje estão. Aqui, destacamos a dominação do espaço feita por este fazendeiro que não corrobora com a ocupação dos atingidos. Nesse sentido, e com base nas observações *in loco*, o fazendeiro tem o interesse pela terra em que hoje se situa o Acampamento. Caso os acampados venham a perder a disputa, o CESTE venderia a terra para o então fazendeiro vizinho. Portanto, a dominação do espaço e resistência em permitir o acesso dos acampados à cidade de Palmeiras do Tocantins explica-se por questões de apropriação da terra.

Machado (2017) destaca o estudo sobre esta comunidade nos anos de 2017 e 2018. Em suas observações, o autor discorre sobre o processo de ocupação e dos impactos que a comunidade tem enfrentado desde a instalação da barragem. Cabe ressaltar que, em sua pesquisa, o autor enfoca como o total do grupo de pesquisados (48 famílias) tem resistido desde 2015 ao processo de disputa pela terra.

Atualmente, o acampamento é formado por 36 (trinte e seis) famílias, tendo o número total de aproximadamente cem acampados. Dessa forma, destaca-se como os processos de resistência perpassam por uma série de efeitos que a própria comunidade irá passar e se adaptar aos entraves que surgirão no processo de luta. Em comparação aos estudos de Machado (2017), com relação à população acampada hoje, são doze o números de famílias que não estão mais acampadas neste território. Cabe destacar que dois dos moradores faleceram, e os demais, em razão do demorar da decisão judicial, e também das incertezas que o processo de luta pelo território pode vir a trazer, decidiram retornar para suas residências na cidade.

É importante frisar que, entre estes trinta e seis moradores, existem diferentes realidades acerca de como se ocupa a terra, sendo que treze do número total moram no Acampamento, os outros vinte e três, por questões particulares e pessoais, não podem de fato morar na terra, dada a inexistência de políticas públicas, escola, saúde, entre outros fatores que fazem com que esses outros moradores possam frequentar o acampamento só nos finais de semana.

Por meio disso, destaca-se que, nos processos pela conquista de terras, os próprios membros da comunidade sofrem uma série de embates e conflitos, ocasionados pelo fato de a disputa judicial se estender por anos, e, a partir dos interesses de cada um e da resistência que vêm tendo com o passar dos anos, relaciona-se com o decréscimo no número de acampados, de 2017 aos dias atuais.

#### **1.4 Procedimentos metodológicos**

A pesquisa, de acordo com Marconi e Lakatos (2010), é utilizada por procedimentos reflexivos, que busca um caráter científico e se baseia na busca do conhecimento sobre a realidade estudada ou a compreensão de verdades parciais. Segundo as autoras, não há ciência sem o uso de métodos científicos, pois “[...] o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo [...] traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista” (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 65).

Desse modo, destaca-se a importância da metodologia na produção científica. Entretanto, como destaca Severino (2007), a compreensão da ciência não se dá simplesmente na aplicabilidade de métodos e técnicas de pesquisa. Ela precisa, antes de tudo, ser epistemologicamente justificada e se sustentar através da metodologia que é utilizada, pois “[...] a ciência é sempre o enlace de uma malha teórica com dados empíricos, é sempre uma articulação do lógico com o real, do teórico com o empírico, do ideal com o real” (SEVERINO, 2007, p. 100).

Através disso, o presente estudo pauta-se seguindo os princípios epistemológicos na produção de ciência, seguindo a metodologia, os métodos e técnicas que irão compor a malha teórica desta pesquisa. Os princípios metodológicos deste estudo baseiam-se na metodologia de pesquisa qualitativa, em razão da sua relevância para área de estudo, por se tratar de um “[...] universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MYNAIO, 1994, p. 21).

Observa-se que o método qualitativo existe para melhor compreensão e discussão sobre o tema em questão, em razão de que os fenômenos sociais não se quantificam, e de que a abordagem qualitativa melhor se aprofunda acerca das ações e relações humanas.

Por se tratar de um estudo sobre a percepção de uma comunidade tradicional acerca dos efeitos sofridos com a construção de um grande empreendimento, faz-se uso da percepção fenomenológica, tendo em vista que “[...] busca compreender o que determinado fenômeno significa e como ele é experienciado” (BICUDO, 2011, p. 49). A fenomenologia busca descrever o fenômeno de acordo como o mesmo se deixa conhecer, partindo de uma descrição de como as coisas se manifestam por si só, objetivando, com isso, uma descrição das experiências vividas e dos significados que as mesmas têm para os sujeitos que as vivenciam (CAPALBO, 2008; SADALA, 2004).

De acordo com Sadala (2004), a fenomenologia se divide em três passos, sendo eles: a descrição fenomenológica; a redução do fenômeno; e a interpretação fenomenológica. A descrição é a parte em que se deve retratar e expressar a experiência consciente do sujeito da pesquisa; a redução se dá pela crítica reflexiva acerca daquilo que foi descrito; e, por fim, a interpretação fenomenológica, que trata da interpretação dos resultados colhidos nas etapas anteriores.

A fenomenologia pensada por Husserl [...] é uma volta ao mundo vivido, ao mundo da experiência, que, para ele, é o ponto de partida de todas as ciências. A fenomenologia propõe descrever o fenômeno, e não explicá-lo ou buscar relações causais, voltando-se para as coisas mesmas como elas se manifestam (SADALA, 2000, p. 15).

Portanto, busca-se, através da fenomenologia, fazer uma investigação das experiências dos atingidos pela UHE de Estreito, partindo de uma descrição das experiências vividas pelos interlocutores da pesquisa. Por ter uma memória carregada de sentimentos e afetos tanto pela terra como pelo rio, é que a percepção fenomenológica se faz presente nesta pesquisa. Através disso, a fenomenologia é relevante ao fato que buscamos compreender como os moradores do acampamento se sentem ante os efeitos da barragem.

[...] o pesquisador, ao investigar um fenômeno – partindo das experiências vividas pelos sujeitos da pesquisa – obtêm as descrições desses sujeitos a respeito da sua experiência e tem em mãos discursos significativos e passíveis de serem compreendidos e desvelados na sua essência (SADALA, 2004, p. 3).

Tais experiências mencionadas por Sadala (2004), são marcadas por uma série de relações que os acampados têm com a natureza, dado o fato de suas vivências, atividades profissionais e de soberania alimentar relacionarem-se intrinsecamente com a terra e o rio.

Esse fator é o que podemos chamar da essência dos moradores do Acampamento Coragem. Partindo desse viés, “O estudo da relação sujeito-objeto consistirá numa análise descritiva do campo da consciência, o que levou Husserl a definir fenomenologia como “a ciência descritiva das essências da consciência de seus atos” (SADALA, 2004, p. 3).

Com isso, como destacado por Sadala (2004), a fenomenologia parte do princípio de descrever a experiência vivida e os significados que a mesma tem para os sujeitos que a vivenciam. A perspectiva fenomenológica não se volta para o plano da existência, mas para o sentido que a mesma tem, o significado sobre as coisas que existem, segundo a visão de Husserl (BELLO, 2017).

A atitude fenomenológica nos convida a deixar as coisas aparecerem com as características que se dão nesta transparência, isto é, deixando que as essências se manifestem na transparência dos fenômenos. Ela pretende não transformar, não alterar a originalidade dos fenômenos (CAPALBO, 2008, p. 39).

A partir de uma percepção fenomenológica, dado o fato de que o presente estudo trata-se dos efeitos que o empreendimento da construção da UHE de Estreito ocasionou a uma comunidade, e tratando-se especificamente sobre a percepção que tiveram e que ainda têm sobre esses impactos, a fenomenologia se faz de extrema importância nesta pesquisa justamente pela relevância e seriedade dos fenômenos estudados.

Partimos de uma análise minuciosa sobre o que os fenômenos apresentam no decorrer da pesquisa, buscando não somente utilizar da fenomenologia como um pensamento ou método de análise, mas sobretudo como uma forma de se portar do pesquisador perante os fenômenos estudados, “[...] uma experiência de nosso olhar se voltando as realidades experimentadas para o caráter de serem experimentadas” (CAPALBO, 2008, p. 37).

A pesquisa mobiliza, em seu processo de análise e interpretação de dados, saberes relacionados à percepção fenomenológica (SADALA, 2000, 2004; CAPALBO, 2008; BICUDO, 2011; BELLO, 2017), cultura e identidade (HALL, 2014; WAGNER, 2017) e aos processos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (TDR). O território, o poder e o lugar são abordados com base nos pensamentos de Raffestin (1993), Saquet (2007), Haesbaert (2016; 2017) e Tuan (1983; 2012).

Considerando as discussões levantadas neste estudo, destacamos o termo *efeito* para abranger as análises e debates construídos para compreensão das causas e consequências de uma barragem. Seguindo os pressupostos de Sieben (2012) e Braga e Silva (2011), por tratar-se de um estudo sobre as percepções e mudanças sociais de uma população atingida, a

nomenclatura efeito se enquadra de forma mais adequada às mudanças vivenciadas pelos acampados.

Conforme Braga e Silva (2011), o termo efeito abrange maior durabilidade em relação ao tempo e espaço, como também às mudanças mais drásticas ocasionadas nas comunidades atingidas por barragens. Nesse sentido, o termo *impacto* conotaria situações imediatas e brandas, enquanto *efeito* remete a causas duradouras, como destaque nesse estudo que mesmo com o passar dos anos, comprova-se que a usina continua a mudar drasticamente os modos de vida das populações atingidas.

A construção de uma pesquisa requer muita análise e aprofundamento teórico. Para tanto, é necessário se fazer uso não apenas de métodos, mas, também, de instrumentos e técnicas que irão subsidiar a realização do estudo. Seguindo esses pressupostos, utilizamos, como caminho da pesquisa, a história oral, traçando caminhos com maiores possibilidades de estudos, pautando-nos na compreensão entre o teórico e o empírico.

### **1.5 A História Oral e os caminhos da pesquisa**

A história oral, de acordo com Thompson (1992, p. 45) “[...] é tão antiga quanto a própria história. Ela foi a primeira espécie de história”. O uso das habilidades orais, de acordo com o autor, só deixou de ser uso exclusivo dos historiadores atualmente, quando Jules Michelet, historiador francês destacou que os documentos escritos deveriam ser apenas uma de muitas outras possibilidades de fontes possíveis para se construir uma história. Nessa perspectiva, Meihy (1996, p.17) destaca que: “Ela é sempre uma história do ‘tempo presente’ e também reconhecida como história viva”. Ainda segundo Meihy (1996, p. 19) “[...] a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. É isso que marca a história oral como história viva”.

Dessa forma, esta abordagem perpassa gerações e está em constante processo de construção, dado o fato de que as histórias de vida do mundo perpassam o tempo passado e o tempo presente. Com isso, de acordo com os autores, a história oral se faz viva independentemente do tempo e espaço.

O trabalho com história oral exige do pesquisador um elevado respeito pelo outro, por suas opiniões e posições, por sua visão de mundo enfim. É essa visão de mundo que norteia seu depoimento e que imprime significados aos fatos e acontecimentos narrados (ALBERTI, 2005, p. 24).

Por meio disso, cabe ressaltar sobre a importância da relação entre pesquisador e campo de pesquisa, assim como o respeito sobre os relatos orais e as histórias de vida do

grupo estudado. Meihy (1996, p. 33) enfatiza que “[...] o que deve ficar claro, porém, é que a história oral não se faz sem a participação humana direta, sem o contato pessoal”. Partindo desse viés, é importante que o campo de pesquisa possa ser conhecido e o pesquisador tenha uma boa relação com os interlocutores de seu estudo.

Dentro do campo de estudo da História oral existem diferentes possibilidades de métodos, como: história oral de vida; história oral temática; história oral profissional, dentre outras. Entretanto, utilizaremos nesta pesquisa a História oral de vida, por “[...] tratar-se da narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa” (MEIHY, 1992, p. 197).

Por se tratar de uma pesquisa de cunho qualitativo e sobre as percepções dos atingidos ante os efeitos da barragem, a história oral de vida melhor irá abarcar os objetivos presentes nesta investigação, por tratar-se especificamente sobre como a UHE de Estreito tem impactado os modos de vida de uma comunidade ribeirinha.

O sujeito primordial dessa espécie de história oral é colaborador, que tem maior liberdade para dissertar, o mais livremente possível, sobre sua experiência pessoal. Nesse caso, deve ser dado ao depoente espaço para que sua história seja encadeada segundo sua vontade e suas condições (MEIHY, 1996, p. 148).

O espaço e a liberdade dada aos interlocutores é fator primordial no uso da história oral de vida, tendo em vista que, ao relatar sobre suas histórias, o depoente não seguirá uma ordem cronológica. A sua narrativa perpassa o presente e o passado, o mesmo é quem irá construí-la, sendo papel do pesquisador respeitar e buscar uma forma fidedigna de analisar tais dados.

Como técnicas de pesquisa, utilizaremos a História oral com ênfase nas entrevistas de história de vida que “[...] têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou” (ALBERTI, 2005, p. 37).

Portanto, utilizamos a história oral de vida na tentativa de compreender a trajetória de vida de cada acampado, buscando colher, a partir de seus relatos, a forma com que a usina tem ocasionado efeitos sociais, culturais e econômicos em suas vidas. Cabe destacar que a utilização da história oral fez-se a partir das entrevistas.

Segundo Thompson (1992), existem diversos meios de se utilizar a entrevista nas pesquisas, entretanto, para um alcance satisfatório de sua realização é necessário que, de início, se realize uma entrevista exploratória, para que o pesquisador possa ter melhor conhecimento sobre o campo pesquisado. Para tanto, é necessário que se aplique um roteiro

de entrevista com perguntas abertas e fechadas. A utilização desta técnica se justifica pelo fato de que a mesma busca “[...] estruturar todos os pontos levantados durante a pesquisa, seguindo os objetivos do projeto” (ALBERTI, 2005, p. 83).

O roteiro de entrevista é utilizado como instrumento da presente pesquisa tendo em vista que seu uso contribui para a sistematização dos dados levantados, e para a forma com que o pesquisador irá articulá-los com os objetos e problemáticas apontadas na pesquisa.

O roteiro de entrevistas fornece uma variedade de informações, as quais podem ser utilizadas de diversas formas no contexto da pesquisa. Mediante a tabulação de dados e informações oriundos desse instrumento de pesquisa, é possível elaborar quadros, tabelas, gráficos, mapas, textos transcritos dos entrevistados, entre outras possibilidades que enriquecem o trabalho do ponto de vista científico (SIEBEN e CLEPS JÚNIOR, 2013, p. 246).

Para isso, o uso de um roteiro de entrevistas (Apêndice I) faz-se necessário como instrumento de coleta de dados, com base no método da história oral, para melhor compreensão e análise dos dados coletados. Seguimos a seguinte estrutura: I- Identificação e história dos moradores; II- Memória do lugar; III- Impactos da UHE de Estreito, processo de desapropriação e perspectiva dos atingidos; e IV- Impactos socioespaciais no Acampamento Coragem.

Para melhor aprofundamento acerca do campo pesquisado, também utilizou-se a técnica de pesquisa da observação participante que “[...] se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos” (CRUZ NETO, 1994, p. 59). Desse modo, adentrei no acampamento fazendo observações do cotidiano e vida dos acampados, realizando, através disso, uma pesquisa participativa e melhor compreendendo sobre a realidade destes povos.

A observação participante foi fundada por Malinowski, que inaugurou o trabalho de campo nas pesquisas antropológicas, passando a romper com a Antropologia do século XIX, que se pautava em estudos de gabinete. Ao romper com isso, Malinowski adentrou no campo de pesquisa compreendendo que, para se falar sobre os nativos, é necessário participar de sua realidade, de suas vivências.

Dentro da perspectiva da observação participante que se faz presente neste estudo, ao tratar de uma comunidade tradicional e no uso da coleta de dados, observou-se as formas de organização social e política, a partir da participação das reuniões mensais ocorridas no acampamento, assim como, a compreensão dos efeitos sofridos com o advento da barragem de Estreito, passando a observar e participar do processo de pesca, fabricação das redes,

plantio e colheita dos alimentos da roça, mudança da localização de suas casas, e cuidados com os animais e a terra.

Nesse sentido, “[...] a medida pela qual se conduziram as observações, o número de observações, o tempo a elas devotado e, finalmente, o grau de aproximação com que se realizou cada uma das medidas” (MALINOWSKI, 1986, p. 18). Através disso, a participação por meio da observação traz uma gama de dados além de promover um contato próximo com a comunidade pesquisada. Com isso, o uso de caderno de campo subsidiou esta técnica, para que, com base nas observações, os dados fossem registrados.

Para contribuir com a malha teórica deste estudo, também utilizamos o mapeamento social como instrumento de coleta de dados. Este é um dos instrumentos de pesquisa utilizados na Cartografia Social, seu objetivo é ter a participação da comunidade no mapeamento do território em que ocupam. De acordo com Almeida (2013), tal método de mapeamento é uma forma das comunidades tradicionais se tornarem fontes de informação cartográfica, e, por meio disso, realizar a representação do território da forma como a própria comunidade se identifica.

Tais pressupostos pautam-se nos objetivos utilizados nos projetos desenvolvidos pela Nova Cartografia Social, que realiza o mapeamento social das comunidades tradicionais da Amazônia, sendo “[...] entendida enquanto produto de representações sociais, políticas e culturais de um determinado território. São, sobretudo, materiais pedagógicos e investigativos produzidos por sujeitos com informações iconográficas de uma realidade” (ALMEIDA e SOUZA, 2017, p. 289). Cabe ressaltar que o mapeamento é um dos instrumentos metodológicos utilizados para a realização da cartografia. Compreendemos que, nessa etapa, utilizamos apenas de um dos instrumentos dos utilizados nas oficinas de formação do projeto da Nova Cartografia Social, entretanto, elencamos seus pressupostos metodológicos para realização do mapeamento participativo realizado na comunidade.

O trabalho de mapeamento social tem assim dois aspectos; um etnográfico, que requer trabalho de campo prolongado com orientação acadêmica, técnicas de observação direta, descrições pormenorizadas e critérios de seleção de informações, e outro, realizado pelos próprios agentes sociais, definindo o uso dos instrumentos, as escolhas, a seleção do que entra no mapa e enfim, o resultado final de cada mapa situacional (ALMEIDA, 2013, p. 32).

Nesse sentido, utilizamos desse instrumento para situar o território ocupado pela Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem, realizando um mapeamento participativo, que ocorreu no dia 12 de dezembro de 2019, quando a comunidade, coletivamente, construiu o mapeamento do território, representando um mapa situacional.

De acordo com Acserald (2010, p. 5), “Quando as comunidades pensam e fazem sua própria cartografia, elas não estão pretendendo simplesmente retratar o espaço físico, mas afirmar seus modos de vida”. A representação cartográfica realizada pela comunidade imprime ao mapeamento significados de identidade, dado o fato de que a participação dos acampados neste processo destaca as formas como se situam no território em disputa, como desenham seus lotes, suas vivências e práticas culturais. É o meio de reafirmar seus modos de vida, e tratando especificamente da comunidade em estudo, reafirmar sua luta enquanto ribeirinhos.

A noção de mapeamento participativo surge, porém, com a marca de uma ambigüidade: construída para dar a palavra às comunidades de base e grupos desfavorecidos – integrando, inclusive, segundo alguns, um projeto territorializado de contra-cultura política – sua realização mostra-se dependente da estrutura de poder na qual ele se instaura. No vasto espectro de experiências conhecidas no mundo, podemos verificar que elas podem estar associadas à afirmação identitária e territorial de grupos subalternos, assim como à fundamentação cognitiva da gestão racional de recursos naturais, a mecanismos de explicitação de conflitos sócio-territoriais e ambientais ou a formas de antecipação dos mesmos para fins de controle estatal do território (ACSERALD, 2010, p. 9-10).

Dessa forma, o mapeamento participativo perpassa por um mecanismo que dá às comunidades o papel de construir suas identidades culturais e territoriais, através do mapeamento. O objetivo deste instrumento se dá justamente em um mecanismo de explicação acerca dos conflitos territoriais, culturais e econômicos que as comunidades enfrentam. Por meio disso, a realização do mapeamento no Acampamento Coragem, além de representar culturalmente a comunidade ribeirinha da forma como se vê, é também um instrumento de afirmação de luta contra os processos na conquista da terra.

Portanto, a realização do mapeamento social no Acampamento Coragem subsidiou os outros procedimentos metodológicos já apontados nesse estudo, contribuindo para a participação da comunidade e, através disso, para a representação do território ocupado.

### **1.6 A trajetória na pesquisa: percepções entre pesquisador e pesquisados**

Os estudos voltados para os impactos dos grandes empreendimentos atualmente têm entrado em amplo espaço de discussão no cenário científico e acadêmico. Através desses pressupostos, buscamos destacar como surgiram as primeiras indagações acerca desse campo de estudo que é tão amplo e que tem sido debatido nas diferentes áreas do saber.

A cidade de Estreito (MA) recebe, em meados de 2007, o grande empreendimento da Usina Hidrelétrica de Estreito, o que viria a mudar compulsoriamente a vida não só deste município, como da região em geral. As primeiras demandas para implementação da usina

ocorreram enfrentando uma série de embates e manifestações. Na época da sua instalação houve manifestações que ocorriam na ponte Juscelino Kubitschek, em 2007, nas quais um grupo de indígenas ocupou aquela área em protesto contra a instalação da barragem, uma grande fileira de caminhões e automóveis se formou nas rodovias BR-226 e BR-230.

Na época não entendia o porquê da vinda de algo tão importante para uma região do interior do estado. Muito se falava sobre o que a cidade iria se tornar com a vinda da UHE. Passados os protestos e os anos, pude acompanhar como cidadão as trajetórias que formaram a construção da barragem. Recordo-me do grande número de pessoas que a cidade recebeu, essa foi uma época em que todos os estreitenses conheceram diversos trabalhadores que vieram para trabalhar na construção do empreendimento. Por ser uma cidade pequena, a mesma não estava preparada para receber a quantidade de imigrantes que ali se instalou.

A usina foi inaugurada no ano de 2012. A presidenta da república Dilma Vanda Rousseff foi à cidade para o evento que iria promover a ativação das turbinas geradoras de energia da usina. Após esse evento, com o ingresso no ensino superior e através das inúmeras discussões teórico-críticas acerca da sociedade que obtive por meio do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Tocantins, campus de Tocantinópolis, pude olhar para minha cidade de forma mais crítica.

Entre as indagações acerca de qual problema pesquisar na construção de minha monografia, busquei pensar na seguinte provocação: “O que me incomoda no mundo? O que, no contexto em que vivo, faz com que eu possa me sentir incomodado?”. Estas indagações partem do princípio de se questionar/problematizar algo a ser estudado, pois é a partir de um problema que surgem os trabalhos científicos.

Diante disso, passei a ver a barragem de Estreito como algo que mesmo estando ali desde minha infância, nunca pude entender sua função e o que a mesma proporcionou para a cidade e região. Para onde iria a energia gerada pela usina? Quais as benfeitorias esta trouxe especificamente para os moradores de Estreito, já que a mesma se instalou no município? Por meio disso, passei a refletir sobre tais questões e como a população estreitense, assim como eu, poderia não saber sobre o que realmente a instalação da usina representava para a região.

A partir dessas indagações procurei refletir acerca de onde e como viviam as comunidades/povos que haviam tido seus territórios alagados pela usina. Inicialmente, obtive contato com uma atingida da zona rural que migrou para o espaço urbano, através de uma breve conversa, que se realizou para a construção de um trabalho de campo exigido em uma disciplina, ainda na graduação. Ouvindo a história de vida desta senhora que havia sido desterritorializada de uma fazenda que tinha sido de seu pai e que trouxe toda a sua família

para a cidade, percebi que a barragem, mesmo após sua construção e inauguração, trazia efeitos.

Em sua fala, a senhora destacou como sua vida mudou totalmente, dado o fato de que, mesmo com o passar dos anos, ainda não tinha se acostumado com o ambiente da cidade, sempre lembrava sua vida antes da barragem e como sua terra era produtiva e vivia em paz. O sossego é algo destacado na maioria das falas dos atingidos por barragens, os quais associam a memória do lugar ao sossego que tinham e que se perdeu em decorrência da construção da usina.

Após esse contato, debruçei-me sobre os estudos acerca dos atingidos pelas barragens e, com o passar da graduação e no processo de construção de meu Trabalho de Conclusão de Curso, adentrei na comunidade que tratamos nesta pesquisa. Com o intermédio de uma militante do MAB, fui indicado a pesquisar a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, destacada por um grupo que morava em Estreito e que atualmente ocupava um território na cidade de Palmeiras do Tocantins. Buscava estudar para onde foram os deslocados pela UHEE, e encontrei no acampamento o meio de entender esta inquietação.

Com isso, fui inserido no campo em novembro de 2017, tendo inicialmente o contato com a representante do acampamento, seu marido, filhas, genros e netos. Construiu-se, então, uma relação para além de pesquisador e pesquisado. Com as idas a campo, tive nessa família uma espécie de adoção, ou seja, como menciona Foote Whyte (2005), a família seria meu “Doc”, o guia de campo.

Em *Sociedade de Esquina*, William Foote Whyte (2005) descreve Doc como o seu guia no campo, quem o guiou nos caminhos percorridos para a realização de sua pesquisa. Seguindo a mesma ótica, a família que me recebeu desde o início da pesquisa foi o meu Doc em campo, onde também pude ser acolhido para além de um pesquisador. Desde o ingresso no campo, acredito que por ter o aval do MAB, fui recebido de forma acolhedora por todos, e essa relação se ampliou com o decorrer dos anos.

Após a aprovação e entrega da monografia na comunidade, criou-se expectativas por parte dos acampados acerca do estudo desenvolvido e a forma com que viria a contribuir na conquista da terra. Sempre era explicado que a pesquisa partia de um cunho acadêmico e que seus relatos iriam gerar a produção de um trabalho acadêmico, mas em seus olhares era nítido como o contar suas vivências o faziam reafirmar-se como atingidos que lutavam por aquilo que lhes foi negado, no caso de seus direitos.

Essa relação cresceu ultimamente e, mesmo os acampados ainda estando em disputa pela terra e eu continuando a pesquisa que se entendeu para além de uma monografia,

percebeu-se que a forma pela qual os acampados narram suas histórias é uma tentativa de reivindicação de seus direitos. Muitos acreditam que este trabalho parte de um cunho além de acadêmico, pois, por terem pouca escolaridade, compreendem que realizo estudos para o movimento e, mesmo não sendo militante, os mesmos me veem como tal. Essa relação surge a partir de meu acompanhamento sobre as demandas, eventos e como o movimento tem trabalhado para que venham a conquistar a tão desejada terra.

Por meio disso, destaco como a presente pesquisa surgiu e como até hoje ela gera uma série de indagações e percepções sobre as quais procuro construir este trabalho. Nesse sentido, destacamos como o processo de imersão no campo e como o trabalho com as comunidades tradicionais perpassa algo além da troca de informações, mas adentra no campo do afeto, o que não deixa de criar um diálogo cientificamente construído.

### **1.7 Procedimentos e etapas da pesquisa**

A pesquisa envolvendo seres humanos perpassa por uma série de riscos, benefícios e desconfortos. No presente estudo ocorreu uma série de fatores que contribuíram e também trouxeram implicações para a construção desta investigação. Por se tratar de uma comunidade que sofre constantes ameaças dos empreendedores da UHEE, as suas histórias de vida são perpassadas por memórias afetivas e narrativas marcadas por resistências e muita repressão. Por isso, em alguns momentos, os entrevistados se sentiram inibidos ou emocionados, bem como revoltados acerca de como a barragem tem impactado, até hoje, suas vidas.

O tempo de realização das entrevistas chegou até mais de 1h de duração, pois o roteiro continha 40 questões e o tempo passou conforme a disponibilidade e vontade dos interlocutores em relatar suas vivências. Para maior seguridade do pesquisador e dos pesquisados, o projeto desta investigação passou pelo processo de avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Hospital de Doenças Tropicais (CEP – HDT/UFT).

A pesquisa passou por uma série de procedimentos, sendo que, inicialmente, para sua efetivação foi necessário submetê-lo ao Comitê de Ética, para que o estudo fosse coordenado de forma responsável e profissionalmente ética. Tendo todos os documentos exigidos e projeto de pesquisa sido submetido no dia 28 de dezembro de 2018, recebemos o parecer consubstanciado em 25 de fevereiro de 2019.

Por ser uma pesquisa envolvendo seres humanos o CEP exigiu que o projeto se adequasse a algumas pendências, que foram atendidas e novamente submetidas, em 11 de março de 2019, tendo sido aprovado no dia 27 do mesmo mês. A presente pesquisa então passou, novamente, por uma análise de uma comissão ética de pesquisa, para maior segurança

do pesquisador e da comunidade pesquisada, tendo o projeto sua aprovação, conforme protocolo de nº 3.225.244/2019 e número do CAAE: 07045118.0.0000.8102 (Anexo I).

Os roteiros de entrevistas foram aplicados entre os dias 08 e 10 de julho de 2019, e no dia 08 de setembro de 2019, no Acampamento Coragem localizado no município de Palmeiras do Tocantins (TO), no barracão/casa de cada acampado. A última entrevista, datada do dia 08 de setembro de 2019, foi realizada na cidade de Estreito (MA), pois o interlocutor estava na cidade para resolver problemas de saúde e, por isso, nos deslocamos até sua residência na cidade.

Foram entrevistados 12 (doze) moradores, sendo 04 (quatro) mulheres e 08 (oito) homens. Cabe ressaltar que uma das interlocutoras, após abordada e explanados os objetivos da pesquisa, não mostrou interesse em realizar a entrevista. O número de interlocutores seguiu o princípio dos 13 (treze) moradores do acampamento, dado o fato que, do recorte geral, esse é o número de acampados que definitivamente moram no acampamento.

Sobre isso, existe uma série de debates e conflitos. Dos 23 (vinte e três) que não foram entrevistados, fora a interlocutora que não quis ser entrevistada, classificam-se entre visitantes, categoria definida pelos próprios acampados. Muitos desses visitantes não podem fixar moradia na terra por conta da falta de políticas públicas, tais como: escola, posto de saúde, transporte entre outros fatores. Em decorrência disso, passam a semana na cidade de Estreito (MA), retornando para o acampamento apenas nos finais de semana.

As discussões que perpassam o escopo de morador e visitante é um dos conflitos que se tem enfrentado dentro da própria comunidade. Muito se fala que para conquistar a terra é necessário plantar, produzir, criar e estar na terra, isso é reproduzido pelos representantes do acampamento e pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, mas poucos seguem essas instruções em razão dos fatos já mencionados. Para tanto, a conquista desse território perpassa questões que estão para além das analisadas neste estudo.

O instrumento de pesquisa foi aplicado a 12 (doze) dos moradores do acampamento, sendo que cada um representava uma família atingida. As entrevistas ocorreram de forma gravadas sendo posteriormente transcritas e analisadas. O pesquisador convidou cada interlocutor para participar do estudo em questão, apresentando inicialmente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice II), tendo lido juntamente com cada um deles e deixado uma cópia devidamente assinada para que estes pudessem compreender a relevância de tal investigação.

O Quadro 1 destaca os interlocutores deste estudo, enfatizando a idade, escolaridade e cor dos entrevistados, além da data das entrevistas. Cabe destacar que durante o processo de entrevista estive acampado durante seis dias no Acampamento.

Buscou-se preservar os conteúdos das falas dos entrevistados, dando fidedignidade à forma com que seus discursos se manifestaram, evitando o caráter caricatural das transcrições. Whitaker (2002, p. 66) menciona que “Transcrever erros de sintaxe não configura, portanto, falta de respeito em relação à fala do outro. Falta de respeito seria corrigi-los”. Dessa forma, ao analisarmos as entrevistas obtidas por meio das histórias de vida dos acampados, seguimos os pressupostos da autora que menciona que, quando o entrevistado fala, ele está falando e não escrevendo, e por isso, não está cometendo erros ortográficos. Nesse sentido, preservamos as narrativas nas formas com que foram ditas, evitando correções para não cair no erro caricatural das transcrições.

**Quadro 1** – Relação dos Entrevistados

CÓDIGO	IDADE	ESCOLARIDADE	COR	DATA
M.S.M.	55	Ensino Fundamental Incompleto	Parda	08/07/2019
F.A.A.S.	56	Ensino Fundamental Incompleto	Negro	08/07/2019
D.F.O.	57	Ensino Fundamental Incompleto	Parda	08/07/2019
E.N.S.	41	Ensino Fundamental Incompleto	Moreno	08/07/2019
D.B.S.	52	Ensino Fundamental Incompleto	Negro	08/07/2019
G.P.S.	58	Ensino Fundamental Incompleto	Parda	09/07/2019
J.S.S.	45	Ensino Fundamental Incompleto	Pardo	09/07/2019
C.B.N.	59	Ensino Fundamental Incompleto	Negro	09/07/2019
J.M.S.	33	Ensino Fundamental Incompleto	Parda	09/07/2019
A.N.S.	52	Ensino Fundamental Incompleto	Moreno	09/07/2019
M.M.S.	61	Ensino Fundamental Incompleto	Moreno	10/07/2019
J.P.C.	61	Ensino Fundamental Incompleto	Moreno	08/09/2019

Fonte: Elaborado pelo autor (Setembro/ 2019).

De acordo com o Quadro 1, que destaca o número de famílias entrevistadas, cabe ressaltar que a pesquisa foi totalmente esclarecida a todos os participantes, evitando, com isso, que viessem a se constranger. Seguindo os critérios do CEP, buscou-se resguardar a identidade dos pesquisados utilizando de códigos para que sua imagem e identidade não viessem a ser identificadas.

Os riscos enfrentados no decorrer da pesquisa ocorreram pelo fato de que alguns dos interlocutores se sentiram inibidos ao relatar suas vivências (como a acampada que não permitiu que realizássemos a entrevista com ela), além de incomodados com a gravação de áudios em razão de virem a se emocionar ao contar sobre sua história de vida. O incômodo acerca da gravação não ocorreu, entretanto, o ressentimento em não conseguir responder às questões presentes no roteiro perpassou uma série de pessoas entrevistadas. Isso se deu pelo fato de a maioria dos moradores terem pouco grau de ensino, passando assim a se portar de forma tímida no início da entrevista.

Após esclarecer que a pesquisa se tratava especificamente sobre seus modos de vida e que acreditava-se que toda fonte de saber é conhecimento, e todo conhecimento se reproduz através da oralidade, suas narrativas contribuiriam para a construção de novos saberes.

Os benefícios se dão acerca do entendimento sobre os impactos que as comunidades tradicionais, como os pescadores que moram no acampamento, vêm sofrendo com a construção de grandes empreendimentos como é o caso das usinas hidrelétricas. Assim como destacar a luta dos atingidos pelas barragens, proporcionando um debate crítico acerca dos efeitos que a mesma tem causado para a nossa sociedade.

O produto final da pesquisa, no caso esta dissertação, irá dar visibilidade à luta dos atingidos por barragens, compensando qualquer risco que venha a ser enfrentado durante a pesquisa, promovendo, assim, um debate crítico sobre os conflitos e impactos que estes povos têm enfrentado no decorrer dos anos.

Dentre outras técnicas de pesquisa, utilizou-se da observação participante, dado o fato de que a participação do pesquisador no campo de estudo faz-se de forma construtiva e coletiva para o colhimento de dados. Para tanto, houve a participação nas reuniões que ocorrem no primeiro domingo do mês, os percursos de campo nas casas dos moradores, idas ao lago para pescar junto com eles para que fosse possível vivenciar como é a vida do pescador após a construção da barragem, além do acompanhamento no plantio e na colheita nos alimentos da roça. Sobre essa técnica, Marconi e Lakatos afirmam que “Consiste na participação real do pesquisador na comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais destes” (MARCONI, LAKATOS, 2010, p. 177).

A participação ativa nas atividades da comunidade ocorreu de forma construtiva e com base em um processo de integração no grupo. Por se tratar de um estudo que iniciou no período da graduação, a relação afetiva com os pesquisados ocorre desde o ano de 2017, então o aceite entre eles perpassou uma série de ocasiões, tais como: aceite na comunidade que

ocorreu através da apresentação de uma liderança do movimento, pois, por sofrerem constantes ameaças do CESTE, os atingidos já se sentem desconfiados acerca dos pesquisadores que adentram na comunidade, resguardando-se sobre para onde irão ser disponibilizados e para que fim a pesquisa irá ter. Todo esse processo ocorreu no período da imersão no campo que tive durante a construção do TCC, para a graduação em Ciências Sociais, tendo entregue e apresentado à comunidade o resultado final de tal pesquisa.

Acompanhar a participação dos representantes nas reuniões e eventos do MAB, ocasionou uma seriedade acerca de como estaria levando estes estudos. Essa relação com o movimento esteve tão entrelaçada que muitos dos acampados me viam como militante, fator que pode ter beneficiado e que também ocasionou em conflitos de identidade no decorrer da pesquisa, na afetividade da comunidade com o pesquisador e na seriedade acerca de como seus relatos estariam sendo cuidados.

Dentre os pressupostos mencionados, a observação e aceitação na comunidade ocorreram a partir de um processo de grande imersão no campo. Conforme Malinowski (1976), a boa construção de um trabalho etnográfico deve seguir alguns princípios para se obter resultados desejados, dentre eles “[...] deve providenciar boas condições para o seu trabalho, o que significa, em termos gerais, viver efetivamente entre os nativos, longe dos brancos” (MALINOWSKI, 1976, p. 21).

Cabe ressaltar que a observação é uma técnica de pesquisa da Etnografia, mesmo não se tratando de um trabalho etnográfico, utilizamos de tal técnica para aprimorar os dados, pois, ao se tratar de uma comunidade tradicional, a construção deste estudo teria evidentemente de partir de um pressuposto de participação ativa do pesquisador em campo.

Com base nos dados, esta seção buscou explicar acerca dos caminhos da pesquisa, destacando todos os processos enfrentados na construção deste estudo, para que pudessem ser sanadas as dúvidas que viessem a surgir. No decorrer deste processo, destacam-se muitas questões que poderiam ser elencadas nesta investigação, entretanto, pensa-se que as demais problematizações que já estão presentes e as demais que virão a surgir poderão e irão ser investigadas em futuras pesquisas.

Em seguida, no Capítulo 2, será apresentada a discussão sobre a participação do Estado na construção das Usinas Hidrelétricas, destacando seu papel de agenciador destas políticas de infraestrutura, além de como o papel do empreendedor, no caso do CESTE, administrador da UHE de Estreito, vem impactando os modos de vida das comunidades tradicionais, tratando-se especificamente da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem.

## 2 O ESTADO E O EMPREENDEDOR: A SITUAÇÃO DOS ACAMPADOS

Neste capítulo buscou-se fazer uma análise teórica acerca do papel do Estado na criação das usinas hidrelétricas, tratando especificamente da implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito e das consequências que causou. Desse modo, foi necessário fazer um debate acerca de como o Estado promove as políticas de energia no país, de como o modelo energético pauta-se na geração de energia elétrica por meio da força hidráulica dos rios.

A partir disso, destacaram-se as formas com que o modelo energético surge para promover a economia do país e como, através dos anos, se consolidou. Analisou-se, também, os discursos promovidos para a instalação de barragens no país, assim como, abordar a atuação do empreendedor, que neste estudo trata-se do Consórcio Estreito Energia (CESTE), na implementação da barragem.

Destaca-se o debate sobre os desterritorializados do desenvolvimento, em que buscou-se discutir sobre a atuação do capitalismo na construção de barragens e os discursos promovidos para implementação de tais projetos. Foram analisadas as formas como o MAB tem atuado na ocupação do território, assim como o papel educativo e político proporcionado à vida dos ribeirinhos.

Tais pressupostos são relevantes pois os moradores do acampamento destacam as contribuições que o movimento social tem proporcionado na ocupação e a forma como a luta da comunidade perpassa a formação educativa enquanto detentores de direitos, e o papel político que exercem enquanto atingidos que lutam pelos direitos violados pelo empreendimento.

Analisou-se também a forma com que a demarcação da Área de Preservação Permanente (APP) tem se pautado numa lógica de preservação intocada da natureza. A partir disso, trouxemos os debates sobre o uso social da natureza e as formas de preservação do meio ambiente, buscando enfatizar que a demarcação desta área de preservação é um dos embates enfrentados pelos acampados na luta pela terra.

Através disso, o presente capítulo traz a reflexão dos efeitos causados antes, durante e após a instalação da usina, destacando a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem como impactados por este empreendimento. Objetiva-se construir uma reflexão acerca de como os ribeirinhos até hoje sofrem os efeitos da instalação da UHEE.

## 2.1 O modelo Energético Brasileiro: breve histórico

As usinas hidrelétricas são projetos desenvolvidos pelo Estado e pela iniciativa privada, surgem a partir de uma proposta de desenvolvimento da economia nacional. Entretanto, como afirma Pereira (2015),

O modelo energético brasileiro, o governo federal e suas políticas de investimento nem sempre apresentam uma relação equilibrada entre a expansão da geração de eletricidade, a qualidade ambiental e a melhoria do perfil socioeconômico da população. Historicamente, os sucessivos governos brasileiros privilegiaram um modelo energético que está mais comprometido com a dinâmica econômica, ou seja, o Produto Interno Bruto, do que com a melhoria concreta das condições de vida da população (consumidores) brasileira, haja vista a crise de abastecimento de água e energia que atualmente se atravessa pelas perdas decorrentes das condições hidrológicas desfavoráveis (sazonalidade/insegurança hídrica), picos de demanda, bem como de outros fatores como falta de gestão e planejamento adequado, política macroeconômica, problemas com corrupção nas parcerias/convênios público/privados (PEREIRA, 2015, p. 32).

Portanto, o modelo energético brasileiro classifica-se por ser uma política desigual e pautada na ótica capitalista, não levando em conta outras formas de produção de energia. “Na entrada do novo século, um terço dos países do mundo depende de usinas hidrelétricas para produzir mais da metade da sua eletricidade. As grandes barragens geram 19% de toda a eletricidade do mundo” (CMB, 2000 p. 07).

As grandes hidrelétricas constituem – por sua dimensão, natureza, modo de implantação, objetivos – um caso típico de Grande Projeto de Investimento (GPI). Sua multiplicação, a partir dos anos 60 e 70, consolida uma política nacional de exploração energética de recursos hídricos marcada por duas características principais: absoluto predomínio do Estado como agente empreendedor e afirmação das unidades de grande porte como sustentáculo essencial de planejamento e expansão do sistema de geração de eletricidade (VAINER; ARAUJO, 1992, p.51).

Nesse sentido, o Estado como agente empreendedor da usina junto do CESTE que administra a barragem de Estreito são os impulsionadores dessa proposta de expansão de geração de energia elétrica para a região. Cabe destacar que essas propostas, nas quais se constituem esses grandes projetos, pautam-se, exclusivamente, conforme destacado pelos autores, na forma lucrativa que o fornecimento elétrico irá promover ao Estado e ao Consórcio, fazendo uso agressivo dos ecossistemas, impactando intensivamente o meio ambiente.

O uso dos recursos naturais para o detrimento da natureza é um fator recorrente na construção destes megaempreendimentos. De acordo com Raffestin (1993, p. 231), “A água, como qualquer outro recurso, é motivo para relações de poder e de conflitos”. Por meio disso, destacam-se as formas com que os empreendedores têm usado a água para promoção da economia nacional, entretanto, não levam em conta os conflitos que estas podem ocasionar. A

água é o principal recurso utilizado na implantação das usinas hidrelétricas, pois é através da força hidráulica dos rios que a energia das barragens é gerada.

A construção das usinas hidrelétricas tem sido um dos empreendimentos que mais cresce no país, tendo em vista que a mesma surge com a finalidade de produzir energia elétrica através da força hidráulica dos rios, buscando, através disso, a geração do lucro advinda daquilo que a natureza vem a lhe proporcionar por meio das hidrelétricas.

Barragens têm sido construídas há milhares de anos [...] Em torno de 1950 os governos - ou, em alguns países, o setor privado - estavam construindo um número cada vez maior de barragens à medida que as populações aumentavam e as economias nacionais cresciam. Pelo menos 45.000 grandes barragens foram construídas para atender demandas de água ou energia. Hoje quase metade dos rios do mundo tem ao menos uma grande barragem (CMB, 2000 p. 07).

Segundo a Comissão Mundial de Barragens (CMB, 2000, p.08), o que se pretende a cada novo empreendimento hidrelétrico instalado é a busca do bem social humano, assim como, a promoção de “[...] um avanço significativo no desenvolvimento humano em uma base que seja economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável”. Entretanto, não é o que vem ocorrendo, pois de acordo com os inúmeros estudos e trabalhos desenvolvidos na área dos impactos causados pelas grandes hidrelétricas, são grandes os impactos sociais, culturais, territoriais, políticos e econômicos que a construção das barragens tem ocasionado no país e no mundo.

A geração de energia no Brasil corresponde a cerca de 64,9% da oferta interna, tendo papel fundamental no desenvolvimento econômico da nação (SANTOS, 2015). O Brasil destaca-se por seus projetos de desenvolvimento e “As hidrelétricas são vistas, de forma geral no país, como a principal fonte de geração de energia elétrica” (SIEBEN, 2012 p. 14). Historicamente, a opção pela construção de Usinas Hidrelétricas no Brasil se estabelece em torno da década de 1960, quando o governo de João Goulart, em acordo com o governo do Paraguai, decidem pela construção da UHE de Itaipu<sup>5</sup>.

Há de se frisar que no período ditatorial houve a primeira grande crise mundial do petróleo (1972/73), com aumentos das substanciais por barril. Uma sociedade que objetivava o desenvolvimento urbano-industrial necessitava de energia, pois, esta, inicialmente era importada. Portanto, havia a necessidade de alternativa energética nacional. Desta forma, além das pesquisas da estatal Petróleo Brasileiro S.A (PETROBRÁS) intensificou-se a construção de represamento de grandes rios nacionais e binacionais (SIEBEN, 2012, p. 61).

---

<sup>5</sup> A Usina de Itaipu está no segundo lugar no ranking das maiores hidrelétricas do mundo. Tendo a capacidade de 14.000 Mw, destaca-se por ser uma usina binacional, localizada na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

Foi na década de 1960/70 que se intensificaram no Brasil as políticas públicas de produção de energia elétrica. Em decorrência da necessidade de energia elétrica para suprir as indústrias e as residências, buscou-se adotar um modelo energético que, além de suprir as necessidades urgentes no país – que, na época, enfrentava a crise do petróleo – desenvolvesse a economia nacional, através da força hidráulica dos rios, por haver um grande número de rios e de planaltos que proporcionariam o represamento das águas.

Todos os mecanismos humanos ou tecnológicos que contribuíram de forma direta ou indireta para a implantação de usinas hidrelétricas têm certo grau de importância, principalmente para aqueles que aproveitaram essa demanda para buscarem simplesmente o lucro imediato, sem se preocuparem com as marcas que os impactos ambientais, sociais e políticos deixados, que comprometem as populações envolvidas por longos anos sendo alguns efeitos até mesmo irreversíveis.

O crescimento de megaempreendimentos é nítido e, nos últimos tempos, o país tem investido na construção de usinas hidrelétricas, buscando produzir energia, mas não se preocupando com os efeitos que tais construções causam e como podem gerar enormes problemas às pessoas atingidas por esses empreendimentos.

Segundo Rocha (2016), a oferta de energia elétrica é pautada na lógica capitalista, tendo em vista que a promoção do crescimento da economia nacional se pauta na produção de energia e a forma com que irá desencadear o crescimento. Outro fato a se ressaltar é que a energia hidrelétrica tem papel relevante na criação de novas mercadorias: a força hidráulica dos rios é utilizada como fonte de renda e os recursos naturais vistos como moeda de troca.

As hidrelétricas são responsáveis por cerca de 90% do total da eletricidade gerada no país. Quanto às barragens, prevalece na sociedade o discurso de que elas são indispensáveis para acelerar o crescimento econômico e sustentar o desenvolvimento social. O assunto, entretanto, tem-se tornado cada vez mais polêmico. Não obstante se afirme que de modo sistemático que as hidrelétricas produzem ‘energia limpa’, elas também causam uma gama de problemas (BENINCÁ, 2011, p. 17).

São muitos os discursos a favor da instalação das usinas hidrelétricas, pautados na ideia de uma energia “limpa”, o que na realidade não ocorre, pois são gritantes os impactos que causam ao meio ambiente. Conforme Bermann (2001, p. 67) “Não existe energia limpa. Em maior ou menor grau, todas as fontes de energia provocam danos ao meio-ambiente”.

Segundo Branco (2004), as hidrelétricas se classificam por serem uma forma de energia “limpa” por não produzir fumaça, monóxido de carbono, óxidos de nitrogênio ou de enxofre, como também por não gerarem resíduos radioativos. Entretanto, por causa do represamento de água durante o surgimento do lago, por não haverem desmatado boa parte da

área que seria atingida, as árvores ficam submersas e passam por um processo de putrefação, o que acaba ocasionando em resíduos tóxicos na água, prejudicando o desenvolvimento da pesca.

As construções destes projetos, com destaque para a instalação da UHE de Estreito, foram uma das principais obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sendo uma ação do estado junto das empresas nacionais e multinacionais como pressuposto de investimentos na economia nacional.

As hidrelétricas [...] estão interligadas por um complexo sistema que faz parte do programa do governo denominado de Plano de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e 2). [...] este plano consiste em estimular o crescimento econômico, aumentar a oferta de empregos e melhorar a qualidade de vida da população brasileira. Os investimentos giram em torno de trilhões de reais, sendo implementados a partir do ano de 2007, financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Exportam-se as riquezas inatura ou semi-industrializadas da região, promovendo o crescimento econômico nacional, cujo objetivo final é se tornar a 5º maior economia mundial nos próximos anos (SIEBEN, 2012, p. 68).

Nobrega (2011) afirma que tais construções são tidas como projetos de desenvolvimento, mas que os mesmos são responsáveis pelo empobrecimento de milhares de pessoas. Tal fator ocorre em razão da construção das usinas hidrelétricas, pois, ao desapropriarem os moradores das terras que serão alagadas, eles são instalados em locais totalmente diferentes de onde habitavam, acarretando na desterritorialização destas famílias, que, muitas vezes, são forçadas a saírem de suas terras sob o aparato do Estado, como é o caso dos ribeirinhos que atualmente moram no Acampamento Coragem.

Os atingidos por barragens não são somente aqueles que já sofreram esse impacto, como também as comunidades que sofrem ameaças constantes sobre a instalação de novas usinas hidrelétricas. Cada nova usina que se instala no país, faz com que as pessoas se mantenham em estado de alerta, por saberem o que tal empreendimento pode vir a lhes causar: como o barramento de um rio, a desapropriação de um território, assim como as ameaças dos empreendedores durante o processo de desterritorialização dos atingidos do território que outrora viviam (NOBREGA, 2011). O número de empreendimentos desse porte tem crescido cada vez mais e, conseqüentemente, o número de atingidos e desapropriados.

Sieben (2012, p. 75) destaca que “O mundo do capital funciona a base de energia, pois sem este não há trabalho, e esta é a fonte de toda e qualquer riqueza”. Através da exploração dos recursos naturais e da luta de classes entre empreendedores e atingidos, observa-se uma lógica capitalista e exploratória advinda da realização de tais projetos de infraestrutura, como é o caso das barragens. “Quem paga o preço por toda a estrutura montada pelo Estado e capital para alguns setores e particulares para lucrar é o ambiente e as populações urbanas,

camponesas e tradicionais atingidas, expropriadas e desterritorializadas” (SIEBEN, 2012, p. 97).

O Estado tem promovido diferentes formas de “desenvolver” a nação e impulsionar a sua economia, entretanto, tais pressupostos não abarcam os inúmeros efeitos que isso virá a causar. Nos estudos de Germani (2003) sobre os conflitos da Usina Hidrelétrica de Itaipu, a autora enfatiza que:

Não são só os municípios diretamente atingidos com a construção da usina que sofrerão o impacto da obra, mas todo o Estado do Paraná. Embora o presente trabalho se detenha na análise dos que terão que abandonar suas terras, na realidade todo o Estado foi expropriado e esta expropriação é mais uma violação da já quase inexistente autonomia estadual (GERMANI, 2003, p. 42).

As implicações ocasionadas com a barragem de Itaipu, que destaca-se como uma das primeiras implantadas no país, tratando-se de uma Usina Binacional, construída na divisa entre o Brasil e o Paraguai, conforme pautado pela autora, impactaram não só a população atingida diretamente, assim como, o Estado do Paraná. Dentro dessa perspectiva, associam-se as formas pelas quais o modelo energético tem impactado a sociedade em geral.

A opção pelas usinas hidrelétricas foi a trajetória tecnológica escolhida pelo país em razão da ampla disponibilidade de potenciais hidráulicos, a custos não excessivamente elevados e, sobretudo, em razão da falta de disponibilidade nacional de combustível fósseis. Hoje, a participação hidrelétrica, fonte, primária comum para a geração de energia elétrica no Brasil, alcança cerca de 90% (CNEC, 2001, p. 6).

Seguindo essa lógica, conforme a CNEC Engenharia S.A, empresa responsável pelos Estudos de Impactos Ambientais e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), a construção de hidrelétricas no país dá-se pelo seu menor custo e pelo grande potencial hidrelétrico encontrado no Brasil. A UHE de Estreito foi construída para ter a capacidade de 1087MW “[...] e 587,30 MW médio e energia firme, está requerendo um investimento de ordem de 2,3 bilhões de reais, incluindo juros, durante a construção, resultando no custo de geração conforme os critérios recomendados pela ELETROBRÁS, em 57,88 R\$/MW” (CNEC, 2001, p. 7). De acordo com esses pressupostos, a grande potência e a rentabilidade que essa energia em valores por megawatts irá gerar, é o que promoverá a economia nacional, excluindo desse plano as comunidades e populações.

Com a construção destes grandes empreendimentos, a lógica capitalista pautada pelo Estado agride compulsoriamente as comunidades e povos tradicionais, como o caso dos moradores do Acampamento Coragem. Os inúmeros efeitos causados pela UHE de Estreito

encontram-se há mais de dez anos agredindo o ambiente físico e natural, como também os modos de vida das populações do campo.

Os enormes investimentos envolvidos e os impactos gerados pelas grandes barragens provocaram conflitos acerca da localização e impactos dessas construções – tanto das já existentes como das que ainda estão em fase de projeto, tornando-se atualmente uma das questões mais controvertidas na área do desenvolvimento sustentável. Os partidários das barragens apontam para as necessidades de desenvolvimento social e econômico que as barragens visam satisfazer, como a irrigação, a geração de eletricidade, o controle de inundações e o fornecimento de água potável. Os oponentes ressaltam os impactos adversos das represas, como o aumento do endividamento, o estouro dos orçamentos, o deslocamento e empobrecimento de populações, a destruição de ecossistemas e recursos pesqueiros importantes e a divisão desigual dos custos e benefícios (CMB, 2000, p. 7-8).

Para quais fins, além de promover a economia do país, se utilizam a construção de barragens? Como bem mostra a Comissão Mundial de Barragens (2000), existem divergentes percepções acerca de como estes grandes empreendimentos impactarão a região na qual se instalam, entretanto, destaca-se a forma com que os oponentes às barragens enfatizam e que de fato ocorrem, como os deslocamentos compulsórios, os impactos ambientais, e o empobrecimento de milhares de pessoas. Partindo desse pressuposto, para que e para quem as barragens geram “progresso”? Dado o fato que a promoção de desenvolvimento pauta-se na sociedade em geral, e tais pressupostos devem abarcar toda a população, não excluindo as que mais sofrem com os efeitos destes empreendimentos.

## **2.2 A Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE): reflexões sociais**

A Usina Hidrelétrica de Estreito passou por um grande processo de negociação em que o Consórcio Estreito Energia (CESTE) administrava a construção do empreendimento, por tratar-se de uma associação de empresas nacionais e multinacionais, tratando-se das grandes empreendedoras da usina.

[...] a UHEE é operada pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE), que é responsável pela sua operacionalização e tem em seu *know how* uma composição societária formada pelas empresas TRACTBEL Energia, demandando maior percentual acionário, com 40,07%, Vale (30%), ALCOA (25,49%), e InterCement (4,44%). Significa dizer que o CESTE é basicamente controlado pela Suez TRACTBEL, agora ENGIE do Brasil Energia, pois, como acionista majoritária do consórcio, essa empresa se constitui a maior geradora privada de energia elétrica do Brasil, operando com capacidade de 10.290 MW em 32 usinas em todo o país (CARVALHO, 2018, p. 14).

O início da construção da barragem de Estreito ocorreu em 05 de fevereiro de 2007, passando a atingir a represa dos dois municípios do estado do Maranhão (Carolina e Estreito) e dez do estado do Tocantins (Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis,

Filadélfia, Goiatins, Itapiritins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins). De acordo com Santiago (2014, p. 23), “Cerca de oito mil trabalhadores envolveram-se diretamente com a finalização da construção da UHE, que obteve investimentos na ordem de R\$ 4 bilhões e terá uma potência instalada de 1.087 MW”.

Dado o exposto e segundo o autor, os direitos da implementação da barragem já haviam sido conquistados pelo CESTE em 2002, através de um leilão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As empresas multinacionais estavam envolvidas no processo de construção da usina, como na exploração dos recursos naturais, visando o crescimento econômico.

De acordo com os documentos e arquivos disponíveis nos órgãos competentes, a concessão de uso para a exploração da UHE Estreito foi conquistada pelo consórcio CESTE em leilão realizado pela ANEEL, em julho de 2002, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, com predominância de capital internacional. A cota de participação se dá atualmente nos seguintes termos: GDF Suez/Tractebel Energia – 40,07%, Companhia Vale do Rio Doce – 30%, Alcoa Alumínio S/A – 25,49%, Camargo Corrêa Energia – 4,44%. <sup>6</sup>(SANTIAGO, 2014, p.24).

Por meio disso, nota-se que as quatro empresas envolvidas no consórcio da compra da barragem visam o mesmo objetivo: a exploração dos recursos naturais com o intuito do crescimento econômico. Após ganhar no leilão promovido pela ANEEL, as demandas seguintes vieram sobre os Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) que apresentou falhas e faltas “[...] durante a leitura dos mesmos e no acompanhamento dos processos ao longo do desenvolvimento da pesquisa, além dos compromissos assumidos e que não foram cumpridos e/ou dos que foram cumpridos de maneira precária” (PEREIRA, 2015, p. 98).

Dessa forma, destaca-se o papel irresponsável desses órgãos que não levaram de forma mais precisas estudos que viriam a não permitir a construção da usina. Dentre os fatores que causam maiores discordâncias acerca da Licença prévia, destacam-se: a falta de informações claras e objetivas sobre o empreendimento como também seu potencial modificador; a total desconsideração com os recursos hídricos; falta de recursos humanos, materiais e financeiros que impedem uma fiscalização ambiental adequada; a falta de transparência para com a população acerca das informações contidas nos documentos; e a falta de consideração, a bacia hidrográfica do Tocantins (que já vem sofrendo com uma série de intervenções anteriores). A

---

<sup>6</sup> As quatro empresas mencionadas foram as que ganharam o leilão promovido pela ANEEL, para construção da UHE de Estreito. Após o escândalo de corrupção, Lavajato, em que a empresa Camargo Corrêa envolveu-se em decorrência do pagamento de propinas nas obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, passando com isso a não fazer mais parte das confrarias de empreendedoras da UHE de Estreito, passando a empresa InterCement a assumir o cargo de empreendedora.

empresa responsável para fazer este estudo foi contratada pelo CESTE, o que quebra qualquer barreira da ética e da viabilidade do estudo, por ser uma das empresas que fazem parte do consórcio – neste caso a Camargo Corrêa Energia LTDA (PEREIRA, 2015).

Mesmo com os direitos da usina tendo sido conquistados pelo CESTE, muito ainda se discutia sob a sua instalação, dado que em 2003 o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), tendo analisado os EIA/RIMA, solicitou ao consórcio que realizasse um estudo complementar, em razão de não poder contemplar a usina com a Licença Ambiental sem a realização de novas audiências públicas. Com isso, realizaram novas audições em que a comunidade indígena Khahó, Apinajé e Krikati estiveram presentes, por terem sido atingidos pela UHE de Estreito (SANTIAGO, 2014).

Apesar de toda a resistência e luta contra a implementação da usina, “[...] a Licença Prévia (LP) foi concebida em abril de 2005, sem o aval técnico do IBAMA, que chegou a identificar 54 pontos incompletos para a emissão desta”. (SANTIAGO, 2014 p. 27).

Almeida (2007) destaca que, após análises do EIA/RIMA, o IBAMA solicitou estudos complementares para esclarecimentos técnicos e detalhamento acerca dos impactos da usina, o que também pedia esclarecimentos sobre os impactos nas terras indígenas Apinajé. Após as exigências, foi apresentado em audiência pública, com representantes dos povos indígenas Apinajé, Gavião, Krahó e Krikati, os representantes da Associação Indígena WytTy-Catë, uma solicitação de que a licença prévia do empreendimento não fosse concedida, tendo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) solicitado a análise dos estudos complementares pelos órgãos indigenistas.

O Ministério Público Federal, após a emissão da Licença, fez uma recomendação ao Ibama de que revogasse até que se complementassem os estudos dos impactos provocados pelo empreendimento. A recomendação foi encaminhada pelos Procuradores da República no Estado do Tocantins e no Estado do Maranhão, os quais apontaram dezesseis itens que tornavam precária a Licença, entre os quais a necessidade de estudos etnoecológicos nas terras indígenas localizadas na área de influência do empreendimento. No entanto, o órgão ambiental não acatou a Recomendação, alegando que as dúvidas apontadas pelos procuradores seriam sanadas ao longo do processo de licenciamento (ALMEIDA, 2007, p. 14).

Em decorrência da licença prévia, as obras iniciaram-se em 2007, mesmo com a relutância das comunidades indígenas, como também dos moradores ribeirinhos, pescadores, que, desde as audiências, se incomodaram com a vinda da usina para a região.

Por estar situada na divisão entre dois estados, as licenças para a construção da usina passaram pela aprovação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), Sistema Estadual do Meio Ambiente (SISEMA) e Instituto de

Natureza do Tocantins (NATURATINS), um órgão de cada estado, respectivamente, que pouca atuação tiveram diante da aprovação de tais licenças.

A saída da licença prévia foi alvo de comemoração por boa parte da população estreitense na época, tendo em vista os altos preços dos imóveis, como os grandes investimentos no crescimento urbano da cidade ocorrido em razão da grande migração de trabalhadores para a construção da usina. Os preços dos aluguéis subiram absurdamente, assim como o crescimento de todo o comércio local.

Esta foi a época em que a cidade suportou o maior número de habitantes e, junto com a demanda, veio o crescimento de fenômenos como a violência e a exploração da prostituição, entre outros fatores que estavam presentes no município durante todo o processo de construção da barragem. A cidade de pequeno porte não estava preparada para receber tamanho empreendimento. Cabe ressaltar que, em decorrência disso, o município passou por um grande processo de adaptação como o crescimento imediato da população, os índices de circulação e da falta de políticas para os trabalhadores que migraram para a cidade por razões trabalhistas.

Desde sua instalação, a usina tem impactado o meio ambiente agressivamente, em decorrência do alagamento do reservatório de água, como ocorreu com o lago que se instalou no ano de 2011, alagando a área 400m<sup>2</sup>, retirando várias famílias do local, assim como pontos turísticos que foram totalmente inundados por causa da formação do lago.

Partindo da ótica do desenvolvimento, a produção de energia é pautada como de grande importância, sendo responsabilidade do estado a transmissão e distribuição dessa energia produzida, causando o grande número de hidrelétricas que vêm sendo construídas no país. No entanto, o que de fato ocorre, é que a maioria da energia produzida pelas usinas é exportada, o que acaba não gerando benefícios para a região na qual se instala. O Tocantins “[...] possui uma das tarifas mais altas do país, estes tributos são aproximadamente de 30%. Juntos os tributos e encargos respondem entre 45% e 50% de tarifas de energia, colocando a energia do país entre as dez mais caras do mundo” (SIEBEN, 2012 p. 77).

Sieben (2012) destaca que nas décadas de 1970/80 realizaram-se estudos que mapearam o potencial hidrelétrico do rio Tocantins. O estado tem localização estratégica no centro do Brasil, o que facilitaria a geração e o fornecimento de linhas energéticas.

O rio Tocantins tem sido intensamente modificado nas últimas décadas com a implantação de várias barragens para atender à demanda de energia do país, como parte de um programa de aproveitamento ambiental dos recursos desta bacia hidrográfica (PEREIRA, 2015, p. 97).

Em decorrência de seu ponto estratégico, a usinas hidrelétricas na bacia do Tocantins têm se implantado no estado, tendo no total a sequência de montante e jusante, seria: São Salvador, Peixe, Ipueiras, Lajeado, Tupiratins, Estreito e Serra Quebrada.

Até o ano de 2008, estavam em operação catorze UHE's no estado, contabilizando uma potência de 1.403Mw, atingindo uma área de aproximadamente 940Km<sup>2</sup>. As usinas projetadas eram treze e gerariam 6.422Mw, atingindo área em torno de 4 mil Km<sup>2</sup>. As usinas em construção contabilizam oito e gerariam em torno de 1.212Mw, atingindo área estimada de 690Km<sup>2</sup> [...] acrescenta que a UHE de Estreito encontrava-se nesta situação no ano de 2008, e recentemente mais usinas estão previstas para o rio Araguaia (SIEBEN, 2012, p. 84).

Através disso, percebemos a agressão que tais empreendimentos estão causando à bacia hidrográfica do rio Tocantins, assim como a UHE de Estreito e das demais que já se instalaram, ainda existe um número significativo de barragens que irão se instalar na região. Por meio disso, o rio Tocantins que é permeado por histórias, afetos e cultura acabará tornando-se num rio “alagado”, transformando seus níveis naturais em percursos fluviais mortos.

A UHE de Estreito é uma das inúmeras usinas instaladas e que ainda se instalarão no rio Tocantins. O projeto hidrelétrico destaca-se por estar instalado em um estado e ter o maior número de municípios atingidos de outro. Por se instalar entre a divisa dos estados do Maranhão e Tocantins, a casa de Força e sede da usina ficou instalada na cidade de Estreito (MA) e o vertedouro, no município de Aguiarnópolis (TO).

Em 2010, com mais de 95% do cronograma físico da obra cumprido, o CESTE e o governo federal comemoravam a celebração do projeto. A visita do então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva ao canteiro de obras da UHEE marcou o fechamento da primeira comporta do vertedouro, iniciando-se o processo de enchimento do reservatório. Em 2011, a UHEE pôs em operação quatro unidades geradoras das oito turbinas do empreendimento, representando 50% da capacidade nominal instalada de geração de energia da Usina. No ano de 2012, todos os geradores estavam em pleno funcionamento (CARVALHO, 2018, p. 74).

Após enchimento do reservatório e fechamento das comportas, a concretização do empreendimento não se prolongou muito, tendo sido inaugurada em 17 de outubro de 2012, estando presentes na cerimônia de inauguração o presidente do senado José Sarney, o governador do Maranhão Washington Luiz Oliveira, o governador do Tocantins, Siqueira Campos, e a presidenta da República, Dilma Rousseff, sendo acompanhada por Marcelo Crivella, ministro da pesca (SANTIAGO, 2014).

Cabe ressaltar que, em visita à usina no dia 26 de novembro de 2018 junto aos alunos do curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins, tive a oportunidade de, pela primeira vez, conhecer o canteiro de obras. Por meio de uma visita guiada por representantes

da Lago Azul (empresa que fez a retirada das famílias de seus territórios antes da usina e que atualmente realiza a reintegração de posse das terras que estão em disputa judicial contra o consórcio), que realizou um tour pelo canteiro de obras nos levando desde a casa de força até o vertedouro.

É importante frisar que, ao adentrarmos na central que controla o funcionamento das turbinas, foi indagado à funcionária responsável pelo setor sobre o funcionamento das turbinas e qual a quantidade de energia produzida pela usina em média por dia. A funcionária embaraçosamente nos respondeu que, das oito turbinas, duas estavam em manutenção e que a UHEE fornecia 641 Mw, em média, por hora.

Também foi questionado para onde iria a energia produzida pela UHEE. A funcionária nos respondeu que a produção energética da barragem de Estreito iria para o setor nacional e que a barragem depende das quatro outras usinas que estão a montante da de Estreito. Com isso, observa-se que pelo fato de a barragem funcionar de acordo com a vazão do rio, a usina não estaria fornecendo a quantidade de megawatts pressupostos no projeto de implantação, pois, segundo os relatos dos próprios funcionários, as oito turbinas não estariam em funcionamento.

A ENGIE, empresa responsável pela maior quantidade em porcentagem de administração da usina enfatizou que a empresa tanto gera como comercializa a energia por eles produzida. Segundo a funcionária, a energia produzida pela UHEE fornece o Setor Elétrico Nacional e necessita do fornecimento de outras usinas para continuar funcionando.

Através disso, podemos questionar sobre todos os discursos, promessas e propostas de desenvolvimento que foram promovidos em decorrência da construção da usina e que, atualmente, observa-se que nem a sua capacidade inicial de fornecimento elétrico está sendo alcançado.

A UHE de Estreito teve 1.020 famílias deslocadas compulsoriamente, segundo os relatórios do EIA/RIMA, entretanto, o MAB destaca que aproximadamente cinco mil famílias foram deslocadas em decorrência da barragem de Estreito (CARVALHO, 2018). Dentro do número de famílias deslocadas/desterritorializadas destacam-se os interlocutores do presente estudo, os moradores do Acampamento Coragem que, desde a implantação da usina, buscam formas de melhorias de vida, resistindo aos efeitos, ameaças e conflitos que o empreendimento causou e causa em suas vidas.

### 2.3 O Estado e o empreendedor: os atingidos e os efeitos da UHEE

A definição de atingido é abordada por Vainer (2008, p. 40) segundo o qual “[...] a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores”. Com isso, dar o reconhecimento àquele que foi atingido por alguma obra de empreendimento significa dar a esse o reconhecimento legítimo de atingido.

No Brasil, mas não apenas, por longo tempo, a implantação de grandes empreendimentos, em particular de projetos hidrelétricos, operou com o que se pode chamar de abordagem ou estratégia territorial-patrimonialista. A perspectiva e a ação do empreendedor, neste caso, são determinadas pela aquisição do domínio, isto é, da propriedade da área (VAINER, 2008, p. 41).

Essa concepção parte do pressuposto de que os atingidos classificam-se como aqueles que detêm legalmente o domínio da área impactada, ou seja, exclusivamente os proprietários das terras alagadas. Podemos exemplificar isso com base na realidade de uma de nossas interlocutoras:

O povo quando trabalha nas terra alheia, quando trabalha que o dono da terra deixa a gente trabalhar na terra né, muito tempo, foi um bocado de ano, ai no tempo que impactou aquela terra a gente foi... tem gente que foi indenizado né. Nós não, por causa que... o homem sempre falou isso né. Ele tem a sede da fazenda dele, dessa terra aqui é muito longe daqui a sede dele. Quase ninguém nunca foi nesse lugar né. Não tem nada a ver, nois já viemo pra cá sabendo, nois ia plantar, colher e plantar o capim pra ele. Mas não ganhava nada com isso. Ta entendendo como é que é?! Ai inundou tudo, quem ganha só ele que é dono da terra né, nois que morava anos barracão que é as casa por aqui tava sabendo disso que não ganhava nadinha não (M.S.M, 55 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/07/2019).

No contexto da Usina Hidrelétrica de Estreito encontra-se muitos casos em que os fazendeiros receberam indenizações, ao contrário dos pescadores e vazanteiros que viviam às margens dessas terras não receberam qualquer tipo de compensação. A narrativa da pescadora ao destacar que, com a vinda do empreendimento, já estava ciente de que não receberia nenhuma indenização, pois ocupava a terra de um fazendeiro e seria ele quem receberia a compensação pelo impacto da barragem, vai de acordo com o atingido territorial patrimonialista elencado por Vainer (2008).

A segunda concepção trata-se da hídrica: “Neste caso, atingido passa a ser entendido como inundado e, por decorrência, como deslocado compulsório [...]” (VAINER, 2008, p. 45). Tratando-se do inundado, como o caso dos pescadores, vazanteiros e ribeirinhos que fazem uso da terra dos fazendeiros, estes têm seus modos de vida impactados, mas não são reconhecidos como atingidos pelos empreendedores.

O MAB é um dos movimentos que tem lutado para conquistar o direito dos atingidos. O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) reconhece que a

implantação de barragens no país tem acarretado uma série de violações de direitos, dando destaque para 16 direitos deles:

1. Direito à informação e à participação;
2. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão;
3. Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida;
4. Direito à moradia adequada;
5. Direito à educação;
6. Direito a um ambiente saudável e à saúde;
7. Direito à melhoria contínua nas condições de vida;
8. Direito à plena reparação de perdas;
9. Direitos à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados;
10. Direito de ir e vir;
11. Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais;
12. Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais;
13. Direito de grupos vulneráveis à proteção especial;
14. Direito de acesso à justiça e à razoável duração do processo judicial;
15. Direito à reparação por perdas passadas;
16. Direito de proteção à família e aos laços de solidariedade social ou comunitária. (MAB, 2015, p. 07-08).

Esses inúmeros direitos violados pela instalação de hidrelétricas ocasionam uma série de desigualdades sociais que já são latentes em nossa sociedade, acarretando em situações de vulnerabilidade, desestruturação social, familiar e individual (ROCHA, 2016).

Uma questão interessante é que somente a partir de 2008, depois de muita luta e reivindicações por parte dos pescadores atingidos pela UHE de Estreito, juntamente com o MAB, estes trabalhadores conquistaram, em âmbito nacional, o reconhecimento da categoria pescador como “atingido” (ROCHA, 2016, p. 51).

O pescador só passou a ser reconhecido como atingido após inúmeras lutas e resistências contra a UHE de Estreito. Isso destaca o papel relevante que o movimento, junto aos atingidos, tem conquistado durante as suas lutas. Tal direito ocorreu através de acampamentos em frente a usina, passeatas e caminhadas em protesto contra a instalação da usina e do reconhecimento do pescador como atingido por tal empreendimento.

Através disso, muito se tem conquistado com esse reconhecimento, dado o fato de agora serem legitimamente reconhecidos como atingidos, afinal, o atingido define-se a partir do reconhecimento e legitimação de seus direitos, conforme Vainer (2008). Entretanto, muitas são as lutas dos atingidos pelas barragens, pois buscar uma mobilização contra barragens vai além de recusar a implantação desses megaempreendimentos, mas do reconhecimento de que

[...] há, ainda, um longo percurso a cumprir, para que os atingidos por barragens sejam reconhecidos, efetivamente, em sua condição humana, e conseqüentemente, como sujeitos políticos dotados de direitos. Tão urgente quanto, é a necessidade de reconhecer e respeitar os outros usos e significados [...] que diferentes grupos sociais

atribuem aos rios, para que deixem de prevalecer, sempre a visão dos rios como meras jazidas de megawatts (NOBREGA, 2011, p. 141).

Ainda é preciso muito para que os atingidos por barragens sejam reconhecidos sujeitos políticos dotados de direitos. A autora destaca que os rios não são meras jazidas de megawatts, utilizados com o fim de gerar energia, e que os atingidos não podem ser tratados como meros habitantes de um espaço social que possam ser descartados a qualquer momento.

A luta por visibilidade e direitos tem sido almejada e pautada a cada nova usina instalada no país. Com isso, poderemos um dia chegar ao êxito de conseguirmos utilizar outros meios de gerar energia, inclusive as renováveis que são pouco utilizadas, mas são menos agressoras em diversos aspectos, tanto sociais quanto ambientais.

O uso inadequado dos bens naturais pauta-se nos debates promulgados atualmente sobre como a natureza tem se tornado numa mercadoria, conforme destaca Diegues (2008): “Na sociedade capitalista, a natureza não é mais reconhecida como um poder mas como objeto de consumo ou meio de produção” (DIEGUES, 2008, p. 47). Portanto, observa-se como a produção do modelo energético brasileiro e o uso da energia fornecida pelas hidrelétricas tem transformado a natureza numa mercadoria, usando dos rios como fontes para o benefício do capital.

Através disso, pode-se refletir sobre os impactos que este modelo causa à sociedade, em específico às comunidades tradicionais. A Comissão Mundial de Barragens (2000) destaca que esses efeitos não são avaliados de forma adequada, chegando até a não serem considerados: “A gama desses impactos é considerável - sobre a vida, a subsistência e a saúde das comunidades afetadas que dependem do ambiente ribeirinho” (CMB, 2000, p. 20).

Os efeitos causados às comunidades tradicionais estão ligados à retirada de suas terras, à falta de indenização e à perda do território que abarca efeitos tanto sociais quanto culturais e econômicos. Acerca das comunidades tradicionais, Almeida (2004) destaca sua diversidade e forma de existência coletiva entre diferentes grupos sociais, assim como as suas relações com os recursos naturais.

A própria categoria “populações tradicionais” tem conhecido deslocamentos no seu significado desde 1988, sendo afastada mais e mais do quadro natural e do domínio dos “sujeitos biologizados” e acionada para designar agentes sociais, que assim se autodefinem, isto é, que manifestam consciência de sua própria condição. Ela designa, deste modo, sujeitos sociais com existência coletiva, incorporando pelo critério político organizativo uma diversidade de situações correspondentes aos denominados seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros e pescadores que têm se estruturado igualmente em movimentos sociais. A despeito destas mobilizações e de suas repercussões na vida social, não tem diminuído, contudo, os entraves políticos e os impasses burocrático-

administrativos que procrastinam a efetivação do reconhecimento jurídico-formal das “terras tradicionalmente ocupadas” (ALMEIDA, 2004, p. 11).

Por meio disso, destaca-se como essas populações têm sofrido com os efeitos ocasionados pelos grandes empreendimentos, como é o caso das usinas hidrelétricas. Conforme Almeida (2004), estes povos classificam-se pela sua relação coletiva e sua relação com os meios naturais. Nesse sentido, o modelo energético brasileiro tem sido um dos grandes agressores a essas comunidades que, há anos, fazem uso do meio natural, e, em decorrência da implantação destes projetos, vêm sofrendo com os impactos em seus modos de vida.

As culturas e sociedades tradicionais se caracterizam pela a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida; [...] d) moradia e ocupação deste território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado (DIEGUES, 2008, p. 89).

A Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem caracteriza-se dentro da concepção de culturas e sociedades tradicionais elencada por Diegues (2008), tendo em vista que a dependência da natureza em suas práticas de subsistência é que determina os seus modos de vida, dado o fato de que a sua relação com a terra e o rio, que são os meios naturais de onde tiram seu sustento, determinam práticas culturais exercidas por eles.

O Acampamento Coragem destaca-se por ser um grupo de atingidos/as pela Usina Hidrelétrica de Estreito, cujos moradores ocupam um território em disputa contra o CESTE, e classifica-se como uma comunidade ribeirinha. O acampamento agrupa por volta de 36 famílias, tendo aproximadamente cem residentes neste território.

A ocupação deste território surge em outubro de 2015, período em que esse grupo, por ter enfrentado uma gama de lutas e discussões acerca dos direitos negados, passaram a ocupar tal terra ao saberem que a mesma pertencia ao CESTE, e com o aparato do MAB e do presidente da Cooperativa, adentraram este espaço em busca de sua reterritorialização.

Antes de buscarem fixar uma nova territorialidade, os moradores do acampamento foram desterritorializados. Cada acampado carrega consigo a memória do lugar que foi alagado e de onde foram retirados em decorrência da construção da barragem.

O número de desterritorializados [...] aumenta em todo o mundo e, lamentavelmente, a paisagem com acampamentos começa a se tornar comum. No fundo, temos o conflito aberto pela conquista de territórios, enfim, pela disputa por recursos vitais para empresas e Estados, posição estratégica diante de recursos como energia e minerais considerados vitais (água e biodiversidade incluídos), enquanto que para a

maioria da população trata-se de buscar terra para plantar, de um espaço para construir uma casa para morar, de água para beber, de emprego para viver (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 202).

Como destacado pelo autor, com o decorrer dos anos, o número de desterritorializados tem aumentado no mundo, e isso se associa evidentemente ao número de usinas hidrelétricas que se instala no país e no mundo. A cada nova barragem que se instala no mundo, o número significativo de pessoas que sofrem com os efeitos da desterritorialização cresce no decorrer dos anos. De acordo com Porto-Gonçalves (2011), “Há múltiplas territorialidades redefinindo suas estratégias nesse contexto de crise do período de globalização neoliberal, e os deslocamentos de população são uma das suas maiores evidências com efeitos ambientais em si mesmos” (p. 201).

Através destes fatores ficam evidentes os efeitos causados por obras de infraestrutura, como o caso das barragens. Entretanto, as comunidades têm buscado resistir ao modelo energético e sua proposta de “desenvolvimento”. Muito tem se discutido sobre as agressões à natureza que esses projetos têm ocasionado, como as formas que o Estado busca de promover a sua utilização.

A disjunção forçada entre a natureza e a cultura tradicional, em que os homens são proibidos pelo Estado, de exercer suas atividades do fazer patrimonial, e também do saber, representa a imposição de um mito moderno: o da natureza intocada e intocável, próprio da sociedade urbano-industrial sobre mitos das sociedades tradicionais (DIEGUES, 2008, p. 62).

Conforme apontado por Diegues (2008), o Estado tem proibido as comunidades tradicionais de exercerem atividades culturais em seu meio natural. Em destaque, encontram-se os moradores do Acampamento Coragem que, em decorrência da Área de Preservação Permanente (APP), são proibidos de fazer uso de 100 metros à margem do reservatório, não podendo plantar ou utilizar essa área com a penalidade de serem multados. Esse fator tem impedido que vazanteiros pudessem continuar a realizar sua atividade profissional, dado o fato que plantam à margem do rio no período de desnível, aproveitando da fertilidade do solo para o plantio de hortaliças, grãos, vegetais e frutas.

Nesse sentido, desatacam-se as inúmeras ações do Estado para a instalação de barragens e como esse pressuposto de promoção do “progresso” tem impactado inúmeras comunidades.

## 2.4 Desterritorializados do Desenvolvimento: o capitalismo e as hidrelétricas

O desenvolvimento tem cunhado uma discussão muito presente sobre a sua definição, tendo sido pautado em diversos contextos, muitas vezes apropriado pelo próprio capitalismo que utiliza das suas alternativas para promulgar discursos desenvolvimentistas, entretanto, o que buscamos é trazer uma reflexão crítica ao modelo de desenvolvimento. Bem sabemos que a humanidade, desde a Revolução Industrial, convive com o processo de desenvolvimento, com o advento da modernidade e das alternativas reproduzidas pelo próprio Estado de como gerar mudanças sociais.

Através disso, e partindo da análise de se refletir sobre a sociedade e seu eixo desenvolvimentista, é possível que analisemos a formação da sociedade sem o seu eixo central de desenvolvimento? Propomos um olhar crítico acerca da história do desenvolvimento e seus efeitos sociais. Por meio dessa perspectiva, de acordo com Freitas et. al (2016, p. 93), “[...] visa-se analisar e visibilizar diferentes modos de viver coletivamente, práticas sociais que não se vinculam aos valores culturais oriundos da modernidade europeia e da ideologia desenvolvimentista”. Nesse sentido, o pós-desenvolvimento surge para demonstrar os impactos negativos das políticas desenvolvimentistas, buscando desconstruir a ideia de desenvolvimento promulgada pelo Estado, pautando-se nas alternativas levantadas pelos movimentos sociais.

Escobar (2007) discute em sua obra que, por volta da década de 1970, Ásia, África e América Latina mantinham o foco de suas discussões sobre a natureza do desenvolvimento, trazendo as discussões pautadas nas teorias econômicas do desenvolvimento da década de 1950, até as abordagens das necessidades humanas básicas, promovendo o debate acerca não simplesmente do crescimento econômico, como também, das benfeitorias que esse modelo viria a distribuir. As discussões elencadas pelos teóricos e políticos da época tratavam de analisar os tipos de desenvolvimento que buscariam resolver os problemas sociais e econômicos destas regiões. Entretanto, se opunham às estratégias capitalistas de promoção do desenvolvimento, apesar de não proporem modificações e melhorias na forma com que era concebido, dado o fato de o desenvolvimento ser uma necessidade que estaria no imaginário social.

Ver o desenvolvimento como um discurso produzido historicamente implica examinar as razões pelas quais muitos países começaram a se considerar subdesenvolvidos no início do segundo período do pós-guerra, como o ‘desenvolvimento’ se tornou um problema fundamental para eles e como, finalmente, eles começaram a tarefa de ‘subdesenvolvimento’ submetendo suas sociedades a intervenções cada vez mais sistemáticas, detalhadas e extensivas. Quando especialistas e políticos ocidentais começaram a ver como um problema,

certas condições na Ásia, África e América Latina - na maioria das vezes o que era percebido como pobreza e atraso – apareceram um novo campo de pensamento e experiência chamado desenvolvimento, o que levou a uma estratégia para lidar com esses problemas. Criada inicialmente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, a estratégia de desenvolvimento tornou-se uma força poderosa no próprio Terceiro Mundo dentro de alguns anos (ESCOBAR, 2007, p. 23-24)<sup>7</sup>.

Por meio disso, Escobar (2007) explicita a forma como o desenvolvimento descrevia a realidade social de forma diferente. Nesse contexto, eram reproduzidas ideias, planos e teorias de desenvolvimento, o que não necessariamente melhorava as condições da maioria da população. O autor enfatiza que a realidade foi colonizada pelo discurso desenvolvimentista, e os que se encontravam insatisfeitos com tais pressupostos tiveram que lutar por diferentes proposições, buscando uma nova realidade que viria a ser construída no decorrer dos anos.

Partindo desse viés, Escobar (2007) propõe a desconstrução do desenvolvimento, partindo das análises discursivas do termo nas décadas de 1980/90, articulando regimes alternativos de representação. Com isso, o autor traz reflexões sobre abordagens desconstrucionistas do desenvolvimento, a partir do debate de como essa desconstrução propõe uma análise arbitrária do conceito, destacando suas especificidades culturais e históricas e os perigos que seu uso representa ao terceiro mundo.

Com isso, o objetivo de Escobar (2007) é propor uma apresentação acerca da visão geral da construção histórica do desenvolvimento e do terceiro mundo como um todo buscando liberar o campo discursivo e ajudar a examinar as novas alternativas de se refletir sobre o desenvolvimento, rompendo com o modelo pautado historicamente pelos que detêm o poder.

Que alternativas estariam relacionadas a refletir sobre um modelo de desenvolvimento que pondere sobre a realidade social dos indivíduos? No escopo do debate sobre as teorias desenvolvimentistas da década de 1950 e 1970, a teoria da modernidade e a teoria marxista encontram-se no pós-desenvolvimento que se opõe a esses modelos hegemônicos. Os pressupostos basilares do pós-desenvolvimento buscam o avanço do ideário sobre um mundo dividido entre subdesenvolvidos e desenvolvidos. O que é apontado pelo pós-

---

<sup>7</sup> Minha tradução. Citação Textual: “Ver el desarrollo como discurso producido históricamente implica examinar las razones que tuvieron tantos países para comenzar a considerarse subdesarrollados a comienzos de la segunda posguerra, cómo “desarrollarse” se convirtió para ellos en problema fundamental y cómo, por último, se embarcaron en la tarea de “des-subdesarrollarse” sometiendo sus sociedades a intervenciones cada vez más sistemáticas, detalladas y extensas. A medida que los expertos y políticos occidentales comenzaron a ver como problema ciertas condiciones de Asia, África y Latinoamérica –en su mayor parte lo que se percibía como pobreza y atraso– apareció un nuevo campo del pensamiento y de la experiencia llamado desarrollo, todo lo cual desembocó en una estrategia para afrontar aquellos problemas. Creada inicialmente en Estados Unidos y Europa occidental, la estrategia del desarrollo se convirtió al cabo de pocos años en una fuerza poderosa en el propio Tercer Mundo”.

desenvolvimento é justamente a apresentação do que as políticas e os programas de desenvolvimento executam, assim como a discussão sobre seus efeitos, sucesso e os resultados que tem obtido (FREITAS et. al, 2016).

[...] encontrar um bom conceito para o desenvolvimento, tampouco buscar boas práticas que venham a renovar o conceito. Encontrar um modo mais eficaz de se pensar e de se perseguir o desenvolvimento é algo muito diferente de “imaginar uma era pós-desenvolvimento” [...], na qual estaríamos livres dos “fantasmas” e das ideologias desenvolvimentistas. O que esta visão de mundo pretende é, portanto, livrar-nos do desenvolvimento enquanto narrativa que alimenta o planejamento social, governa populações por meio de programas de crescimento econômico e nutre utopias de progresso, geralmente frustradas ao longo de décadas (FREITAS et. al, 2016, p. 96).

A partir disso, a lógica desenvolvimentista que trazemos em debate trata-se especificamente de uma crítica ao modelo progressista que se pauta pelo Estado e empreendedores ao reproduzirem o discurso colonial do desenvolvimento, que, nesse sentido, não abarca a realidade social do indivíduo. Através disso, utilizamo-nos dos discursos promovidos pelos empreendedores da Usina Hidrelétrica de Estreito, destacando a forma com que a instalação do empreendimento abarca questões de:

Pensar no modelo de desenvolvimento em termos de discurso nos permite concentrar-nos na dominação - como, por exemplo, as primeiras análises marxistas - e, ao mesmo tempo, explorar de maneira mais produtiva as condições de possibilidade e os efeitos mais difundidos do desenvolvimento (ESCOBAR, 2007, p. 23)<sup>8</sup>.

Segundo Escobar (2007), a análise desse discurso nos permite criar possibilidade de se desapegar dele e criar oportunidades de promover uma análise do contexto teórico e prático a que ele está envolvido, permitindo, assim, a individualização do desenvolvimento como espaço culturalmente envolvente, da mesma forma que abre possibilidades de nos afastarmos dele e refletirmos sobre outras maneiras de percebê-lo.

Partindo desse debate, propomos a problematização sobre os desterritorializados do desenvolvimento, pautando-nos, especificamente, nas comunidades atingidas pela barragem de Estreito que sofreram com os deslocamentos compulsórios realizados pelo empreendimento.

Nobrega (2011) discorre sobre os refugiados do desenvolvimento, categoria criada para enfatizar a realidade dos atingidos por barragens. Partindo dessa perspectiva,

---

<sup>8</sup> Minha tradução. Citação textual: “Pensar el desarrollo en términos del discurso permite concentrarse en la dominación –como lo hacían, por ejemplo, los primeros análisis marxistas– y, a la vez, explorar más productivamente las condiciones de posibilidad y los efectos más penetrantes del desarrollo”.

utilizaremos como Desterritorializados do Desenvolvimento para discorrer sobre a situação vivenciada pelos moradores do Acampamento Coragem e demais povos que têm sofrido com os impactos ocasionados pela barragem de Estreito.

Os ‘atingidos por barragens’ fazem parte do grupo crescente dos ‘refugiados do desenvolvimento’, termo que designa as pessoas que sofreram deslocamentos forçados motivados por obras de infraestrutura, como as estradas, ferrovias, bases de lançamento aeroespacial, portos, etc. apresentamos como ‘programas de desenvolvimento’, estes grandes projetos de investimentos que foram responsáveis, entre 1990 e 2000, pelo deslocamento compulsório e pelo empobrecimento de cerca de milhões de pessoas (NOBREGA, 2011, p. 126).

Conforme destacado por Nobrega (2011), percebe-se que o crescimento desses megaempreendimentos prejudicou um grande número de pessoas e continua a prejudicar. Tais projetos desclassificam aspectos importantes como as terras produtivas que, ao serem alagadas não servirão mais de uso para comunidade, uma vez que a terra é o meio em que as famílias ribeirinhas utilizam para sobreviver através da pesca e da agricultura. Os atingidos, conforme dito na citação acima, não são desapropriados de forma passiva, sendo obrigados – pela imposição dos empreendedores – a deixarem o território em que moravam.

Partindo dessa lógica, os atingidos por barragens são apontados como “refugiados do desenvolvimento”, pois sofreram deslocamentos obrigatórios, motivados por obras como de infraestrutura (NOBREGA, 2011). O discurso de desenvolvimento ocasionado com a implementação de tais projetos é a forma com que os empreendedores se utilizam para justificar a sua idealização e construção. É o discurso pautado pela lógica desenvolvimentista em que o dominador tenta convencer o dominado acerca de suas práticas, nesse caso, os empreendedores convencendo os atingidos.

O capital usa os meios de produção para se expandir tanto as hidrelétricas como as obras de infraestrutura para a produção do capital. O Estado se coloca como mediador a serviço do projeto do capital e insere no seu modelo de desenvolvimento a produção das condições necessárias á expansão do capital [...] O PAC e a Iniciativa de Integração de Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) são exemplos primorosos deste Estado a serviço do capital (ROCHA, 2016, p. 24).

Muitas são as pessoas que sofrem com deslocamentos compulsórios em decorrência da construção de barragens. A Usina Hidrelétrica de Estreito destaca-se dentre as demais usinas que impactaram a vida de muitas comunidades, como em específico a comunidade pesquisada neste estudo. Esses deslocamentos pautam-se em discursos reproduzidos pelos grandes empreendedores, que divulgam, potencializam e propagam que as construções de barragens visam o progresso da região em que se instalam.

Entretanto, cabe problematizar para quê e para quem esse progresso é promovido, visto que, conforme destacado por Nobrega (2011), “[...] as barragens tiveram papel central no processo de acumulação de capital, envolvendo Estados Nacionais e grandes corporações internacionais” (NOBREGA, 2011, p. 128).

Nessa perspectiva, podemos associar a forma com que esses discursos promovem a exploração dos empreendedores sobre a região e a comunidade em que a barragem se instala. Acerca do discurso, Michel Foucault (1971) destaca que

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1971, p. 8-9).

Por meio disso, associam-se os discursos promulgados pelo empreendedor da Usina Hidrelétrica de Estreito, desde sua instalação. Antes mesmo da licença prévia, muitos estudos foram realizados pelo consórcio para mapear os impactos que a região iria sofrer com a construção da usina, entretanto, tais estudos eram “mapeados” ou controlados em contrapartida com discursos desenvolvimentistas de que a região iria crescer e o progresso do país estaria sendo promulgado. Tais fatores interligam-se intrinsecamente àquilo que Foucault (1971) menciona sobre o controle que a produção do discurso tem. Nesse sentido, destaca-se a forma com que são promovidos pelo CESTE os discursos sobre a instalação da barragem em Estreito.

Apropriando-se desse discurso, existe a justificativa de que a usina hidrelétrica é necessária por ser uma das fontes de energia mais utilizadas no país e por seu grande potencial hidrelétrico. No entanto, isso gera impactos não só no meio ambiente físico, como no social. Isso se dá de diversas formas, como a transferência de comunidades, a perda de áreas florestais e os danos na biodiversidade (BERTOLIN et al., 2011).

Esse discurso não exclui os reais impactos sofridos pelas famílias atingidas como também pelo espaço físico ambiental, ou seja, esses impactos geram uma gama de discussões que viriam a desnaturalizar o que é tido por desenvolvimento. Segundo os relatos do CESTE, a UHE de Estreito proporcionou crescimento econômico significativo na região, em razão do crescimento da demanda e da ampliação do espaço social da cidade, no entanto, essa demanda diminuiu com o término da construção.

Esses discursos promovem a lógica capitalista de desenvolvimento, e acabam excluindo desse escopo os povos e comunidades tradicionais que são os que mais sofrem com os efeitos da construção de barragens, tendo em vista que o “[...] desenvolvimento foi

identificado por muitos com a noção de crescimento, modernização, industrialização, sem que isso implicasse necessariamente a distribuição da riqueza” (BENINCÁ, 2011, p. 142).

Desenvolvimento é assunto amplo, envolvendo questões relativas à saúde, trabalho, cultura, educação, moradia, segurança, enfim, qualidade de vida. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), promover o desenvolvimento consiste acima de tudo em possibilitar às pessoas o acesso aos instrumentos necessários para viverem o tipo de vida que escolherem. Refutar o desenvolvimento como mero crescimento econômico ou como simples quimera e buscar o “caminho do meio” é o mais desafiador. Implica articular decisões políticas com recursos econômicos, democracia com garantia de direitos, bem-estar social com preservação do meio ambiente etc (BENINCÁ, 2011, p. 144).

Percebe-se, portanto, que a construção de barragens vai contra a lógica de desenvolvimento que promove o bem comum do cidadão, tendo em vista que tal ideia parte de uma perspectiva exploratória. Em contrapartida a esse modelo, Benincá (2011, p. 146) destaca o desenvolvimento alternativo: “Esse modelo incorpora estratégias contra a globalização hegemônica e tem como paradigma a justiça social, a democratização da riqueza, a sustentabilidade ambiental e o respeito à diversidade cultural”. Com isso, podemos associar as diferentes concepções de desenvolvimento que têm sido repercutidas pelos empreendedores e como tais discursos reproduzem aquilo que é posto pela ótica capitalista, dado o fato de que a construção das usinas hidrelétricas é vista como indispensável para promover o desenvolvimento econômico na nação (BENINCÁ, 2011).

No Brasil, praticamente esgotado o potencial hidrelétrico dos melhores eixos da região Sudeste, a indústria barrageira tem se voltado para a Amazônia, caracterizada como uma nova fronteira hidrelétrica, detentora de 44% do potencial total do país. Os rios Tocantins, Xingu, Madeira e Tapajós e seus afluentes concentram a maior parte das barragens propostas ou executadas. Tais projetos inserem-se em uma estratégia de exploração dos rios amazônicos que atualiza as políticas desenvolvimentistas executadas pela ditadura militar na região a partir dos anos 1960 e que têm ameaçado e expropriado povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, camponesas, entre outros grupos sociais (NOBREGA, 2011, p. 135).

A construção de barragens tem impactado agressivamente o potencial hidrelétrico das fontes hídricas do país, tais pressupostos causam efeitos não só ao meio natural, como ao social, ao político, ao econômico e ao cultural de diversos grupos sociais. Dentro desse cenário, podemos ver diversas formas de pensarmos pelas quais as lógicas desenvolvimentistas de nossa sociedade, especificamente o Estado, promovem à população.

Seguindo essa perspectiva de como Nobrega (2011) aponta os refugiados do desenvolvimento, associamos os moradores do Acampamento Coragem como Desterritorializados do Desenvolvimento. Sobre a desterritorialização, Haesbaert (2016, p. 126) enfatiza que “[...] a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território

[...]”. No caso dos atingidos por barragens, não trata-se de abandono e sim de expulsão de seus territórios, a desterritorialização ocorre pela forma com que estes povos são deslocados de seus ambientes e, a partir disso, buscam se reterritorializar, fixar novas territorialidades em um outro lugar.

De acordo com Saquet (2007, p. 110), “O território aparece como ligação ao chão, anexação, fixação; natureza não transformada e a desterritorialização, como mudança, transformação, separação, desligamento”. Portanto, as propostas desenvolvimentistas promulgadas pelo Estado acarretam em efeitos desterritorializantes, transformando os territórios, a cultura e os modos de vida das populações atingidas.

Por terem enfrentado o processo de desterritorialização e, atualmente, buscado se reterritorializar, Saquet (2007, p. 163) menciona que “[...] os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização estão ligados, complementam-se incessantemente e, por isso, também estão em unidade. Todos acontecem ao mesmo tempo, para diferentes indivíduos”. Com os efeitos da desterritorialização, a reterritorialização surge como uma forma de fixar novas territorialidades, dado o fato de que os modos de vida dos acampados estão inteiramente ligados aos recursos naturais, tendo em vista que suas atividades de subsistências advêm daquilo que a terra e o rio produzem.

[...] uma dessas concepções acaba adquirindo uma espécie de ‘desterritorialização’ correspondente [...] também existem definições mais integradoras, como a que defendemos até aqui, e que vêem o território – ou os processos de territorialização – como fruto da interação entre relações sociais e controle do/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação) (HAESBAERT, 2016, p. 235).

Partindo dessa perspectiva, a desterritorialização ocasionada pela construção de barragens acarreta em sua série de efeitos, seja a mudança espacial/territorial, assim como a apropriação e a dominação deste espaço. A dominação ocorre através do deslocamento que os empreendedores realizam, retirando de seus territórios povos e comunidades tradicionais, o que, conseqüentemente, enquadra-se em apropriação e dominação destes espaços, assim como ocorre atualmente na luta pelo território da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem.

De acordo com isso, associamos refugiados do desenvolvimento à categoria de desterritorializados, criada por Haesbaert (2016), para enfatizar as formas com que a usina hidrelétrica tem impactado essa população ribeirinha, que sofre com os efeitos deste “desenvolvimento” promovido pelo Estado desde o surgimento da hidrelétrica.

## 2.5 O Movimento político e educativo no Acampamento: a atuação do MAB

As principais demandas do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) são a de lutar pelos direitos dos atingidos e resistir no que se refere às reivindicações para obter suas conquistas. Para tanto, os movimentos sociais apontam um caráter político e educativo na construção de suas lutas e manifestações, com isso pode-se situar a relação que o movimento pode ter com a educação, assim como afirma Gohn:

A relação movimento social e educação existe a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais. Ocorre de duas formas: na interação dos movimentos em contato com as instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dando o caráter educativo de suas ações (GOHN, 2011, p. 339).

O caráter educativo abordado pelo movimento social, no caso do MAB, ocorre ao levar aos atingidos as demandas que o movimento pratica como a luta pela terra e a busca por indenização, que são aspectos educativos das ações do próprio movimento. Isso ocorre, muitas vezes, em razão das famílias atingidas não saberem de seus direitos.

Nesse sentido, o processo educativo do movimento social também ocorre através da formação política entre os atingidos e atingidas do Acampamento Coragem, como as caminhadas e acampamentos ocorridos no processo de implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito, quando muitos dos atingidos protestaram contra a construção da barragem. Foi desse processo que surgiu a militância e a entrada de muitos no movimento.

Há aprendizagens e produção de saberes em outros espaços, aqui denominados de educação não formal. Portanto, trabalha-se com uma concepção ampla de educação. Um dos exemplos de outros espaços educativos é a participação social em movimentos e ações coletivas, o que gera aprendizagens e saberes. Há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos (GOHN, 2011, p. 333).

Desde a implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE), muitas manifestações contra a construção da barragem foram promovidas. Entre elas, os acampados destacam a caminhada que fizeram da cidade de Araguaína até a cidade de Estreito, passando a acampar em frente à entrada onde hoje se encontra a barragem por um período de aproximadamente um ano e oito meses, quando reivindicavam os direitos do pescador.

Dessas manifestações surgiram muitos militantes, como destacado pelos moradores do Acampamento Coragem. Através da luta contra barragens foi que eles tomaram conhecimento do movimento, bem como de seus próprios direitos. Portanto, com esses meios de luta destaca-se a forma com que os movimentos sociais “[...] são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes” (GOHN, 2011, p. 333).

Entre as inovações e matrizes geradoras de saberes promovidas pelos movimentos sociais, destacam-se os encontros de formação, eventos nacionais e audiências públicas que os acampados enfrentam junto com a participação do MAB. Tratando-se de seu caráter político, dentro do Acampamento Coragem a militância está especificamente ligada aos representantes do acampamento, muitos agora se consideram como militantes do MAB, mas ao tratar-se de assuntos específicos do movimento, a formação política associa-se ao líder do acampamento.

Através disso, destaco a formação que ocorre dentro do Acampamento Coragem, dando ênfase às demandas e tomadas de decisões da representante dos acampados. A liderança no Acampamento foi escolhida de forma coletiva entre os moradores. No início da ocupação, cada um buscou se organizar em seu espaço, e, como destacado por muitos deles, era “Cada um por si e Deus por todos”. Após adentrarem no acampamento, decidiram se reunir mensalmente para debaterem sobre diversas questões, como organização, divisão dos lotes, processo de produção e processos judiciais que enfrentariam para a conquista da terra. Nestas reuniões, decidiram quem iria representar os moradores em razão do seu papel na militância no movimento.

Por meio dos relatos, pude observar a importância e reconhecimento que os moradores dão ao MAB. Todos destacaram seu importante papel na luta pelos direitos da comunidade, tendo alguns deles enfatizado que, se não fosse a ajuda do movimento, eles não estariam naquele território.

[...] o Movimento surge a partir de um argumento social, dado que as pessoas se encontram diante de uma ameaça iminente de perderem suas terras, suas benfeitorias e seu ambiente de vida pela construção de hidrelétricas. [...] o MAB se constitui também em um instrumento político – com embasamento ideológico – e um espaço de formulação de propostas alternativas acerca da questão energética e do modelo de desenvolvimento da sociedade (BENINCÁ, 2011, p. 118).

Partindo da luta do movimento que, junto dos moradores do acampamento, enfrenta as audiências em busca da permanência nas terras, o MAB mostra sua representatividade e força, e é em razão de suas ações que muitos dos atingidos agora reconhecem seu papel político e social.

Em todas as reuniões, encontros e eventos que são promovidos pelo MAB, a liderança participa e leva junto consigo alguns dos moradores, quando possível. Durante as reuniões, destacam-se as principais ações desenvolvidas pelo MAB, inclusive, o acampamento está entre uma das lutas do movimento. Existem outros acampamentos que sofrem na justiça com as ameaças do CESTE na retirada do território ocupado e o movimento tem lutado pelo assentamento de todos estes acampamentos, como o caso do Coragem. Todos os

pescadores/as e ribeirinhos/as aumentam suas expectativas acerca do ganho da terra em razão da participação do MAB nesta luta.

A participação em um movimento social das características do MAB se dá também por questões culturais, mas o mais importante é observar que indivíduos integram o MAB porque veem-se na iminência de perderem sua fonte de sustento, sua forma de trabalho, seu meio de conseguir comida para si e sua família. Isso é absolutamente concreto na vida de qualquer pessoa e é sobre essa base concreta que emerge a identidade de atingido, a partir da identificação comum dos indivíduos determinada pelas suas relações de trabalho. E mais, essa base concreta interage de forma dialética com a organização que os representa, no caso o MAB, havendo dessa forma uma identificação entre estas duas esferas com capacidade de reforçar a identidade (ZEN, 2007, p. 84-85).

Dentro desse contexto, destacamos o papel educativo e político que o movimento social tem promovido na luta dos atingidos por barragens. Cabe ressaltar que a construção social do indivíduo enquanto militante é marcada por suas trajetórias de luta contra a implantação da UHE de Estreito. Através da vinda do empreendimento para a região foi que muito deles souberam acerca de seus direitos violados e encontraram no MAB a forma de reivindicá-los.

Conforme destacado pelos acampados ao serem indagados acerca da participação do movimento na ocupação da terra: “Rapaiz a participação do MAB pra mim é muito boa, porque eu te falo a verdade, o MAB é um órgão que trabalha pelos atingidos por barragens né, e até o momento nunca deixou nois na mão” (J.P.C, 61 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/09/2019).

A força que eles tão dando pra nois. Porque eles (o CESTE) já vieram várias vez pra nois desocupar essa área aqui, ai o MAB sempre conversava com nois e dava apoio que era pra nois ir trabalhando e guentando trabalhando ai que o apoio que eles dava, que é nosso direito de ficar aqui né. Porque nois tinha perdido nossos direito antes da água tomar de conta. Mas nois tinha o nosso direito de nois ficar aqui e trabalhar. Ai foi aonde nois fiquemo e até hoje tá dando o apoio pra nois ficar (C.B.N, 59 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

A atuação do movimento na ocupação do território que hoje disputam, conforme destacado pelo morador, é que dá força para continuarem na luta. Assim, o reconhecimento do papel do MAB enquanto ator político na luta pela terra é um dos fatores preponderantes que os acampados atribuem à esperança em ganharem a terra.

A participação efetiva da representante do Acampamento nas demandas do MAB e sua atuação no movimento perpassam a forma com que este se caracteriza como um instrumento político e educativo. Nas narrativas da representante, sempre é posta a forma com que o MAB contribuiu para sua luta frente ao acampamento, desde a implantação da UHEE quando se iniciou seu trajeto de militância, assim como, as formas políticas de reivindicar seus direitos.

A formação do Acampamento Coragem ocorre pelo apoio do movimento e participação dos atingidos na resistência e luta pela terra. Tais fatores demonstram uma construção enquanto militantes, dado o fato de que, antes da barragem, muitos deles não acreditavam nas ações desenvolvidas pelo MAB. Atualmente isso ocorre de forma diferente: além de reconhecer a atuação do movimento, os acampados se denominam militantes, destacando a participação nas caminhadas, manifestações e mobilizações contra a barragem de Estreito, dessa forma, destaca-se o papel de formação que o movimento ocasionou a essas comunidades.

Os conflitos têm, portanto, [...] um papel educativo na sociedade: eles indicam as áreas em que não há respeito ao outro, não há reconhecimento do outro como um igual, e os problemas daí decorrentes. O reconhecimento seria uma luta por aplicação de direitos. Ao lutar por sua auto-realização e seu reconhecimento, os indivíduos estão trabalhando sobre e com os conflitos existentes. Os movimentos sociais surgem dessas relações de conflito. Eles são parte da luta por reconhecimento (GOHN, 2008, p. 49).

Nessa perspectiva, conforme apontado por Gohn (2008), os movimentos sociais surgem a partir dos conflitos e da luta por reconhecimento de direitos. Partindo desse viés, relaciona-se a forma com que os atingidos pela barragem de Estreito têm lutado durante anos para o reconhecimento de seus direitos negados pelo CESTE, como também dos diversos conflitos que surgiram por meio dessa luta. O MAB, desde sua formação, instaura-se como um movimento coletivo que luta pelo reconhecimento dos atingidos por barragens e por formas de promover o desenvolvimento para todas as populações, como também romper com o modelo energético brasileiro e promover novas alternativas de geração de energia.

De acordo com os fatos mencionados, associamos as formas pelas quais o MAB tem promovido a militância entre os atingidos, e como o reconhecimento de seus direitos lhes proporcionaram formação política educativa enquanto comunidade atingida por barragens. Portanto, proporcionando formas de luta e resistência pelo fato de que, ao se reconhecerem como detentores de direitos, os acampados passaram a lutar por isso, tendo em vista que a ocupação no território se dá justamente na luta pelo reconhecimento destes como acampados, e na forma de reivindicar aquilo que foi legalmente prometido pelo consórcio.

Cabe ressaltar que os moradores do Acampamento Coragem, entre as inúmeras manifestações, ficaram acampados dois dias ao lado da usina, o que ocasionou na assinatura de um documento reconhecendo-os como acampados, tendo o CESTE prometido realocá-los em uma terra, dado o fato de que não poderiam acampar ao lado da barragem. Nesse sentido, a luta dos acampados abarca questões para além dos direitos do pescador, das indenizações não pagas, das formas com que foram retirados de seus antigos territórios e dos impactos

como população atingida, essa reivindicação adentra ao campo do reconhecimento como população acampada, conforme documento assinado pelo consórcio.

Diante disso, destacamos o papel formador do Movimento dos Atingidos por Barragens, e as formas com que este tem proporcionado ações coletivas de luta e resistência para junto das populações atingidas.

## **2.6 Área de Preservação Permanente (APP): quem pode fazer o uso da natureza?**

A natureza, historicamente, tem sofrido com a sua exploração. Nesse contexto, associamos a construção de barragens como exploradora dos recursos naturais, em específico a água. Entretanto, por deslocar e impactar social, ambiental, e culturalmente, a terra também é um dos recursos naturais que mais sofre com a exploração humana.

Diegues (2008) destaca o papel exploratório do capitalismo sobre os meios naturais. Em sua obra, o autor estabelece uma relação entre o homem e a natureza, enfatizando os processos globais de degradação do meio ambiente.

A noção de mito naturalista, da natureza intocada, do mundo selvagem diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado ‘puro’ até anterior ao aparecimento do homem (DIEGUES, 2008, p. 55).

Como afirma Diegues (2008), o mito da natureza intocada trata-se de áreas de preservação ou parques de exposição em que se criam representações simbólicas de apreciação e admiração da natureza, projetando ilhas e parques intocados, trazendo a problematização sobre para quem e para que a natureza está sendo preservada, quais os pressupostos de preservação os parques ecológicos promovem, e quais os usos ilícitos da natureza reproduzidos por essas sociedades.

[...] a corrente preservacionista que servia de ideologia para o movimento conservacionista americano, vê nos parques nacionais a única forma de salvar pedaços da natureza, de grande beleza, dos efeitos deletérios do desenvolvimento urbano-industrial. Baseia-se, sem dúvida, nas consequências do avanço do capitalismo sobre o Oeste selvagem, nos efeitos da mineração sobre os rios e lagos americanos. Dentro dessa perspectiva, qualquer intervenção humana na natureza é intrinsecamente negativa (DIEGUES, 2008, p. 39).

A conservação da natureza, nesse sentido, pauta-se numa ótica exibicionista, ligada à forma de apreciação dos parques ecológicos, sendo que estes territórios não podem ter intervenção humana, pelo fato de que a preservação se pauta no viés da natureza intocada.

Partindo dos pressupostos pautados por Diegues, associamos as Áreas de Preservação Permanente (APP) que abarcam a beira do lago da UHE de Estreito. Cabe ressaltar que

muitos têm sido os debates e conflitos enfrentados com as comunidades ribeirinhas acerca da área de APP, muitos demarcam esse território como 30 metros acima do lago, seguindo os pressupostos mencionados no código florestal onde as “Margens de rio – (Área de Preservação Permanente – APP – proteção de 30 metros em cada margem para rios com até 10 metros de largura, variando até 500 metros em cada margem em caso de grandes rios)” (BRASIL, 2011, p. 88). Entretanto, no Acampamento Coragem é de 100 metros acima do reservatório. Nesse contexto, podemos associar a questão de natureza intocada mencionada pelo autor, dado o fato que os atingidos fazem o uso social da terra e não degradam o meio ambiente.

As Áreas de Preservação Permanente – APPs são aquelas áreas protegidas por termos dos arts. 2º e 3º do Código Florestal. O conceito legal de APP relaciona tais áreas, independente da cobertura vegetal, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 2011, p. 9).

Delimitadas pelo consócio, as áreas de APP da margem do lago são de 30 metros, das quais os atingidos não podem fazer uso. Cabe ressaltar que em outras áreas, como de fazendeiros e empresários, embora a demarcação seja a mesma, não há o respeito à demarcação, pois eles constroem casas e monoculturas de soja à margem do lago.

Conforme a Fotografia 2, esta foi uma das primeiras demarcações realizadas pelo consócio. Como destacado na imagem, este toco demarcou boa parte da roça da maioria dos acampados, assim como, a maioria das casas/barracões que tiveram que ser realocadas em decorrência disso. Cabe ressaltar que, após esta ida a campo, ocorreram outras duas demarcações, sendo a primeira marcando 100 metros, e a última 30.

De acordo com os acampados, os 100 metros foi a demarcação determinada pelo juiz da vara de Tocantinópolis, este juiz julga o processo do Acampamento na disputa pela terra, entretanto, o exigido pelo consócio é de 30 metros, que foi seguido na última demarcação.

Mesmo após todas as intervenções na demarcação da APP, todos os moradores obedeceram aos limites implantados pelos empreendedores, migrando para fora da área de preservação. No entanto, existem diferentes realidades quanto à APP, tendo em vista que as áreas do lago da margem direita que são ocupadas por empresários que constroem casas e portos dentro e não são penalizados.

**Fotografia 2** – Área de Preservação Permanente demarcada no acampamento



Fonte: Machado (Novembro/2017).

Partindo desse princípio surge a seguinte problematização: para quem a APP é demarcada e quem pode fazer uso da mesma? Dado o fato de que a marcação da área só é fiscalizada onde encontram-se os povos e comunidades tradicionais, tais fiscalizações não abarcam as fazendas e as mansões dos grandes empresários, conforme relatos dos acampados e dos dados de campo.

[...] a permanência das populações tradicionais em áreas naturais protegidas não se justifica somente pela proteção e pelo reconhecimento da grande bagagem de etnoconhecimento transmitido de geração em geração a respeito das condições naturais, pela necessidade de garantir seus direitos históricos a seu território, mas também como exemplos a serem considerados pela civilização urbano-industrial na redefinição necessária de suas relações atuais com a natureza (DIEGUES, 2008, 74-75).

Conforme destacado por Diegues (2008), as populações tradicionais são as que fazem o uso sustentável das florestas, que, historicamente, viveram nesses territórios sempre preservando-os. Com o advento da globalização, muito se discute sobre desenvolvimento sustentável, preservação ambiental e o uso renovável da natureza, pautando-se numa lógica capitalista de preservação. Diegues (2008, p. 49) menciona que “Na sociedade capitalista, a

natureza não é mais reconhecida como um poder mas como objeto de consumo ou meio de produção”.

Diante disso, destaca-se o uso intocável das áreas de APP da margem do lago da Usina Hidrelétrica de Estreito, cabe ressaltar que, desde a ocupação, a demarcação desta área já fez com que os acampados mudassem suas casas inúmeras vezes.

Entre as histórias de vida dos acampados, muitos falam do cansaço e das formas com que o CESTE tem utilizado estratégias de dominar o espaço, criando meios com que eles possam se cansar da luta pela terra, como, por exemplo, as constantes mudanças dos barracões, pois entre as medidas tomadas, a maioria já teve suas casas realocadas mais de três vezes por conta dessa demarcação.

A coisa que eu acho mais errada deles é esse negócio da gente não poder plantar nessa tal de área de APP que eles fala. Porque as terra melhor que tem, que fica é nas margens do rio, nas margens do lago né. Devia plantar alguma coisa, plantar vazante, plantar alguma coisa e num pode, tá entendendo?! Acho ruim isso ai, acho errado, que podia liberar pra gente plantar as coisa. Mas não liberam não. Eles podiam marcar o lugar até onde a água vai, cada ângulo que a água fica nesse lugar, depois desce, eles podia ver, esse lugar a água só vem até aqui então daqui pra cá vocês pode plantar alguma coisa. Mas não pode né, porque diz que é proibido e não pode plantar nada, 100 metro é longe demais não é não?! É ruim moço e a gente que é pescador vai fazer uma casa 100 metros de distância do rio (M.S.M, 55 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/07/2019).

De acordo com a pescadora, a demarcação da área de APP é um dos malefícios que foram feitos pelos CESTE. Em sua narrativa, nota-se que o que mais lhe incomoda é o fato de não poder plantar na beira do rio, sendo as terras das margens do reservatório as mais produtivas e tendo ela, antes da barragem, exercido as atividade de vazante. A demarcação da APP impede que continue a realizar uma de suas práticas profissionais e, conseqüentemente, dificulta seus modos de vida.

Na Fotografia 3 podemos ver os processos de deslocamentos do barracão de A.N.S. Durante a observação participante, pude visualizar que a primeira casa (última foto no quadro da Imagem 3) estava mais próxima do lago. O seu acesso se dava através de uma rampa feita de madeira pelos próprios acampados, o barracão em destaque na fotografia trata-se justamente do local onde os acampados se reúnem mensalmente para realizarem as reuniões do acampamento.

Na primeira imagem da Fotografia 3 destaca-se o novo barracão, que foi realocado muito acima do que estava anteriormente. Por haverem realizado marcadores da área de APP, o barracão da família Nunes caiu totalmente na área demarcada, fazendo com que mudassem de localização. Na segunda foto podemos visualizar o processo de desmonte do barracão, em

que toda a madeira, tábuas e telhas foram reaproveitadas para a construção do novo barracão, caracterizando-se por um processo longo de construção.

**Fotografia 3** – Deslocamento dos barracões no Acampamento Coragem



Fonte: Machado (2017 e 2018).

Seguindo esses pressupostos, podemos sintetizar acerca das formas com que os empreendedores utilizam maneiras de dominação e exploração dos recursos naturais que foram impactados com a construção da barragem, como também as áreas de preservação que atualmente vivem sob fiscalização do consórcio, mas que pauta-se numa preservação exploratória e não no sentido ecológico de manutenção da natureza.

De acordo com Raffestin (1993, p. 230), “A terra sempre foi um trunfo mais ou menos disputado, conforme o lugar e o momento”. Historicamente, os conflitos por terras perpassam a História do Brasil, seja nas disputas entre a demarcação de terras indígenas, nos conflitos de camponeses contra latifundiários, dentre outros que envolvem as divergentes formas com que a terra tem se tornado sinônimo de disputa. Seguindo essa perspectiva, encontram-se os

moradores do Acampamento Coragem que há quatro anos lutam e resistem por uma terra que se encontra em disputa judicial.

O solo cultivável é, então, o primeiro recurso renovável a ser preservado. A relação de produção com a terra pode, é claro, ser simétrica e dissimétrica, dependendo da mobilização ou não das técnicas de preservação. Mas quase sempre, senão sempre, essa relação de produção só é dissimétrica porque é sustentada por uma relação de propriedade por si mesma dissimétrica. É o caráter de trunfo da terra que se manifesta então plenamente (RAFFESTIN, 1993, p. 230).

A terra é um dos trunfos do poder, conforme enfatizado pelo autor. A relação dos acampados para com ela é de afetividade e subsistência, entretanto, marcada por disputas de poder contra os empreendedores. Em todas as manifestações e ocupações dos atingidos pela barragem de Estreito a luta por terra e a defesa dos modos de vida dos pescadores é pauta de toda reivindicação para com o CESTE, mas o administrador da usina detém o domínio sobre todo território indenizado passando a dominar as terras que essas populações reivindicam.

Embora, bem sabemos, para além do que é promulgado pelo consórcio, existem muitos conflitos e informações que não estão em pauta nos discursos dos empreendedores. Segundo informações colhidas em campo, a terra onde hoje se localiza o Acampamento Coragem é de posse do CESTE.

Segundo relatos dos acampados, o consórcio, por dever o Estado, em decorrência das terras remanejadas em razão da UHEE, luta na justiça para ganhar a terra e vender para o fazendeiro e com isso sanar suas dívidas. Cabe ressaltar que este fazendeiro vizinho dos acampados é o mesmo que os impede que fazer passagem que lhes dê acesso à cidade de Palmeiras do Tocantins (TO), por meio disso, podemos refletir sobre as diversas formas que o domínio da terra se torna um trunfo para o poder, conforme destacado por Raffestin.

Assim como a terra, Raffestin (1993) enfatiza que a água também é um trunfo nas relações de poder. “A água, como qualquer outro recurso, é motivo para relações de poder e de conflitos” (RAFFESTIN, 1993, p. 231). Os conflitos com a construção das usinas hidrelétricas exemplifica a forma como ocorrem os impactos em decorrência da dominação do uso da água, como um recurso renovável é utilizado para fins lucrativos.

O controle e/ou a posse da água são sobretudo de natureza política, pois interessam ao conjunto de uma coletividade. As relações conflituais que se travam a propósito da água são observáveis em grande escala, como por exemplo nas zonas irrigadas submetidas à repartição das águas, ou em pequena escala, onde duas nações disputam entre si uma bacia hidrográfica. [...] A água é então um trunfo tão precioso quanto a vida que ela cria (RAFFESTIN, 1993, p. 231-232).

As construções de usinas hidrelétricas pautam-se na dominação da água como recurso para a produção de energia elétrica por meio da força hidráulica fornecida pela força das

águas, seguindo a ótica Raffestiniana de como a água tem estado presente nas relações de poder, assim como nas relações conflituosas que o domínio desse recurso tem ocasionado à sociedade. Nesse sentido, relacionam-se as formas com que tanto a terra como a água têm se tornado formas de domínio na mão dos empreendedores. Nesse escopo, a terra e o rio (água) são as formas de subsistência dos acampados, e as relações com os recursos naturais renováveis vêm sendo utilizadas como forma de dominação e isso acarreta nos impactos à vida das populações atingidas que utilizam e necessitam tanto da terra como da água para continuarem exercendo suas atividades profissionais.

[...] a natureza submetida ao capital, isto é, reduzida a recurso natural, é, como todo recurso, meio e não fim. É essa natureza-recurso-energia que, submetida a uma finalidade própria ao capital – a acumulação da riqueza na sua forma abstrata (dinheiro) -, vai permitir um aumento exponencial da capacidade de trabalho, ou melhor, um aumento fantástico de transformação de matéria numa mesma unidade de tempo abstrato – ano, mês, dia, hora, minuto, segundo, - e, assim, criar a ilusão de crescimento ilimitado de produtos materiais numa mesma unidade de tempo abstrata (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 328).

Através disso, podemos destacar o uso indevido da natureza pautado na lógica capitalista de acúmulo do lucro por meio daquilo que a natureza pode lhes proporcionar. Nesse sentido, conforme discutido anteriormente, problematiza-se sobre quem pode fazer o uso da natureza e que uso é permitido, tendo em vista os impactos e efeitos que a UHE de Estreito tem causado a essas comunidades e a forma com que o uso da natureza tem sido delimitado pelos empreendedores.

No próximo capítulo, a discussão pauta-se nos efeitos causados à cultura, território e ao lugar dos/as atingidos/as, destacando os processos de T.D.R e os inúmeros efeitos ocasionados pelo empreendimento. Assim como as percepções do lugar e a memória do território alagado, destacando os impactos na produção pesqueira e apresentando o mapeamento social produzido pela comunidade. Destacamos as narrativas de resistência da comunidade ribeirinha na luta pela terra.

### **3 O TERRITÓRIO E A CULTURA: O LUGAR DOS/AS ATINGIDOS/AS**

O presente capítulo tem por objetivo discorrer sobre os efeitos ocasionados pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) na comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, partindo dos efeitos culturais, sociais, políticos, e econômicos causados pelo empreendimento na vida das comunidades tradicionais.

Esta seção discutirá sobre o território atingido e os efeitos dos processos de desterritorialização ocasionados pela construção da barragem. Assim como o lugar e a memória de onde os acampados foram deslocados, abarcando concepções culturais acerca de como este empreendimento tem impactado nos modos de vida desta comunidade.

Analisa-se o processo de territorialização que atualmente os moradores da comunidade enfrentam, tendo em vista que a luta pela terra caracteriza-se como uma forma de se reterritorializar e continuar exercendo seus modos de vida. A partir disso, destacamos os deslocamentos compulsórios enfrentados pelos acampados, uma vez que cada morador veio de um lugar diferente, pois, antes da barragem, os pescadores viviam nos pontos de pesca que ficavam às margens do rio Tocantins.

Discutimos sobre o lugar ao qual esses moradores se associam, enfatizando a beira do rio como lugar do pescador, de acordo com a própria comunidade que se auto identifica como ribeirinha. Através disso, tratamos do debate sobre o lugar sociológico que a comunidade atribui ao rio e a forma com que busca fixar novas territorialidades se associa a um território que esteja às margens do rio, como o que atualmente vivem.

Para tanto, nos utilizamos das categorias Território, Cultura, Identidade e Lugar para embasar teórica e empiricamente este estudo, pautados nas contribuições de Raffestin (1993), Haesbaert (2016; 2017), Saquet (2007), Tuan (1983; 2012), Wagner (2017) e Hall (2019). Para discorrer sobre a identidade dos acampados, os modos de subsistência, o território e os processos de T.D.R (Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização), como a cultura definida pela comunidade ribeirinha.

Através das narrativas obtidas por meio do roteiro de entrevistas (Apêndice I) e das discussões já realizadas, esta seção versa sobre a discussão acerca do território ocupado e, especificamente, dos processos de desterritorialização e reterritorialização, bem como a cultura dos modos de vida dos acampados do Acampamento Coragem.

### 3.1 O Território e o lugar dos Acampados

A relação dos atingidos com o território é carregada por afetos e significados, dado o fato de fazer parte de suas trajetórias de vida, como também ser reconhecido culturalmente como parte de suas vivências. O território, segundo Haesbaert (2016, p. 78), “[...] define-se antes de tudo com referências às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido”. Esta relação está ligada intrinsecamente à natureza, haja vista que a terra e o rio são os meios de subsistência dos ribeirinhos.

Segundo a perspectiva de Raffestin (1993), o espaço antecede o território, o mesmo resulta de uma ação conduzida por um ator, que, com posse do espaço, é quem o territorializa. Nesse sentido, os moradores do Acampamento Coragem têm buscado formas de se territorializar na terra que hoje ocupam, e, com isso, fixar suas territorialidades em um território que atualmente está em disputa contra o CESTE.

Haesbaert (2017, p. 129) enfatiza que “[...] ‘os territórios’ (geográficos, sociológicos, afetivos...) estão sendo destruídos, juntamente com as identidades culturais (que seriam também territoriais) e o controle [...] sobre os espaços”. A destruição dos territórios tradicionais é um dos fatores preponderantes recorrentes com o surgimento da construção de barragens, que tem deslocado inúmeras populações, assim como, destruído ambientalmente tais territórios. Inúmeros efeitos são ocasionados com os deslocamentos e alagamentos destes lugares, tais como impactos culturais, econômicos e políticos, sobretudo os modos de vida das comunidades tradicionais.

A destruição destes territórios acarreta num dos processos mais presentes com o advento das barragens, que se trata da desterritorialização. Acerca disso, Haesbaert (2017) destaca cinco diferentes processos desterritorializadores, sendo eles: a desterritorialização segundo uma perspectiva economicista; a desterritorialização cartográfica; a desterritorialização como domínio da imaterialidade; a desterritorialização como esvaziamento das fronteiras; e, por fim, a desterritorialização culturalista.

[...] percebida a partir de uma leitura do território como fonte de identificação cultural, referência simbólica que perde sentido e se transforma em um ‘não-lugar’. Estes ‘não territórios’, culturalmente falando, perdem o sentido/valor de espaços aglutinadores de identidades, na medida em que as pessoas não mais se identificam simbólica e afetivamente com os lugares em que vivem, ou se identificam com vários deles ao mesmo tempo e podem mudar de referência espacial-identitária com relativa facilidade (HAESBAERT, 2017, p. 131).

Os moradores do Acampamento Coragem sofreram com esse processo. Cada acampado foi deslocado de um lugar que é carregado por memórias e afetividade. Em decorrência desse processo, a luta pela terra se faz através da resistência pelos modos de vida

que foram alagados pela barragem, tendo em vista que o lugar em que viviam passou pelo processo de inundação, e, ao serem desterritorializados deste local, passaram a buscar alternativas de continuarem realizando suas atividades, entretanto, a afetividade com os lugares que viveram é marca presente em suas narrativas.

Em decorrência da desterritorialização, a reterritorialização surge como alternativa para fixar novas territorialidades e continuar a vivenciar suas atividades de subsistência, dado o fato que “A desterritorialização que ocorre em uma escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra escala, por isso a relação entre redes e territórios é permanente e indissociável” (HAESBAERT, 2017, p. 133).

Acerca disso, Haesbaert (2016, p. 127) destaca que, “Simplificadamente, podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território [...] e a reterritorialização é o movimento de construção do território”. Tratando-se do caso dos acampados, o deslocamento não se deu pelo abandono do território, mas pela retirada forçada desta população, e o atual local que hoje residem surge como alternativa para construírem novas formas de vida.

Os elementos principais da territorialização estão presentes na desterritorialização; há perda, mas há reconstrução da identidade; mudanças nas relações de poder, de vizinhança, de amigos, de novas relações sociais, de elementos culturais, que são reterritorializados; há redes de circulação e comunicação, que substantivam a desterritorialização, o movimento, a mobilidade. Como já mencionei, os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização estão ligados, complementam-se incessantemente e, por isso, também estão em unidade. Todos acontecem ao mesmo tempo, para diferentes indivíduos (SAQUET, 2007, p. 163).

Tais processos ocorrem simultaneamente, tendo em vista que, ao ser desterritorializado, o indivíduo já havia uma territorialidade marcada no território que foi deslocado, e, em decorrência da desterritorialização, a reterritorialização surge como alternativa para fixar novamente identidades territoriais em um novo espaço, que após ser territorializado, forma-se um novo território. Os acampados passaram pelo o processo de reterritorialização (e atualmente enfrentam-no) dado o fato que a terra na qual se localiza o Acampamento Coragem é uma das alternativas encontradas por essa população para dar continuidade aos seus modos de vida.

Entretanto, cabe ressaltar que os processos de T.D.R, são marcados por relações que rememoram o lugar de onde estas comunidades foram deslocadas, tendo em vista que a busca por um novo território é marcada por relações de identidades com o antigo território. Acerca do lugar, Tuan destaca (1983, p. 3) que “O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro”. As ligações afetivas que os acampados têm com o

lugar de onde foram desterritorializados são marcadas por narrativas emotivas e de pertencimento, marcadas em suas histórias sobre como suas vidas eram melhores e sossegadas.

Pra mim, a maior dificuldade mesmo é porque acabou o nosso... nosso sossego que nois tinha. Porque primeiro era mais perto da cidade lá onde nois ... o fazendeiro não mexia com nois. Nois trabalhava de boa lá, trabalhava, criava nossas coisinha lá. Ele mesmo falou que nois podia ficar lá o tempo que nois quisesse. Ai vem já o pessoal da barragem, acabou com tudo. Ai já é ... o sossego já acabou. Ai ota que hoje nois vevi dependendo deles. Pra sair de casa tem que tá esperando a boa vontade do carro vim pegar nois, trazer pra Cooperativa, nois chega daqui pra lá também, com o peixe pra entregar tem que esperar o carro lá. E ai é assim, sofrendo (A.N.S, 52 ANOS, ENTREVISTA ORAL 09/07/2019).

De acordo com a narrativa desta família, podemos observar as formas com que esse lugar é rememorado. As práticas profissionais ocorriam de formas mais produtivas e rentáveis, assim como o sossego, que é destaque nas narrativas da maioria dos acampados, os quais, ao lembrarem do lugar do qual foram retirados, sempre recordam a vida sossegada que tinham.

Um objeto ou lugar atinge realidade concreta quando nossa experiência com ele é total, isto é, através de todos os sentidos, como também com a mente ativa e reflexiva. Quando residimos por muito tempo em determinado lugar, podemos conhecê-lo intimamente, porém a sua imagem pode não ser nítida, a menos que possamos também vê-lo de fora e pensemos em nossa experiência (TUAN, 1983, p. 20-21).

Nesse sentido, o lugar é marcado por experiências e vivências, pois o pertencimento a este carrega identidades culturais que perpassam gerações e, mesmo tendo migrado, permanece na memória daqueles que o perderam, como o caso dos acampados. Nas incursões a campo, deparamo-nos com uma importante fala de um dos nossos interlocutores. Na observação participante no lago da UHE, e acompanhando um pescador em suas atividades de pesca, ao ser questionado sobre a sua produção pesqueira e seus modos de vida antes da barragem e comparados a hoje, o entrevistado destacou que os grandes impactos que até hoje sofrem com o advento da usina a pesca foi um dos maiores sofridos por eles, ainda mais tratando-se de pescadores que sobrevivem exclusivamente da produção pesqueira. Em uma de suas falas o pescador enfatizou que “A beira do rio é o nosso lugar, porque nós somos ribeirinhos”.

Diante disso, a relação afetiva que os pescadores têm com o rio ocorre através de suas experiências com a pesca. Na fala do pescador, o lugar rememorado associa-se à beira do rio, pelo fato de que ele vive culturalmente às margens do rio pescando, instala-se em

acampamentos para que, quando retornar da pesca, possa ter um lugar para o repouso e manutenção do pescado.

Antes da barragem, o percurso dos pescadores no rio Tocantins ocorria de forma natural, como bem destacado em suas histórias de vida. Ao saírem para a pesca, passavam entre dois a três dias no rio pescando, fazendo acampamentos e retornando com o pescado para venda na colônia.

Entretanto, atualmente, esses percursos foram impedidos em razão da instalação da barragem, pois, com o barramento do rio, a pesca sofreu diversos impactos que até hoje são enfrentados pelos pescadores da região. O porto de acesso à colônia de pescadores foi um dos locais alagados após o represamento do lago, por conta disso, para ter acesso à pesca, os moradores do acampamento utilizam dos transportes do CESTE para se locomoverem até o porto da Cooperativa, e ir ao acampamento realizar suas atividades de pesca. Esse é um dos fatores que muitos se queixam acerca da dificuldade de acesso ao rio, dado o fato que antes esse acesso ocorria de forma autônoma.

Acabou o sossego que nois tinha, que nois tinha como andar ai sem depender de carro de ninguém. Hoje nois chega lá no porto tem que ficar esperando a boa vontade dos carro vim buscar a gente. Antes nois andava no nosso barco ai ia e vinha a hora que queria (A.N.S, 52 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

Outra dificuldade dos impactos relatados pelos moradores se dá pelo enfrentamento na travessia do lago. Segundo os relatos dos moradores, as maiores dificuldades enfrentadas após a construção da barragem se dá justamente nos desafios que enfrentam na travessia do lago, como bem destaca uma das interlocutoras:

É ter um banheiro que é uma dificuldade danada, que a gente pensa de ir num lugar e não vai naquela hora que quer. O banheiro é uma dificuldade muito ruim, tem que ter hora certa pra poder sair, esperar. Se eu tiver avexada pra poder chegar num lugar tem que esperar o tempo de melhorar.. passar (D.F.O, 57 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/07/2019).

O banheiro trata-se de pequenas ondas que formam-se no lago, que podem virar a pequena embarcação, o mesmo dificulta a travessia do lago, pois, em suas atividades, destacam-se os trajetos realizados entre a cidade de Estreito e o Acampamento, para vender o peixe, resolver questões de saúde, participar das reuniões da colônia e cooperativa e demais atribuições que necessitam estar presentes na cidade.

O banheiro enfrentado pelos pescadores, de acordo com os seus relatos, ocorre por conta do desmatamento que houve durante a construção da barragem. Em razão disso, o rio se alargou muito e o vento na água é que causa o que eles chamam de “marola”, que, nesse caso,

seria as pequenas ondas, que são muito perigosas e que causam risco de naufrágio às embarcações.

Por meio disso, observa-se as formas com que os pescadores conhecem a formação e trajetórias do rio, descrevendo especificamente o que o impacto na formação do lago causa atualmente em suas vidas. Quando se fala que “a beira do rio é o nosso lugar”, associa-se as práticas pesqueiras aos modos de vida que os/as pescadores/as tinham antes da barragem e que procuram continuar exercendo atualmente. Quando destacam o seu lugar de subsistência, este acampado nos informa que seus modos de vida se relaciona intrinsecamente ao rio, isso se dá porque tanto a terra como o rio são os meios que os atingidos do Acampamento Coragem utilizam para sobreviver.

A relação com o meio ambiente dos acampados pode-se associar àquilo que Tuan categoriza como topofilia. Segundo o autor, “Topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 2012, p. 19). Tais relações ligam-se a terra e o rio às formas com que eles utilizam destes recursos para resistir e continuar com seus modos de vida. O elo afetivo com o lugar é perpassado em suas narrativas quando rememoram o território alagado, as suas práticas de antes da barragem.

A formação do Acampamento Coragem ocorre para além de uma questão de reivindicação de direitos, mas, de resistência e luta por terra e subsistência. Com a desterritorialização ocorrida com estes sujeitos, a terra que hoje ocupam surge como uma forma de se reterritorializar. Entretanto, a busca por um novo território ocorre justamente na relação que estes têm com o seu antigo lugar.

Os moradores do acampamento exerciam práticas culturais de vazante e pesca, e as mesmas só são possíveis caso continuem a habitar um território às margens do reservatório. Nesse sentido, destacamos que a reterritorialização ocorre não pelo simples fato de serem realocados em outro local, mas que a busca por uma nova territorialidade está marcada com relação ao lugar, e as formas com que a memória marca suas trajetórias e exercícios profissionais.

### **3.2 A Cultura e a identidade no Acampamento Coragem**

A cultura dos moradores do Acampamento Coragem está relacionada com as suas atividades de lavoura e pesca, dada a importância que os mesmos atribuem ao rio e a terra.

[...] a cultura é entendida como a forma que os grupos humanos encontram para definir e afirmar a sua identidade praticamente em todos os aspectos da vida através de comportamentos, modos de sobrevivência, artes, crenças, valores, linguagens, e criações materiais que os identifica e que se criam e preservam ou aprimoram

através da comunicação entre os indivíduos de uma determinada sociedade ou grupo específico [...] podemos dizer que é através da cultura que se produzem o valor e o significado de uma sociedade, já que a ação humana através dos meios simbólicos fornece um sentido as ações dos indivíduos (MENESTRINO e PARENTE, 2011, p. 5).

Portanto, a cultura dos atingidos do Acampamento Coragem perpassa aspectos que definem suas identidades culturais, como os modos de vida e as atividades de subsistência praticadas por estes. A relação com a natureza expressa o sentido intrinsecamente cultural pelo qual esta população afirma sua identidade.

A identidade de atingido, segundo Zen (2007), se afirma dentro do grupo social sobre as formas com que este se representa, abordando características próprias do grupo. Entretanto, conforme o autor, a identidade de atingido foi construída através de muitas lutas, passando a formar um sujeito ativo, político e atuante na defesa por seu território, seus modos de vida, e suas práticas sociais.

Hall (2019) discorre em sua obra sobre a crise das identidades, destacando que as velhas identidades estão em declínio, surgindo a partir disso novas identidades. O autor destaca três diferentes concepções de identidade, sendo elas: sujeito iluminista; sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. A primeira delas associa-se ao indivíduo centralizado, mesmo com o seu desenvolvimento passa a permanecer contínuo em relação aos processos de mudança social. Já o sujeito sociológico liga-se ao mundo público e privado, dado o fato de que mesmo projetando em si suas identidades culturais, o indivíduo passa, ao mesmo tempo, a contribuir para a compreensão acerca dos lugares que ocupa no mundo social e cultural.

Por último, o sujeito pós-moderno caracteriza-se por aquele que não tem uma identidade fixa, ou permanente, passando a ter múltiplas identidades, pois, conforme Hall (2019, p. 12), “Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas”.

Os atingidos por barragens, ao passarem pelos processos de desterritorialização, passam a ter suas identidades deslocadas. Conforme enfatiza Hall, o deslocamento de seus antigos territórios marcam seus modos de vida compulsoriamente, passando a ocasionar efeitos irreversíveis à cultura destes povos, com ênfase na cultura da vazante que, atualmente, não pode ser realizada em decorrência da marcação da área de APP, que não permite o uso das terras às margens do lago. Por terem sido deslocados, tais atividades profissionais foram substituídas pelas roças de toco, tendo em vista o plantio às margens do rio não ser possível, as roças surgem como alternativa de continuar com suas práticas de subsistência. A partir

disso, associa-se aos deslocamentos indentedários que a construção de barragens causa às comunidades ribeirinhas.

A cultura da vazante caracteriza-se pela prática exercida pelos ribeirinhos, que antes da construção da UHE de Estreito tinha pontos de pesca às margens do rio Tocantins. Nesses lugares, além de realizarem atividades de pesca, a vazante era uma de suas atividades de subsistência. A prática da vazante decorre do plantio na beira do rio no período de desnível. A vida destas populações sempre esteve ligada ao rio Tocantins, pois, no período de cheia, o solo das margens do rio é fertilizado. Com o desnível do rio, essas áreas eram utilizadas para o plantio de alimentos que sustentavam essas comunidades. A organização nesses lugares ocorria da seguinte forma:

Cada terra tem um dono fulano de tal, fulano de tal, sempre tinha um morador ou dois morando nessas terra, eles não se importavam não, o pessoal deixava a pessoa morar, plantar vazante. A gente plantava vazante e vendia melancia, abroba... que podia plantar né. Tinha época que o rio enchia, sabia a época que o rio ia encher e secar pra poder plantar, plantava feijão, plantava melancia, plantava abóbora. Cada um ficava de boa, tranquilo. E eles deixava, não impatava não. A gente fazia barraco na beira do rio e plantava as coisa (M.S.M, 55 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/07/2019).

Dessa forma, as práticas de vazantes fazem parte da cultura dos ribeirinhos. Conforme a narrativa da acampada, eles conheciam o período de cheia e seca do rio, e, a partir disso, se organizavam para realizarem suas atividades profissionais. Podemos compreender como realizavam suas atividades de vazante no trecho reproduzido abaixo:

O período da vazante, nois começa a mexer nela em março quando o rio começa a baixar, começava né. Quando começava a baixar ai nois começava a plantar, na terra que tava desocupada né. Nois plantava até o mês de maio as vezes nois tava plantando. Ai de junho em diante nois já tava começando a colher a primeira plantada que nois fazia né. Ai até agosto nois tava colhendo, como a abroba, a melancia sempre a gente só colhe ela em junho, julho e agosto, nos período sabe. Ai aquele plantio morre, menos a abroba. Quando começa a chover ai nois vamo começar a plantar de novo, ai nois trabalha com o milho né. Nois trabalha com milho (...). Até que quando é janeiro, fevereiro nois tamo colhendo. Quando o rio sobe que as vezes toma o espaço né, (...) sempre é duas colheita no ano (J.P.C, 61 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/09/2019).

As práticas de vazante faziam parte dos modos de vida do ribeirinho, como destacado na narrativa. A organização do plantio e colheita dos alimentos produzidos nessa época já faziam parte de suas vivências, tendo em vista que conheciam especificamente a época que realizariam cada etapa da produção. Com o decorrer da instalação da barragem de Estreito, essas práticas não foram mais possíveis de ocorrer, pois a APP demarca exatamente a beira do reservatório que seria o lugar onde os ribeirinhos utilizariam para fazer o plantio de seus alimentos.

Em decorrência disso, percebe-se o mover da cultura, tendo em vista que, atualmente, por não exercerem mais as atividades de vazante, a roça de toco surge como alternativa para continuarem com as atividades de plantio. A roça de toco é uma prática agrícola que se restringe a áreas tropicais, popularmente conhecida pelos acampados como área de chapadas, que se caracteriza por áreas de terras mais elevadas e planas.

Segundo Listemani (2017, p. 19), “O processo da roça de toco inicia-se com a derrubada e a queima da floresta, que precede um período de cultivo que pode variar de 1 a 3 anos”. As práticas de roça de toco realizadas pela comunidade ribeirinha perpassam o processo de derrubada da mata e, conseqüentemente, o período de plantio. É importante frisar que essa derrubada é proibida, sendo que alguns dos moradores já foram multados em decorrência da fiscalização das áreas de preservação, entretanto, a prática de roça de tocos é a alternativa encontrada pelos moradores para continuarem exercendo suas atividades de cultivo.

Portanto, a roça de tocos, atualmente, junto com a pesca no reservatório, são os meios de subsistência da comunidade. Por não ser permitido o plantio de vazantes, a mudança nos modos de vida ocorre a partir do plantar nas várzeas do rio, para o plantio nas chapadas, mesmo com algumas áreas restritas, e a derrubada da mata não ocorrendo dentro das áreas delimitadas pela APP, e não sendo em grande escala. Nessas roças, mesmo sendo uma terra arenosa, de difícil produtividade, os acampados conseguem plantar arroz, mandioca, melancia, milho, feijão, gergelim, entre outros alimentos.

Laraia (2000, p. 105) menciona que cada cultura tem sua própria lógica, e esta é dinâmica, pois “[...] cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender essa dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos”. Através disso, a cultura dos atingidos perpassa as mudanças e as dinâmicas enfrentadas pela sociedade moderna, que, com o advento da globalização e a implantação de megaempreendimentos, tem impactado as vidas destas populações. A dinâmica cultural perpassa uma gama de fatores, sejam eles de mudança de tempo ou espaço, em relação aos moradores do Acampamento Coragem. O mover da cultura ocorre conforme os processos enfrentados contra barragens, tendo em vista que a cultura não é estática, tais práticas realizadas por estes adequam-se conforme a realidade enfrentada por eles.

[...] a construção da identidade dos povos tradicionais está intimamente ligada ao seu território, aos recursos naturais e a sua própria cultura, pois a questão da territorialidade e a identidade se entrelaçam na e para a construção das representações do espaço humanizado, que, por sua vez, tornam-se produtos da cultura (MENESTRINO e PARENTE, 2011, p. 5).

A relação dos acampados com a terra que hoje ocupam está intrinsecamente ligada ao que o rio e a terra lhes proporcionam, sendo que estes recursos naturais são os provedores de seu sustento, e suas vidas perpassam identidades que se interligam tanto com o rio como com a terra. Ao serem questionados sobre qual a representação que estes recursos têm em suas vidas, os pescadores/as destacaram: “A terra pra mim é quase tudo. A minha vida depende do rio. Se eu me achar sem a terra e o rio a minha vida acabou” (J.P.C, 61 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/09/2019).

A Fotografia 4 ilustra bem essa relação afetiva com a terra e o rio, como bem destacado. As atividades de pesca, o plantio na roça de tocos e a criação de animais fazem parte da identidade cultural dos acampados. As práticas de subsistência realizadas por eles classificam-se como cultura dos atingidos, em destaque as formas com que buscam de resistir nesses territórios que se localizam às margens do lago.

Destaca-se na Fotografia 4 a produção dos moradores do acampamento. Como podemos ver, o plantio de mandioca é uma das principais plantações encontradas na terra, tendo em vista que, por ser uma terra arenosa e de difícil fertilização, o plantio da mandioca é um dos principais alimentos produzidos pelos acampados. Dela, produzem a farinha, a puba, além de utilizá-la como mistura em suas alimentações, a farinha traz alguma renda extra, pois o pescado não supre a renda total esperada pelos/as pescadores/as. O peixe é sua principal renda, mesmo com os inúmeros impactos destacados na produção pesqueira, atualmente os moradores continuam exercendo a pesca, a criação de animais como patos, galinhas, porcos entre outros, e complementam suas rendas com a sua venda.

**Fotografia 4** – A produção dos acampados



Fonte: Machado (Julho/2019).

Dado o fato que o território de onde foram desterritorializados situava-se às margens do rio Tocantins, e com a formação do reservatório, a alternativa encontrada pelas populações atingidas foi de migrarem para as margens do lago, para que por meio disso pudessem continuar exercendo suas práticas culturais.

Portanto, enfatizamos como a construção de barragens tem causado efeitos tanto na vida social como cultural das populações tradicionais, em destaque, da população apresentada nesta investigação que enfrenta os efeitos nos deslocamentos culturais, na perda do território, e nos impactos da sua principal atividade cultural, que trata-se da pesca e da vazante.

Wagner (2017), em sua obra, destaca a relação entre nativo e etnógrafo, considerando o trabalho de campo como um modo de tecer relações sociais. Em sua pesquisa com os povos Daribi, o autor enfatiza sobre a Antropologia reversa, ou seja, da mesma forma que o antropólogo, o nativo também elabora um conceito de cultura sobre este. Na concepção de Wagner, é a cultura que põe em igualdade etnógrafo e nativo.

Em outras palavras, a ideia de cultura coloca o pesquisador em pé de igualdade com os seus objetos de estudo: cada qual ‘pertence a uma cultura’. Uma vez que toda cultura pode ser entendida como uma manifestação específica ou um caso do fenômeno humano, e uma vez que jamais se descobriu um método infalível para ‘classificar’ culturas diferentes e ordená-las em seus tipos naturais, presumimos que cada cultura, como tal é equivalente a qualquer outra (WAGNER, 2017, p. 27).

Por meio disso, associamos as diferentes concepções de cultura encontradas em campo. Conforme apontado por Wagner (2017), tanto pesquisador como pesquisado pertencem a uma cultura, e da mesma forma que buscamos identificar a cultura dos acampados, estes criam concepções a nosso respeito.

Dessa forma é importante destacar as concepções com que sou visto entre os interlocutores desta pesquisa. No decorrer do processo de coleta de dados, muitos confundiram este estudo com um levantamento para o movimento, ou como coleta para a conquista da terra. Isso se deu em decorrência da concepção cultural que os acampados obtiveram sobre mim, classificando-me como militante do MAB.

Esse fator ocorreu em razão de eu ter adentrado na comunidade por via de apresentação junto ao movimento, como também por acompanhar o movimento, ainda que de fora. Portanto, muitos me veem como militante e acreditam que tais estudos serão utilizados na conquista da terra.

Tais fatores associam-se à definição de cultura pautada por Wagner (2017), tendo em vista que, ao estudarmos diferentes comunidades, sempre buscamos associar os conceitos de cultura nos quais se encaixaria a população pesquisada, entretanto, não levamos em

consideração as concepções que estes obtêm sobre nós. Com os anos de pesquisa e observações em campo, essa relação é construída coletivamente, da mesma forma que a invenção da cultura criada por eles.

[...] no curso do trabalho de campo, ele próprio se torna o elo entre culturas por força de sua vivência em ambas; e esse é “conhecimento” e essa competência que ele mobiliza ao descrever e explicar a cultura estudada. “Cultura”, nesse sentido, traça um sinal de igualdade invisível entre o conhecedor (que vem a conhecer a si próprio) e o conhecido (que constitui uma comunidade de conhecedores) (WAGNER, 2017, p. 28).

Conforme o autor, as concepções que o pesquisador em campo carrega consigo, o seu entendimento acerca de sua própria noção de cultura, são transformados através das incursões a campo e daquilo que se cria por meio do contato com a comunidade pesquisada, que se transformam a partir das experiências obtidas no campo.

Estudar outros povos e comunidades e suas manifestações culturais envolve uma experiência na própria cultura do pesquisador. Com isso, a cultura ribeirinha perpassa concepções e trocas de percepções, sejam as impressões culturais que crio e tenho sobre os modos de vida dos acampados, seja sobre a invenção de cultura que eles têm ao meu respeito.

Os estudos antropológicos pautam-se na investigação sobre a cultura do homem, criando, através disso, um sentido geral, como também um conceito de cultura. Entretanto, o conceito de cultura criado por Wagner (2017) remete a uma Antropologia Reversa, tratando-se especificamente da invenção da cultura que ocorre por meio do trabalho de campo e da invenção e concepções geradas por meio da relação entre etnólogo e nativo.

Utilizando desses pressupostos, buscamos enfatizar como a cultura ribeirinha abarca tais concepções, tendo em vista que a relação com os interlocutores desta pesquisa abrange um trabalho de campo de algum tempo de investigação, o que como bem sabemos, adentra no campo de afetividades e também de indagações, conflitos e percepções que podemos criar através desse contato próximo com a comunidade.

No entanto, cabe ressaltar que, nos estudos acerca das práticas culturais, e como foco central desta pesquisa, busca-se entender os efeitos causados pela construção da barragem de Estreito, na busca pela compreensão dos inúmeros impactos sofridos por essa população. A observação participante foi de fundamental importância para realização deste estudo.

### 3.3 T.D.R: os deslocamentos compulsórios dos acampados

Os processos de TDR (Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização) são pautados por Saquet (2007) e Haesbaert (2016, 2017) que destacam as formas com que a migração compulsória de populações têm acarretado inúmeros fatores. Por meio disso, destacamos como a construção da barragem ocasionou efeitos na vida dos acampados.

Entre os relatos de suas histórias de vida, os entrevistados discorreram acerca dos processos de deslocamento de seus antigos territórios. Cabe ressaltar que, antes da barragem, a maioria dos pescadores viviam em terras às margens do rio Tocantins, tais terras pertenciam a fazendeiros que não lhes impediam de realizarem suas atividades. Entretanto, com a vinda da barragem, estes, por terem a posse legal da terra, pautados na concepção territorial-patrimonialista assumida pelo consórcio que considerava-os atingidos, foram indenizados, e os ribeirinhos e pescadores desterritorializados ficaram sem receber qualquer recompensa.

Segundo o entrevistado (A.N.S, 52 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019), as primeiras notícias que receberam sobre a instalação da barragem na região foi através do presidente da colônia de pescadores, que promulgava um discurso a favor da construção da barragem, pois, de acordo com o pescador, o então presidente da colônia, na época enfatizava que seria algo bom para eles.

Ah, pra nois, nois ficamo alegre pensando que vinha bondade pra nois, e gente abestado é assim mermu. Porque o presidente dizia: “Oia vocês vão ver quando essa barragem vir pra cá vai beneficiar nois que somo pescador, isso e aquilo outro”, aquela conversona sabe, ai os besta se apegaro e caíram na cantada, e vamo assinar papel pra barragem vir. Vamo assinar papel, vamo fazer protesto e ai oh o que é que deu (G.P.S, 58 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

Através disso, observamos como os discursos promulgados pelos empreendedores abarcaram as próprias populações afetadas, como o fato dos pescadores que foram uma das populações que mais sofreram com os efeitos da usina. Entretanto, no início da instalação da usina, muitos acreditaram nos benefícios que ela traria, mas, com o passar do processo da construção da barragem, souberam dos reais impactos do empreendimento. Acerca desses fatores, o pescador (J.P.C, 61 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/09/2019) destaca que “É uma coisa que a gente fica neutro o pensamento. Quando os mais sabido falava a gente pensava que ia ser bom”.

Tais promessas eram reproduzidas pelo consórcio desde as visitas técnicas para estudos sobre os impactos ambientais que a barragem causaria, e elaboração dos Relatórios de Impactos Ambientais. A comunidade pesqueira tinha a promessa de que receberiam

compensações financeiras, que o pescador seria contemplado e que o número de emprego aumentaria. Entretanto, não ocorreu conforme esperado pelos pescadores:

Falava muita coisa, tipo receber.. do jeito que eles fizeram na nossa casinha que nois tinha lá né. Aonde nois plantava e aonde que a gente ficava pra pescar. Do jeito que eles disseram que quando.. se um dia chegasse lá igual eles chegaram e derrubaram que nois têm até foto lá em casa das coisas que eles acabaram com tudo, coisas que eles enterraram. Lá tinha fogão, tinha tudo. Nossa casa lá. Acabaram com tudo. Ai, não vai ser indenizado. Nem nisso, que indenização foi essa que nunca ... acho que foi na água da barragem, desceu mesmo na água do rio. Nunca chegou pra nois (A.N.S, 52 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

As promessas promovidas pelos empreendedores perpassavam tais comunidades com expectativas acerca do que a usina proporcionaria para suas vidas, como progresso, emprego e melhores condições de vida. Mas o que de fato ocorreu foi o alagamento do porto e dos territórios onde realizavam suas atividades profissionais, afetando agressivamente suas vidas.

Esses processos ocorreram por volta do ano de 2007 e meados de 2008, quando a usina já estava em processo de construção, e, em decorrência disso, a desterritorialização de inúmeras comunidades tradicionais, como os atingidos do Acampamento Coragem. Sobre esse processo, o relato de vida destes acampados aborda a forma agressiva e não combinada da retirada do lugar:

A gente tinha um ponto de pesca, o ponto de pesca era lá. A casinha era bem feitinha, parede de tábuas igual essa aqui agora. Só que era menor né. Naquele tempo era... mas era bem feitinha, a gente saía deixava as coisas trancada lá, quando chegamos tava tudo.. ai botaram, largaram o motor serra lá e derrubaram, acabaram com tudo. Na hora que nois chegamos, nois saímos pra ir deixar... pra ir vender o peixe, quando nois chegamos lá já... teve alguém que avisou lá pra nois: “oia já derrubaram a casa de vocês lá”. Nois voltamos tava tudo acabado. E ai ficou por isso mesmo, até agora (A.N.S, 52 anos, 09/07/2019).

Esse processo ocorreu de forma violenta, ocasionando numa retirada forçada do antigo território. A Fotografia 5 destaca a forma como ficou o barracão desta família após o consórcio derrubar sua casa e retirar seus pertences do lugar. A época da desterritorialização ocorreu quando estavam desmatando as áreas que seriam alagadas. Muitos dos interlocutores não lembram de uma data precisa, mas reconhecem que foi nos primeiros anos da construção da barragem.

**Fotografia 5** – Derrubada dos barracões do antigo território



Fonte: Acervo pessoal de A.N.S (s.d).

O processo de desterritorialização, conforme destacado por Haesbaert (2016, 2017), classifica-se pela perda do território. Muitas famílias tiveram seus territórios destruídos, da mesma forma que a família da Fotografia 5. Por isso, essas populações passam a migrar para diferentes lugares, buscando formas de continuar com seus modos de vida.

Eles derrubaram antes do lago entendeu? Quando eles tavam construindo tava desmatando, na mesma época que eles estavam construindo as máquinas tavam desmatando. Ai foi nessa época que eles derrubaram. Ai nois ficamos sem lugar, porque nois ficava sempre na beira do rio acampado, ficamos sem lugar. Fomos pra cidade, ai eu botei as coisas numa ... ai foi o tempo que ficou..., ficamos uns dias só lá. Ai eu.. foi o primeiro que encheu um pouco primeiro o lago, que não encheu todo de uma vez, encheu um pouco ai ficou uma ilha né. Que é a ilha que eu te falei. Ai nós fomos pra lá, botei as galinhas lá, botei as coisas tudinho e ficamos lá um bocado de tempo. Até quando encheu, terminou de encher, o último aos que encheu, ai quando passou uns tempinhos eles não deixaram mais a gente ficar mais lá na ilha (A.N.S, 52 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

Desse modo, as migrações enfrentadas pelas populações atingidas na busca de fixar novas territorialidades, conforme o relato da família acima, em meados de 2008, após a perda do antigo território, fez com que buscassem outros espaços para ocuparem, tendo sido novamente deslocados desses outros espaços. Como é o caso do entrevistado A.N.S que, com o alagamento de seu ponto de pesca, passou a ocupar uma ilha, levando suas criações e continuando com suas atividades de pesca e agricultura, mas que logo foi notificado para se

retirar deste local. Através disso, podemos associar que os processos de TDR ocorrem constantemente, especificamente tratando-se do contexto da construção de barragens.

Esses processos migratórios decorrentes da desterritorialização, ocasionavam uma série de impactos na vida destas populações. Com a perda do lugar, os atingidos buscaram alternativas de continuarem com suas práticas culturais. Por esse motivo, a ocupação na pequena ilha foi a forma encontrada por essa família de continuar pescando e plantando às margens do rio/lago. “E lá tava pescando, criando as galinha e não tava... plantei umas madiocazinha lá, umas coisinha mas foi pouquinho porque era pequeno a ilha. Mas era bonzinho lá, se eles tivessem deixado a gente ficar ainda hoje nois tava lá” (A.N.S, 52 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

Após receber a intimação da justiça para se retirarem da ilha, a família migrou para outra terra, localizada no município de Darcinópolis (TO), uma das dez cidades do estado do Tocantins que foi atingida pela UHEE. Tal terra eles denominam como Cascavel<sup>9</sup>, que foi um pequeno lote comprado na época da construção do empreendimento.

Em decorrência de inúmeros deslocamentos compulsórios, as vendas de lotes em pequenas áreas de terra eram comuns na região naquela época. Por haver sofrido com o processo da desterritorialização, a família de pescador encontrou nesse lote uma forma de fixar seus modos de vida, até a descoberta do território onde hoje se situa o Acampamento Coragem.

Antes de encontrarem a terra que hoje habitam, passaram a morar cerca de dois anos no Cascavel, e, por percorrer o mesmo trajeto do rio e passarem em frente ao território do Coragem, foi que descobriram a ocupação, em meados do ano de 2015. Por ser um território às margens do lago, e uma terra que daria de plantar, pescar, colher e dar continuidade às suas atividades culturais, foi que decidiram migrar para o Acampamento.

Nesse sentido, a formação do Acampamento Coragem classifica-se como um processo desta população atingida para se reterritorializar. Conforme Saquet (2007), esse processo surge na busca de um novo território, e foi através disso que a ocupação ocorreu, na busca de fixar novas territorialidades e identidades culturais. O acampamento surgiu de uma série de manifestações e embates enfrentados por esses/as pescadores/as que, desde a instalação da barragem reivindicavam seus direitos. É importante frisar que, antes de adentrarem na terra,

---

<sup>9</sup> Trata-se do lote da família Nunes, localizado no município de Darcinópolis (TO), a compra deste se deu como uma forma desta família continuar suas atividades de pesca e poderem ter uma terra para criarem e poder realizar suas atividades de agricultura. Entretanto, a família enfatiza que este lote é muito pequeno em área territorial, não sendo possível realizar tais atividades como realizam no acampamento.

estes ficaram acampados durante dois dias nas proximidades da barragem, manifestando melhores condições de vida para os pescadores.

Em frente a Cooperativa. Só fazia atravessar. Ai eles não deixaram nois lá também, ai foi ai que foi assinado um papel dizendo que iam tirar nois de lá e eles iam arrumar uma terra pra nois ficar, e ai até ontem nunca aconteceu isso. Lá teve um acordo, foi assinado papel lá dizendo que nois ia ser acampado em outro lugar. Ai nois fiquemo no Estreito, ai mexeu e virou e nada de acontecer isso e nois esperando pelas pessoa que tavam de frente lá né. O pessoal do CESTE e nada, ai foi quando nois pescando mesmo aqui, que nossa estrada era essa aqui mesmo no rio aqui pescando direto. Ai nois vimo essa terra aqui desocupada, que é aonde nois tamo hoje (A.N.S, 52 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

A comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem se formou por uma série de embates e conflitos contra o CESTE, e além dos direitos da mortandade de peixes<sup>10</sup>, dos barracões que foram derrubados, a terra prometida pelo consórcio, categorizando-os como acampados elenca mais um dos direitos em luta por essa população.

Os efeitos da usina de Estreito marcam trajetórias de luta e resistência, e os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização enfrentados por essas comunidades respaldam sua luta pela conquista de um território rural, dado o fato que suas vivências e atividades profissionais caracterizam-se por modos de vida ribeirinhos.

Entretanto, a memória do lugar e as práticas tanto profissionais, como costumes e cultura dos atingidos são lembrados pelos acampados pelo lugar que foi perdido nas águas do rio Tocantins, suas percepções e experiências construídas no decorrer de anos fazem parte do lugar onde viviam e exerciam seus modos de vida. Em razão disso, a reterritorialização só ocorre através do intermédio com o lugar, pois a busca por novas territorialidades perpassam aquilo que o território alagado significa pra esta população.

### **3.4 “A beira do rio é o nosso lugar”: memória e percepções do lugar**

O lugar é uma categoria geográfica abordada por estudiosos da área para descrever a relação e os valores que diferentes grupos sociais atribuem ao ambiente em que vivem. Nesse sentido, o lugar para os/as ribeirinhos/as do Acampamento Coragem tem um sentido para

---

<sup>10</sup> A mortandade de peixes corre em disputa judicial, em seus relatos os pescadores discorrem sobre o grande número de peixes que foram mortos no início da instalação da barragem, o que ocasionou num processo de multa ao consórcio por essa mortandade que o CESTE deve aos pescadores em razão deste impacto ambiental. Cabe ressaltar que com as intervenções em campo realizadas em Outubro de 2019, soube em conversa com os moradores que o processo finalmente tinha sido levado a júri, sendo no final deste mês realizariam as audiências públicas para a determinação da multa ao consórcio, o que segundo eles era causa ganha aos pescadores. Atualmente esse processo, de acordo com os acampados, teve causa ganha, estando eles apenas aguardando o recebimento das indenizações pela mortandade de peixes.

além do geográfico e físico: o lugar é sociológico, tendo em vista as relações de afeto e as experiências construídas no lugar em que viviam.

Em suas narrativas, percebe-se que o lugar alagado é presente em suas memórias, relacionando-o às práticas e experiências realizadas no período antes da construção da barragem. Seguindo esses pressupostos, o rio, mais especificamente a beira do rio, como enfatizado pelos interlocutores desta pesquisa, é o lugar o qual classificam como seu. Em sua fala, o pescador se localiza física, geográfica e socialmente: “A beira do rio é o nosso lugar”. As práticas de subsistência do pescador realizam-se às margens do rio. Nesse sentido, ao definir a beira do rio como seu lugar, o pescador associa a experiência de vida que este tem, dado o fato que a experiência “[...] é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade” (TUAN, 1983, p. 9).

Por meio disso, ao relatarem em suas histórias de vida os significados que a terra e o rio têm sobre suas vivências e modos de vida, os/as acampados/as discorreram formas afetivas do que este lugar representa para eles: “Significa muita coisa. É o que eu quero uma terra pra sobreviver em cima dela. O rio pra mim é um pai e uma mãe. Fui criado na beira dele e é de onde tiro meu sustento” (M.M.S, 61 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 10/07/2019).

“Significa muita coisa de bom, tudo de bom. A profissão nossa é na água que é aonde o pescador vive. A terra e o rio é bom e eu não trocaria ela por nada. Quero é a terra” (A.N.S, 52 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019). Os valores atribuídos aos recursos ambientais perpassam as histórias destas populações, tais narrativas imprimem a afetividade com aquilo que a terra e o rio lhes proporcionam, representando um valor imaterial.

Da mesma forma como estão relacionadas ao modo como viviam anteriormente e ao sossego que tinha, como destaca a pescadora: “Boas coisas, porque a gente planta, a gente colhe, pra mim é bom demais. Porque aqui é um sossego pra gente e sossego não se compra” (G.P.S, 58 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

O sossego, a produção e a realização em estar na beira do rio e de continuarem exercendo suas atividades culturais e profissionais perpassam narrativas de resistência e subsistência. Com isso, as percepções de lugar e memória do território alagado estão presentes em seus relatos, tendo em vista que a fixação de uma nova territorialidade ocorre através daquilo que o lugar significa para estas comunidades.

Tais concepções associam-se às relações intrínsecas que os/as moradores/as têm em relação ao meio ambiente, dado o fato que “O meio ambiente natural e a visão do mundo estão estreitamente ligadas: a visão de mundo, se não é derivada de uma cultura estranha,

necessariamente é construída dos elementos conspícuos do ambiente social e físico de um povo” (TUAN, 2012, p. 116).

A beira do rio como lugar dos/as atingidos/as se dá através dos significados que este meio ambiente natural representa sobre os modos de vida dessas populações. Conforme apontado por Tuan, são construídas social e fisicamente na cultura de um povo, nesse sentido, o rio como lugar dos/as pescadores/as relaciona-se ao território cultural deste povo e às relações imateriais que este obtém acerca deste lugar.

A terra pra mim significa muita coisa, porque... eu sou analfabeto, o que eu aprendi foi trabalhar mesmo, de roça, porque eu sempre trabalho de roça e pescando. Então a terra pra mim é uma coisa de grande importância na minha vida, porque eu tá na terra e tendo chance de trabalhar eu sei me dirigir. Eu sei plantar um arroz, sei plantar um feijão, mandioca, eu sei plantar o milho, sei o tempo da gente plantar pra colher no tempo certo. Então a terra pra mim, nesse sentido, é quase tudo. Primeiro lugar porque minha profissão é pescador né, aí minha vida depende do rio. Depende mais do rio porque, se eu me achar sem a terra e sem o rio acabou, né. É passar muita fome (J.P.C, 61 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/09/2019).

Nesse, sentido conforme destacado pelo pescador, a sua relação com a terra e o rio destacam além dos modos de subsistência, a forma com a qual este utiliza para viver bem, tendo em vista que esses recursos são os meios que utiliza para sobreviver desde a infância, a terra e o rio pra ele têm o sentido para além trabalho, pois são a representação de vida.

Estar na beira do rio é a prática cultural da vida de pescadores e pescadoras: “Significa tudo, porque além de eu tá na terra eu fico na beira do rio. Porque nois estando perto da água é uma maravilha” (D. B. S, 52 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/07/2019). A maravilha em estar às margens do reservatório ou rio, como viviam antes da barragem, acontece pelo fato de que seus percursos e trajetórias ocorrerem no rio, e a morada nas suas margens facilita seus modos de vida.

Os significados dados a estes recursos é destaque na fala do morador: “A terra tá boa, tá significando muita coisa. Porque tem o lugar pra eu morar e o sossego meu. O rio tá devagar, mas tô me mantendo dele” (C.B.N, 59 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019). O “devagar” que o pescador menciona acerca do rio, ocorre pelos impactos ocasionados na produção pesqueira que tem sido destaque nas narrativas como um dos maiores impactos enfrentados por eles.

Nas incursões a campo e nos trajetos feitos por meio da canoa ou voadeira, percebe-se esta relação afetiva e cultural com o rio, dando a visão territorial sobre os significados atribuídos ao rio Tocantins. Muitos dos pescadores e pescadoras seguiram a profissão dos pais e, desde criança, exercem a atividade da pesca e conhecem o rio como ninguém. Com isso, ao ouvir seus relatos e observar seus cotidianos na pesca e na roça, podemos refletir acerca de

como esse território em disputa tem importância em suas vidas, e que a resistência envolve questões para além de reivindicação de direitos negados mas, de sobrevivência.

A Fotografia 6 ilustra as práticas pesqueiras e as formas como são realizadas pelos ribeirinhos, assim como a representação e significado que o rio é posto pelos interlocutores da pesquisa. O ir e vir do lago é prática cotidiana da população ribeirinha. Entre os dias que estive acampado, pude acompanhar os trajetos de uma das famílias para entender as formas que se realizavam a pesca, desde o colocar das redes, no entardecer do dia, até a retirada destas no amanhecer do outro dia.

Destaca-se, na Fotografia 6, a realização destas atividades: uma das famílias me acompanhou no trajeto de percurso no campo e foi nesse percurso no lago que notou-se a relação intrínseca com o rio, em destaque o conhecimento acerca dos lugares que foram alagados, pois, na volta da pesquisa de campo, a família me mostrou o território que viviam antes da vinda da barragem para a região, mostrando aquilo que a barragem lhes tirou, discorrendo de onde viviam e como eram suas vidas, destacando inclusive o lugar da vazante, onde colocava a rede de pesca e criava suas galinhas.

**Fotografia 6** – A beira do rio: a pesca no reservatório



Fonte: Machado (Julho/2019).

O lugar de referência e a memória estão presentes na vida dos moradores do Acampamento Coragem. O rio Tocantins é conhecido por todos eles, tendo em vista que, desde o início de suas vivências na pesca, percorrem o rio a jusante e a montante, destacando todos os processos e efeitos que o rio sofreu em decorrência da UHEE.

Destacamos como esta relação com o lugar é um os impactos sofridos por essas comunidades e que a resistência utilizada em continuar vivendo às margens do rio perpassa aquilo que o lugar significa para eles, dado o fato de que a beira do rio é o lugar desta comunidade, pois são ribeirinhos, como eles mesmos se caracterizam.

Nesse sentido, a memória está presente nas histórias de vida dos pescadores, sempre ao recordarem do lugar alagado e de suas práticas profissionais na época anterior à barragem. Conforme destaca Halbwachs (2004), é por meio da memória que se apresenta ao grupo um quadro de si mesmo. Segundo o autor, a memória é um processo de construção, de acordo com a relação dos sujeitos no tempo e espaço.

A memória serve, assim, como fonte de identidade ao grupo, fixando nestas características que vão se perpetuando e servindo como fator identitário. “O grupo, quando considera seu passado sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo” (HALBWACHS, 2004, p. 87). Através da memória, o grupo mantém tradições e costumes mesmo que o tempo passe, ou que a vida mude, como ocorreu com os acampados.

Destaca-se a memória do lugar, tendo em vista que as comunidades ribeirinhas, ao ocuparem um território, buscam fixar novas territorialidades a partir daquilo que seu antigo território significou em suas trajetórias de vida. Michel Pollack (1992) dialoga com Halbwachs (2004) sobre a memória que é “um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”. (POLLACK, 1992, p. 5). Os dois consideram a memória como construção social, do grupo. Há, então, pela memória, o sentimento de identidade, por meio do qual se afirma a identidade do grupo.

Com isso, a memória abarca os sentidos e significados que os moradores do acampamento atribuem ao território que foi alagado pela UHE de Estreito, sendo que, nos seus processos de resistência, ao buscarem a conquista da terra em que ocupam, estão rememorando o lugar de onde foram deslocados. Tendo em vista que o fixar de uma nova territorialidade perpassa a memória que estes têm do território alagado.

Por meio disso, a memória a este lugar marca narrativas de lembranças, pertencimento e experiências dos ribeirinhos acerca do território que foram desterritorializados, como destacado por uma das acampadas ao ser questionada sobre o que mais sentia falta do seu antigo território: “Só a falta do meu lugar de eu plantar a minha vazante” (G.P.S, 58 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

A lembrança que eu tinha porque a fartura era grande sabe. A gente tinha... é porque tinha melancia, tinha abóbora, era todo tempo sabe?! Tinha abóbora, tinha macaxeira, era direto, sabe. Melancia, lá perto dos canteiros a gente plantava o maxixe e era o tempo todo. De inverno a gente vivia em cima<sup>11</sup> de verão embaixo, a horta era mais melhor do que em cima de inverno. Neste tempo todim tinha a fartura, era nesse tempo, melancia quando era o mês de agosto em diante, o caba levava era as canoada cheia todo final de semana (C.B.N, 59 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

A fartura, tanto na produção pesqueira como na produção da vazante, destaca-se nas histórias contadas da forma como viviam antes da barragem, a lembrança saudosa da forma como viviam bem marcam narrativas de luta por modos de vida dignos a estas populações, que atualmente sofrem com os efeitos da vinda dos grandes empreendimentos.

“A gente lembra e sente saudade. Aquela tranquilidade que a gente tinha. Nunca pensei que ia sair de lá de mão abanando. Por tá desprezado é que faz eu tá na luta” (J. P.C, 61 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/09/2019). O pescador destaca o desprezo como impulso para continuar a lutar e continuar reivindicando os modos de vida que foram impedidos de ter com a instalação da UHEE.

A paisagem, o lugar e o território são marcas das formas como viviam e realizavam suas atividades além da saudade, tanto da rentabilidade obtida nessa época, como das plantações que tinham, conforme destaca a pescadora: “Era bom, eu lembro muita coisa boa. Tinha muita plantação, eu sinto falta dos peixes e dos pés de manga” (M.S.M, 55 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/07/2019).

A memória do lugar perpassa narrativas saudosas e afetivas, desde as plantações, a produção pesqueira, como também sobre como era a vida antes da desterritorialização. Com isso, destacamos os processos de adequação a um novo lugar, tendo em vista que a realidade que vivem hoje se difere em muitos aspectos da vivida antes da barragem, portanto, a memória e percepções do lugar perpassam tanto o campo da saudade, como também as formas de se reterritorializarem novamente às margens do rio.

---

<sup>11</sup> Quando se refere que vivia na parte de cima, o morador está relacionando as proximidades de seu barracão, que não ficava próximo ao rio. Ao se referir a parte de baixo do território, está descrevendo a beira do rio, local onde fazia o plantio das vazantes.

### 3.5 Os impactos na produção pesqueira

No contexto da construção das usinas hidrelétricas, são muitos os impactos encontrados na literatura dos estudos acerca dos grandes projetos de desenvolvimento, mas, tratando-se especificamente da realidade da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, destacam-se os impactos na produção pesqueira.

Muitos dos pescadores enfatizaram que, entre os maiores impactos sofridos com o advento da barragem de Estreito, o que mais causou efeito em suas vidas foi o relacionado à pesca.

Pra nós o maior impacto foi botar os peixes pra ir embora. A gente sabe que lá dentro eles pega os peixe bom e solta e enterra. Tinha que ter feito uma escada. Ia ter a escada do peixe passar. Eles atravessar a barragem. Falaram que ia ter e não fizeram. O percurso do peixe ia continuar como antes (A.N.S, 52 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

A barragem de Estreito represou muitos peixes nas comportas onde se encontram o empreendimento. Na narrativa do pescador A.N.S, quando o mesmo menciona que “eles pega os peixe bom e solta e enterra”, estão situados exatamente esses processos recorrentes no vertedouro, pois, por não haver a escada de peixes, estes ficam presos nas comportas e para sanar tais problemas os empreendedores recolhem e enterram o pescado represado, o que acaba impactando ambientalmente a produção dos pescadores.

O lago é uma serpente pra traia de pesca. Na época de inverno, pescava de rede parada. Pescava: Jaú, dourado, filhote, caranha, piabanha, pacu. Sabia qual era o ponto que passava tal peixe. Hoje no lago é difícil pegar um jaú. Cachorra não têm. Cumatá não têm (...) Hoje o peixe que tá pegando é a curvina, tucunaré e mampará. Antes tinha o remanço, o peixe que você pega muito é no remanço. O pescador conhecia o rio e o local sobre quais espécies de peixe passavam (J.P.C, 61 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/09/2019).

De acordo com os pescadores/as, no início da construção da barragem os empreendedores prometeram uma escada de peixe<sup>12</sup>, que seria utilizada para que o peixe pudesse realizar seu percurso natural no rio, utilizando da escada para passar pelo barramento da usina, podendo, através disso, continuar com a migração natural do pescado e do cardume. Entretanto, tal escada não foi construída fazendo com que o peixe não continuasse migrando naturalmente, o que ocasionou na mortandade de toneladas de peixes, o que até hoje corre em

---

<sup>12</sup> Trata-se de uma das promessas que o CESTE promoveu durante a instalação da barragem. A escada de peixe são tanques ou degraus que geralmente são construídos em barragens para que o peixe consiga subir o rio nadando contra correnteza, para assim desovar e se reproduzir naturalmente.

processo judicial, pois a mortandade de peixe é um dos processos enfrentados pelos atingidos contra o CESTE.

Tinha que fazer a escada porque em todas as barragem muitas tem a escada do peixe, ai eles desvia a água pra um lado ai o peixe sobe e desce, ai não fizeram. Prejuízo maior é esse que eles não fizeram a escada do peixe. Que se eles fizessem nois num tava com essa dificuldade do peixe, que o peixe não morria, o peixe chegava lá e subia né. Subia e descia pelo um lado, sempre que eles fazem essas escada de peixe é arrudiando a barragem e eles não fizeram, tamparão só a barragem e a água desceu.. ai o peixe que vem de baixo morre, e os que tá em cima subiram né (C.B.N, 59 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

A diversidade da pesca decaiu em decorrência da barragem, por não ocorrer mais a migração dos peixes e os cardumes que percorriam o rio, as espécies que mais se vendia na época se tornaram as mais difíceis de pescar no lago. Conforme destaca o pescador, “Antes da barragem pegava 20kg de peixe. Hoje não se pega 3kg por dia. Essa luta tá compensando não”. Cabe ressaltar que, antes da barragem, o peixe amanhecia na rede em ótimo estado para venda, atualmente, o peixe amanhece podre, em decorrência dos resíduos tóxicos das árvores que se encontram em estado de putrefação, o que acaba impactando no pescado.

Piorou né. Porque as coisa ficaram mais difícil né. Ficaram mais poca, então fez foi piorar. Primeiro a gente pegava o peixe e não precisava... tem vez que a gente vamo perto de Babaçulândia pra caçar peixe, então o peixe de primeiro não era assim, subia era o cardume e a gente já via o movimento e botava a rede pra pescar nois pegava. Tinha mais, mais peixe, não precisava andar daqui perto de Babaçulândia, pra ir caçar né. A fartura era mais, então a gente ganhava mais nera. E agora tá difícil, assim, ficou mais difícil o peixe né. Pesca, pesca, só rasga a rede. Compra rede ai e rasga a rede sem pegar o peixe (D.F.O, 57 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/07/2019).

A produção pesqueira de antes da construção da usina em comparação com a de hoje decaiu drasticamente, da mesma forma que a realização da pesca no lago. Em suas narrativas, os/as pescadores/as relatam que o lago é muito traiçoeiro, e que a presença de troncos de árvores em decorrência do não desmatamento da área em que se localiza o acampamento, o estado de deterioração destas árvores acaba agredindo o pescado, o peixe está mais fraco e a rede não suporta mais a duração de outrora. Antigamente, a rede durava entre três a quatro anos, podendo ainda ser reutilizada. Hoje, a rede dura apenas seis meses, pois o lago tem muitos resquícios de madeiras, o que acaba danificando as redes de pesca.

Também houve mudança no comprimento das redes de pesca. Para realizarem a pesca os pescadores utilizavam redes que mediam entre 20 a 30 metros, atualmente, a base da rede que pescam é de 600 metros. Através disso, destaca-se como a produção pesqueira tem sido impactada compulsoriamente, tendo em vista a extensão da rede de pesca que hoje necessita

ser utilizada para que os/as pescadores/as consigam uma melhor produção, conforme relato do pescador:

É o seguinte, antigamente nois pescava assim, a rede grande que a gente pescava o normal mesmo era 30 metros, 25 metros de rede que a gente pescava de comprimento, a largura vem a mesma que ela é base de 4 metros, 3 metros de largura, o tamanho era assim, 25 metro 30 metro de comprimento, a gente pescava com 3, 4 redes no máximo nos lugar entendeu? Ai a gente só ia lá despescar a rede e voltar pra casa, pro barraco pra mais tarde ir de novo buscar os peixe na rede. E hoje é muito diferente, hoje a gente vai, a gente bota 400 metros, 500 metros de rede ai que é o que eu sempre pesco com esse tanto de rede e a gente passa 3, 4 dia no rio pescando, e a gente não arruma, já digo assim, 4 dias a gente não arruma o que arrumava em dois dias antes, não tem nem rumo de arrumar hoje. De jeito nenhum, pode passar 4 dia lá que.. antes a gente passava 2 e arrumava mais, mais peixe. Então por isso que eu digo que antes era bem melhor, sem comparação (A.N.S, 52 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 10/07/2019).

Os impactos nesta produção foram observados durante cinco dias de visita de campo realizada no mês de julho de 2019. Com o objetivo de realizar as entrevistas, fiquei acampado dos dias 06 a 10 de julho, quando realizei observações participantes, desde colocar a rede para pegar o peixe, até a reforma da canoa de pesca e a retirada da rede de pesca do lago. Por meio disso, pude perceber que, mesmo com um número muito extenso de redes, a pesca diária ocorre de forma muito difícil. São poucos os peixes pescados e os encontrados são de pequeno tamanho, como o Cará. Durante esses dias, o pescador A.N.S buscava incansavelmente formas de pescar um filhote, dado o fato de ser um peixe grande e de maior rentabilidade na venda do pescado.

Em cinco dias, só conseguiram encher o isopor no quarto dia, e, finalmente, pescar um Jaú que pesava de 12kg a 13kg, motivo pelo qual retornamos para Estreito, pois o gelo que tinham no isopor não seria o suficiente para a manutenção do pescado.

Em decorrência disso, pude perceber e observar como a pesca ocorre de forma demorada, enfadonha e de difícil acesso no lago. Encontramos muitos tocos que acabaram rasgando a rede, como também peixes que se prendem a ela e que não são vendáveis ou de consumo da região, como o Cuiucuiu, que trata-se de um peixe grande, de cor escura e couro grosso que se prendem na rede, assim como tartarugas. Ressaltamos que todos eles são devolvidos ao lago quando o pescador o encontra preso à rede de pesca.

Nos relatos dos/as pescadoras, a vida antes da barragem era, além de sossegada, mais produtiva em relação ao pescado. “A rede era de 30 metros 35 metros de rede. Hoje é diferente, é 400 a 600 metros de rede ou não pesca. 60 quilos de peixe se pegava em dois dias. Hoje não se pega nem 20 quilos” (A.N.S, 61 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

Destaca-se o número exorbitante do decréscimo na pesca. Da mesma forma que o aumento da rede se dá como alternativa para persistir em suas práticas culturais, mesmo com os impactos ocasionados pela barragem, o continuar pescando ocorre como forma de manterem seus modos de vida, resistir àquilo que o empreendimento tanto impactou nas suas vidas, que, neste caso, trata-se especificamente do produto principal de sua subsistência, o peixe.

### **3.6 Cartografando o território: o mapeamento da comunidade ribeirinha**

No dia 12 de dezembro de 2019, foi realizado o Mapeamento Social na Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem, com a presença da equipe responsável para realização desta atividade, que teve a coordenação de uma professora especialista no assunto.

Chegamos à comunidade por volta das 09h29min. Todos os acampados já nos aguardavam, tendo em vista que já estavam cientes de que a atividade iria se realizar naquele dia, e, anteriormente, em reunião comigo, combinamos todas as demandas necessárias para a realização da cartografia, como: almoço, transportes e gastos com os deslocamentos da equipe de pesquisa que auxiliaria na realização da cartografia.

Inicialmente, a comunidade se apresentou para em seguida darmos início às atividades. Logo após, foram apresentados os principais objetivos da cartografia social e a forma com que seria elaborada, destacando que a própria comunidade é quem produziria o mapa.

A cartografia inicia-se às 10h25min, os materiais são postos à mesa e os moradores se reúnem em torno dela para decidirem como fazer o mapa. De início, não compreendem bem o formato, pois imaginavam que cada um desenharia seus lotes separadamente e depois juntariam no mapa, após visualizarem o papel que media quase o comprimento da mesa foi que iniciaram os debates de como e por onde iniciariam. Esse período foi de muita indecisão e dúvidas, o que logo se resolveu quando um dos moradores fez a demarcação de todo o território no papel para, logo após, cada acampado desenhar seu respectivo lote.

Na Fotografia 7 destaca-se o início do processo da cartografia social. Após a explicação da equipe que coordenava a atividade, a comunidade iniciou o mapeamento, demarcando o papel branco e localizando o loteamento de cada acampado do primeiro ao último lote. O início do mapeamento então ocorreu com os moradores dos primeiros lotes iniciando o processo, para que, em seguida, cada morador ao visualizar seu espaço no mapa pudesse desenhar seu lote e o que o mesmo representaria na cartografia.

### Fotografia 7 – Início da cartografia social



Fonte: Machado (Dezembro/2019).

No decorrer do processo, muitos questionavam sobre o espaço que cada lote teria no mapa e que não caberiam todos os lotes. Em alguns casos se ouviu breves discussões tais como “Mas o lote dela tem mais espaço que o meu”, “Não deixaram espaço pra eu colocar nada”, “Só desenharam um pilão preto e um pinto, cadê minhas plantas? Meu lote não tem só isso não”. Essas foram uma das falas que se observou durante a realização da cartografia, por ser um número significativo de lotes, 36 no total. Os/as moradores/as que iniciaram o mapa situacional ocuparam um espaço significativo no mapa, destacando um espaço maior do que os que realizaram por último.

Nesse momento, pudemos observar a disputa por espaço, em que os próprios moradores ao destacarem na cartografia as suas territorialidades, de alguma forma entraram em conflito, pelo lote do outro ser maior que o seu, por exemplo. O espaço, tanto no papel como no próprio território, pode representar as formas como o território é representado.

Na disputa pela terra, o debate sobre os lotes tem sido uma demanda bastante discutida entre os moradores, como o fato de que alguns não plantam, não moram e não criam, o que acarreta em conflitos internos, tendo em vista que a luta pela permanência na terra pauta-se no morar, plantar e viver no Acampamento.

Na Fotografia 8 pode-se visualizar como se deu o início do processo do mapeamento social da comunidade. Cabe ressaltar que toda a comunidade participou, tanto homens como

mulheres e, inclusive, as crianças que ajudaram os pais a colorirem o mapa. Após alguns embates, a construção do mapa ocorreu e cada morador desenhou seu lote e estrutura do território, conforme suas vivências. Após o almoço, retornamos à confecção da cartografia. Cada morador, depois de compreender o processo do mapeamento e visualizar o mapa, expressou satisfação com a feitura do mapeamento.

### **Fotografia 8 – Mapeando o Acampamento**



Fonte: Machado (Dezembro/2019).

Conforme destaca Brito (2019, p. 76), “O processo de confecção dos mapas perpassa o envolvimento prático e simbólico dos atores cartográficos”. Ao perceberem que a cartografia ia tomando forma, muitos visualizaram seus lotes e vivências destacados no próprio mapa, e esse foi um feito realizado pela própria comunidade que confeccionou o mapa da forma que, conjuntamente, encontraram de melhor representar o acampamento.

Segundo Ascerald (2010), a caracterização da natureza e as tramas territoriais que estão presentes no mapeamento, configuram diferentes meios de produção social destes territórios, assim como suas relações de construção, seja por apropriação direta, por intermédios legais, ou por questões identitárias de como, através dos mapas e meios representacionais, eles irão descrever a comunidade.

Por meio disso, destacamos que a atividade que se realizou teve o intuito de, coletivamente, construir o mapeamento da comunidade. A sua realização enfrentou uma

série de conflitos e discussões. Entendemos a importância e relevância da participação da comunidade na construção do mapa, entretanto, por ser algo novo a eles, muitos, de início, ficaram recolhidos diante do processo, apenas observando de que forma iriam construir o mapa.

A demarcação dos lotes foi um dos debates discutidos pela comunidade durante o mapeamento. Quando se viram diante de um papel branco, sem riscos e que eles seriam as pessoas responsáveis por construí-lo, a partir de suas experiências, ficaram atônitos, buscando melhores explicações. Entretanto, a equipe responsável sempre lhes instruíu que o mapa seria feito da forma como eles decidissem em conjunto. A partir daí iniciaram o debate: “Começa pela cachoeirinha e vem descendo”, pois a cachoeirinha é o ponto de referência onde se inicia o acampamento, e a ponte do Curicaca é onde o território termina.

Após alguns debates, decidiram iniciar demarcando o território, dando o primeiro risco no papel em branco, fazendo as demarcações territoriais, destacando as curvas do lago e a forma como se constrói o acampamento. Em seguida, desenharam, cada um, seu lote, começando pelo último deles, que seria o lote de número 48, para que assim os próximos pudessem dar sequência ao desenho.

Conforme a Ilustração 1, visualiza-se o trabalho final do mapeamento. Mas, antes de sua conclusão, cada morador ansiava pela hora de desenhar seu lote. A espera gerou discussões e incertezas, pois os primeiros que desenharam utilizaram um espaço maior no papel. Durante a oficina se ouvia “Não vai caber o meu, agora que tá no lote de fulano, quando chegar no meu já acabou o papel”, como bem pode-se observar, existe uma divisão de espaço dentro do próprio mapeamento. É nítido que os primeiros a desenharem utilizaram um espaço maior, fazendo com que os demais não tivessem tanto espaço para desenharem seus lotes, como é perceptível os pequenos espaços que utilizaram para caber os lotes de todos. Isso ocorreu após muita discussão de que eles deveriam ter dividido antes de iniciarem o desenho.

Na Ilustração 1, visualizamos o trabalho feito pela comunidade. Conforme observa-se, em cada lote, além de seu espaço, destacam-se as casas, as criações, as plantações de cada acampado, representando a partir deste mapeamento social, os modos de vida dos moradores do Acampamento Coragem. A partir disso, a própria comunidade torna-se participante do processo de demarcação do território, tendo em vista que o objetivo da cartografia social parte do pressuposto de destacar a forma como a própria comunidade se visualiza perante o território.

**Ilustração 1 – Mapeamento Social do Acampamento Coragem**



Fonte: Moradores do Acampamento Coragem (2019) Org. Machado (Dezembro/2019).

Através disso, podemos visualizar as práticas culturais e profissionais dos moradores. Quando se denominam ribeirinhos, os acampados estão se identificando enquanto moradores da beira do rio, pois o pescador, o vazanteiro necessita do rio pra sobreviver. Nesse sentido, podemos visualizar no próprio mapeamento as formas como o ser ribeirinho se representa. Os barcos ancorados, as plantações, a construção de suas casas destacam-se como práticas ribeirinhas.

A representação que os moradores atribuem ao território marcam narrativas de luta, resistência e continuidade das práticas profissionais e modos de vida. O ocupar perpassa o sentido de continuarem às margens do rio para exercerem suas práticas de subsistência, pescando e plantando. Conforme o pescador, a representação em está no acampamento:

Significa muita coisa, porque antes do assentamento nois... depois que nois perdemo nossos lugares não tinha pra onde a gente ir, e agora com esse assentamento a gente tá sossegado. O que representa pra mim é isso, só de a gente ter, tá em cima de uma terrinha dessa sossegado, pra mim representação melhor do que essa não tem (C.B.N, 59 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

Por meio disso, o mapeamento social e os registros realizados pelos moradores/as do Acampamento Coragem apresentam elementos importantes das histórias de vida desses interlocutores na luta pela terra, na memória do lugar, e na organização e construção de identidades.

Destaca-se como a realização deste mapeamento caracteriza práticas culturais e territoriais, “Chamamos aqui de tramas territoriais ao movimento configurado pelos diferentes meios de produção social dos territórios e suas relações constitutivas” (ACSERALD, 2010, p. 10). Assim, a representação da comunidade ocorre na forma com que o mapeamento participativo ocorreu, o que demonstra as tramas territoriais que os próprios acampados construíram na realização do mapa.

Portanto, compreende-se que a participação coletiva da comunidade na realização da cartografia abarca sentidos e significados que o território ocupado perpassa a esses sujeitos. Tendo em vista que “O território é um produto sociospacial, de relações sociais que são econômicas, políticas e culturais de ligações internas e externas” (SAQUET, 2007, p. 80). Com isso, associa-se a forma com que os moradores resistem ante os embates enfrentados na disputa pela terra, como também as relações coletivas que se constroem na comunidade ao fixarem novas territorialidades.

### 3.7 Narrativas e resistências na luta pela terra

Entre as inúmeras incursões em campo que ocorreram em minhas visitas e observações na comunidade desde o ano de 2017, sempre observei a realidade da vida ribeirinha e, nesse contato, sempre ouvi histórias sobre a formação do acampamento, inclusive sobre a escolha de seu nome: Coragem. Em uma dessas conversas, um dos pescadores me confidenciou: “Porque quando viemos pra cá disseram que tínhamos coro de jacaré, que tinha que ter coragem pra entrar aqui, e nois temos, porque só resiste quem tem coragem”.

A resistência é recorrente nos processos de ocupação territorial, como as realizadas pelas populações atingidas pelas barragens que buscam alternativas de subsistência em territórios de disputa, como a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem que, atualmente disputa a conquista da terra contra os empreendedores da usina. A resistência sempre esteve presente nos conflitos das populações tradicionais em lutas pela terra, nesse contexto, destacam-se as narrativas dos acampados que resistem na luta pela terra que hoje ocupam.

Conforme Benincá, a resistência (2011, p. 260) “[...] é constituída por atores em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação”. Com isso, destacam-se os acampados que atualmente ocupam um território em disputa como forma de resistência, sendo tanto suas condições como histórias de vida desvalorizadas pelos empreendedores.

Diante disso, “[...] ao resistir aos projetos hidrelétricos, o MAB enfrenta ao mesmo tempo o sistema capitalista – com seu caráter economicamente explorador, socialmente excludente, ideologicamente imperialista e colonizador – e o modelo energético” (BENINCÁ, 2011, p. 261). A resistência é um fator recorrente na luta dos moradores do Acampamento Coragem, seja na luta pelos direitos negados, pela subsistência, pelos modos de vida ou pela condição de acampado.

As formas de resistir perpassam suas narrativas mesmo no início da construção da barragem de Estreito. Muitas ocupações e manifestações foram realizadas na época da implantação da UHEE, com destaque à ocupação em frente ao canteiro de obras e a caminhada que realizaram de Araguaína a Estreito, vistas como formas de lutar pelo direito do pescador e resistir contra a construção do empreendimento.

Conforme destaca um dos acampados, “Participei de quase todas elas. Teve manifestação que nois fumo pra Araguaína e voltemo de a pé fazendo manifestação. Depois mais duas ali da ponte até na porta do CESTE, a segunda vez nois fomo barrado pela polícia lá” (C.B.N, 59 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

As narrativas dos moradores da comunidade compõem trajetórias de luta e resistência na luta pela terra, na reivindicação dos seus modos de vida. A ocupação do próprio território pauta-se em ocupar, produzir e resistir, tendo em vista que o objetivo de estar no acampamento é justamente para continuar exercendo suas atividades profissionais e darem continuidade aos seus modos de vida.

Porque a gente precisava dessa terra, nois precisava da terra tanto pra trabalhar como melhoria também da pesca pra nois, pra gente ter um local, trabalhando e pescando ao redor também né. A gente tendo o acesso pra gente ficar, porque hoje ninguém num quer aceitar mais ninguém nas terra né. Porque antes não tinha esse negócio de APP, hoje tem essa APP o caba não pode mais fazer um barraco na área de APP. E antes não tinha. Ai hoje os fazendeiro, quem tem terra não aceita. Então a gente tá querendo um local pra gente também ter esse acesso. Plantar e pescar porque é a atividade da gente (F.A.A.S, 56 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/07/2019).

Nesse sentido, a ocupação deste território ocorre por questões de sobrevivência, tendo em vista que as práticas profissionais dos acampados relacionam-se com o uso da terra para produzir, assim como do lago para pescar. Como bem destaca a pescadora: “Porque além de eu ser pescadora e não tenho terra, não tenho casa na rua. Então eu pensei, não, a gente não tem uma casa, não tem outra terra, então aqui a gente luta e se der certo é uma boa né” (D.F.O, 57 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/07/2019).

A ocupação do território ocorre, nesse sentido, como sobrevivência, tendo em vista que em alguns casos destacam-se moradores que encontraram no acampamento um lar para continuarem vivendo, e por meio disso, exercem práticas de resistir na luta por esse território.

Entre as narrativas, destacam-se dois casos específicos, de moradores que migraram de outros estados e encontraram no acampamento um lugar para morada, ou como um deles menciona, o motivo de estar ocupando esse território: “É, porque foi aonde surgiu um pedacinho de terra que deu certo pra mim colocar minha família pra trabalhar” (D.B.S, 52 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/07/2019).

Por causa da necessidade que a gente tinha, porque a gente não tem onde morar. Ai foi onde entrou o apoio do Seu Antonio e da Dona Jacirene que teve a frente do movimento né, do acampamento aqui. A gente não tinha aonde morar e tava morando lá na ilha, e era uma ilha e não podem ser mexidas. A gente teve que tá mudando de barraco em barraco, porque não pode ter um barraco fixo na beira da barragem (J.M.S, 33 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

As histórias dos dois relacionam-se com o fato de encontrarem no Acampamento Coragem um lugar de refúgio e de morada. A partir disso, podemos destacar que a ocupação exerce formas coletivas de luta pela terra, integrando ao grupo realidades distintas de pessoas que, assim como os atingidos pela barragem de Estreito, se encontram em condições vulneráveis e encontram no acampamento formas de subsistência. A narrativa acima é de uma

representante de uma família que é atingida pela barragem de Guadalupe, localizada no município de Boa Esperança (PI).

A família sobrevive da pesca e viveu a realidade dos impactos causados em outra barragem. De acordo com a pescadora, o motivo de migrar para a cidade de Estreito se deu justamente por ficar sabendo da usina, e por viver da pesca e essa produção já ter sido totalmente afetada em sua cidade, decidiu mudar-se em busca de continuar pescando, conforme destaca:

Na verdade a gente veio pra cá pelo fato da escassez dos peixes né, porque como todo mundo sabe as barragem eles começam uma construção afirmando que vai ser bom pro pescador com a quantidade maior de água, que vai ter mais peixe, mas nada disso. Geralmente quando essas barragens são fundadas a escassez dos peixes começam desde já, por quê? Porque é uma quantidade muito grande de água, vai ligar a outros rios, outras barragens e os peixes tendem a migrar, sumir do rio. Enquanto fica bom, em vez de ficar bom fica ruim, né. Ai o que que acontece é nois viemo pra cá correndo atrás de um futuro, de peixe, de pescar, e por fim quando chegamos aqui encontramos esse grupo de pessoas querendo um lugar né, pra morar pelo fato da prejudicação que foi a vida no decorrer da barragem. As pessoas que tinham terras, que tinham roças, fazendas, tudo, vazante. Ai tava esse grupo de pessoas a gente se juntou a eles e viemos lutar por esse espaço né. Que é mais do que nunca merecido pra todos (J.M.S, 33 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

Percebe-se na narrativa da pescadora que a ocupação se deu através da busca por um futuro, o que ela encontrou na comunidade em que hoje vive. Mesmo com a queda na produção pesqueira, como também das espécies de peixe, que é relato recorrente entre a maioria dos pescadores, essa família encontra formas de sobreviver através da pesca escassa que atualmente encontram no lago. Por meio disso, observamos que as narrativas de resistência dos ribeirinhos adentram no campo da subsistência, por serem pescadores e, como muitos destacam, “é a profissão que eu tenho”, a morada na beira do rio se dá exatamente pelo exercício de sua prática profissional.

Resistir também significa reconhecimento de luta e participação ativa na luta pelos direitos. Como mencionado anteriormente nesse trabalho, a formação política e educativa dos moradores dessa comunidade se deu através da participação do MAB na ocupação da terra, após quatro anos de ocupação os acampados destacam os significados e representações que o acampamento tem para eles: “Representa conhecimento de luta, que a gente tá lutando, tá aprendendo. Representa uma história na vida da gente, na minha vida também, porque eu não esperava por isso, mas tamo passando por isso ai e eu espero que mais na frente vamo representar coisa melhor” (J.P.S, 61 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/09/2019).

Por meio disso, destaca-se que as narrativas na luta pela terra perpassam sentidos e significados que os moradores atribuem à luta que enfrentam na justiça, assim como a

representação que o Acampamento Coragem têm sobre suas vidas, sendo destaque em muitas das histórias de vida o lugar de sossego para morar e continuar plantando, pescando e criando. O espaço do campo ou “eu fui criado no mato”, como alguns destacam, definem a forma como essa população busca de resistir e continuar exercendo suas práticas de subsistência, tendo em vista que o meio rural se dá como melhor espaço de vivência, encontrando nessa terra formas de continuar sobrevivendo e praticando seus modos de vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou descrever os efeitos e conflitos ocasionados pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE) e as formas com que tem alterado aos modos de vida de populações tradicionais, como os moradores do Acampamento Coragem que são o escopo central desta investigação. Buscou-se, portanto, descrever as percepções dos moradores desta comunidade ribeirinha sobre os efeitos que esse empreendimento tem causado à sua comunidade. Através disso, compreendemos todos os processos como as formas que, desde a instalação da barragem, e até os dias de hoje, tais populações sofrem com o advento das barragens para as regiões onde vivem.

Os caminhos metodológicos que subsidiaram a trajetória deste estudo pautaram-se na pesquisa qualitativa, com uso da história oral de vida, observação participante, aplicação de roteiro de entrevistas e mapeamento social feito pela comunidade.

O roteiro de entrevistas como instrumento para análise de dados, composto por 40 questões, buscou alcançar os objetivos elencados na pesquisa procurando discorrer sobre a identificação e história dos moradores, a memória do lugar do qual foram desterritorializados, os impactos e os processos de desapropriação da UHE de Estreito e os impactos socioespaciais no Acampamento Coragem.

Através disso, analisamos as narrativas da comunidade que teve a participação de 12 famílias, seguindo o recorte de um total de 36 famílias que ocupam a comunidade. Buscamos elencar as histórias de vida das famílias que moram no acampamento, tendo em vista que, por diversas condições e problematizações, as outras 23 famílias não necessariamente moram no acampamento, mas ocupam esse espaço nos finais de semana, em decorrência da falta de políticas públicas encontradas na comunidade.

Com base no breve histórico sobre o modelo energético brasileiro, constatou-se a existência, especificamente na bacia do rio Tocantins, de um forte potencial hidrelétrico, e que as regiões do Araguaia e Tocantins têm sido foco para instalação de novas Usinas Hidrelétricas, passando, com isso, a tornar-se numa monocultura das águas. A construção destes empreendimentos tem ocasionado diversos efeitos à população em geral, causando impactos irreversíveis sócio e ambientalmente, desterritorializando inúmeras populações e comunidades de seus lugares de sustento, o que ocasionalmente acaba transformando e modificando seus modos de vida e identidades.

Dessa forma, notou-se que, desde sua construção, a UHEE tem ocasionado grandes efeitos à população onde se instalou, modificando a própria cidade e demais populações

atingidas e, mesmo após sua inauguração, continua a ameaçar e a causar incertezas na vida das populações tradicionais que são as que mais sofrem com os efeitos da vinda da barragem para a região. Portanto, destacamos a vinda da barragem proposta através do discurso desenvolvimentista que historicamente se enraizou no debate promulgado pelo Estado e empreendedores que promovem o progresso da região onde se instalam.

Entretanto, como pudemos perceber, tais discursos partem da lógica capitalista de promoção do crescimento da sociedade. Como em todas as esferas do sistema econômico brasileiro, os empreendedores se sobressaem ante os atingidos, beneficiando-se com a instalação de barragens e descartando inúmeras populações que sofrem com o advento da construção destes megaempreendimentos. Com isso, as populações atingidas passam a ser desterritorializadas do desenvolvimento, posto que a realidade desenvolvimentista proposta pelo Estado não descreve a realidade total das condições de vida da maioria da sociedade.

Em contrapartida a esses discursos do Estado, destacamos o papel político e educativo desenvolvido pelo MAB, movimento social que atua junto à comunidade atingida na luta pela reivindicação dos direitos dos atingidos por barragens. Portanto, diante dos embates enfrentados pelos moradores do Acampamento Coragem, destaca-se o papel preponderante do movimento na luta pela conquista da terra. Em suas narrativas, os acampados enfatizam que o movimento propiciou a eles direitos de luta, assim como participação coletiva na luta pelo território.

Nesse sentido, o papel de atuação do MAB envolve um sentido de formação política entre os acampados que atualmente reconhecem-se como militantes, da mesma forma que atuou no reconhecimento da comunidade enquanto detentores de direitos, o que contribuiu na luta que a população hoje enfrenta contra os empreendedores.

Entre as ações dos empreendedores para combater as ocupações das populações atingidas, destacamos a demarcação da Área de Preservação Permanente (APP), que corresponde aos limites estabelecidos pelo consórcio com base nas determinações do código florestal de áreas de 30 metros que devem ser preservadas e se manterem intactas. Com base nisso, problematizou-se como tais áreas abarcam e seguem os critérios de fiscalização no território onde encontram-se as populações ribeirinhas, tendo em vista que, com base em seus relatos e observações em campo, a demarcação da APP no acampamento já ocorreu três vezes, ocasionando em mudanças de lotes e casas para acima da área de preservação.

Nota-se que essa demarcação impede que a população continue exercendo uma de suas principais atividades culturais que eram exercidas antes da barragem, que trata-se da vazante. Por ter a beira do rio totalmente marcada pela APP e a plantação as margens do

reservatório não ser possível, a roça de toco surge como alternativa para continuarem exercendo suas atividades de plantação. Entretanto, por não ter a mesma fertilidade das terras da beira rio, muitos acampados têm sofrido com a escassez de produção de alimentos, o que compulsoriamente acabou causando efeitos irreversíveis aos seus modos de vida.

Evidenciou-se, por meio das narrativas orais dos moradores da Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem, os efeitos que a desterritorialização e a busca pela reterritorialização causaram à vida desta população, como a busca por uma terra produtiva, por modos de vida tradicionais e por direitos que foram negados pelo consórcio. A luta pelo território destaca formas de resistência que esta população busca enfrentar para subsistir, tendo em vista que a terra e o rio são os meios utilizados pelos ribeirinhos para continuarem exercendo seus modos de vida.

Dessa forma, a discussão teórico-metodológica subsidiou esse estudo, através da pesquisa interdisciplinar, trazendo como escopo de discussão as categorias território, lugar, cultura e identidade.

O território pautou-se no viés de debate sobre as relações de poder e formação que a sua construção carrega, dado o fato que as relações sociais estabelecidas dentro do próprio território acarretam em relações de poder. Essa categoria abarcou a discussão subsidiada pela territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T.D.R), elencando os processos ocasionados pela barragem que compulsoriamente causou efeitos socioterritoriais na vida desta população ribeirinha.

O lugar elencado neste estudo carrega o sentido da experiência e vivência definido pelos interlocutores. Conforme destacado no título deste trabalho, a beira do rio é elencada pela população como lugar sociologicamente da vivência dos ribeirinhos e pescadores, tendo em vista que o rio associa-se especificamente aos modos de subsistência dessa população que sobrevive da terra e o do rio, a partir da produção pesqueira e das plantações.

Dessa forma, a luta pela terra envolve questões para além dos processos de desterritorialização e reterritorialização, o que implica na categoria lugar com um sentido de memória e afetividade que os acampados atribuem ao lugar do qual foram desterritorializados. Com isso, a luta pela reterritorialização se dá em torno da ocupação de um lugar à beira do rio/lago justamente por caracterizar-se como o lugar que rememoram, o território que foi alagado, com isso, as reivindicações da população ribeirinha ligam-se intrinsecamente a continuarem exercendo seus modos de vida em um território às margens do rio, conforme viviam antes da vinda da barragem.

Diante disso, também destacamos o lugar dos ribeirinhos como forma de resistir pela terra às margens do reservatório. O lugar do pescador é culturalmente relacionado ao rio, a morada na beira do rio onde exercia suas práticas de pesca e vazante. Assim, a reivindicação pela terra ocupada se dá justamente por um território às margens do lago, para que através disso, os moradores possam continuar vivendo da pesca e da produção de alimentos. Com isso, destacam-se as formas com que as hidrelétricas impactam a vida destas populações, o que foi eixo central de discussão deste estudo.

Portanto, constatou-se que, mesmo após oito anos da inauguração da barragem, ainda hoje a usina continua a impactar a vida das populações atingidas, seja através de ameaças de reintegração de posses, de demarcação de áreas de preservação permanente, ou das disputas pelos territórios ocupados.

A partir das narrativas dos acampados, constatou-se que um dos maiores impactos enfrentados pelos moradores é justamente sobre a produção pesqueira que sofreu agressivamente com a construção da barragem, além da queda na produção, na espécie de pescado que atualmente não se encontra mais no lago, assim como os percursos naturais que eram feitos pelos peixes, que são formas de impactar compulsoriamente na matéria-prima dos pescadores, nesse caso o peixe. Ao cair a produção, os moradores da comunidade ribeirinha buscam alternativas de sobrevivência plantando nas roças de toco, já que a demarcação da Área de Preservação Permanente (APP) não permite que continuem exercendo suas práticas de vazante.

A partir disso, evidenciamos narrativas e resistências nas práticas realizadas pelos moradores do Acampamento Coragem, tendo em vista que, desde a instalação da usina, esta população tem se manifestado contra o empreendimento e lutado pelos direitos que foram violados pelos empreendedores. Com base nisso, destacamos a cultura ribeirinha como um modo de resistência, seja pelos direitos, pela ocupação, pelo plantar, produzir, criar e colher que são culturalmente formas de continuar exercendo suas práticas profissionais e culturais.

As discussões presentes nesta pesquisa possibilitaram reflexões sobre o modelo energético brasileiro implantado pelo Estado, que, desde sua implantação, tem desterritorializado e empobrecido as populações tradicionais, as quais, historicamente, ocupam os territórios que são os mais impactados por esses empreendimentos.

O Brasil tem clima diversificado, podendo utilizar dos recursos naturais de maneira renovável, como a produção de energia solar e eólica que causa menores danos ao meio ambiente e não desterritorializa as comunidades tradicionais, o que acabaria sanando com os diversos problemas enfrentados que as usinas hidrelétricas têm causado à sociedade.

A desterritorialização ocasionada pelas barragens tem abarcado um número significativo de atingidos em todo o território brasileiro. A cada nova usina que se instala no país, uma nova população sofre com seus efeitos, um novo território é alagado, assim como a memória do lugar que essas populações carregam consigo. Através desse estudo, entendemos que as indagações e reflexões sobre essa problemática implica, sobretudo, em reflexões no contexto social da própria sociedade que reproduz esses efeitos e que não questiona-se acerca das propostas impulsionadoras do progresso implantadas pelo Estado.

Dessa forma, esta pesquisa, além de contribuir para o debate sobre os grandes empreendimentos e repercussão na vida das comunidades atingidas, promovendo discussões nessa área do conhecimento, pode dar suporte para a população em geral compreender o que tais empreendimentos causam à sociedade, bem como destacar as narrativas dos ribeirinhos que muitas vezes são invisibilizados em seus discursos, ocasionando formas de dominação do próprio Estado e empreendedor sobre as suas formas de resistência.

Nesse sentido, este estudo possibilita uma série de discussões que elencaram-se de formas positivas mas que podem não ter sido sanadas nesta pesquisa, necessitando de estudos futuros sobre essa problemática, a fim de promover diferentes olhares e debates sobre o modelo energético e os efeitos causados às comunidades tradicionais.

Por fim, os efeitos ocasionados na vida dos moradores da Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem são elencados por eles como catastróficos, tendo em vista as formas como a barragem afetou suas práticas culturais de subsistência e sua profissão de pescador, que não é de conhecimento da população em geral.

Por meio deste estudo, torna-se possível ganhar espaço e publicidade, seja através de apresentações, como também do material final deste produto e a socialização desta pesquisa à comunidade possibilitando, assim, o fortalecimento de uma população esclarecida que através de narrativas de resistência na luta pela terra marcaram memórias e histórias de vida neste trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ACSERALD, Henri. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural, 2010.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2005.
- ALMEIDA; Rejane Cleide Medeiros de; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. A nova cartografia social como instrumento de resistência: reflexões sobre a história de vida dos camponeses e camponesas na luta pela terra – MST/ Goiás. **Campo - território: Revista de Geografia Agrária**, v.12, n.27, p. 287-308, 2017.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9-32. Maio. 2004.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Nova cartografia social da Amazônia. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida.(Orgs.) **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social**. Manaus: UEA Edições, 2013.
- ALMEIDA, Graziela Rodrigues de. **Terra indígenas e o licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Estreito: análise etnográfica de um conflito socioambiental**. 2007. 122f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, UnB: Brasília, 2007.
- BELLO, Angela Ales. **Introdução a Fenomenologia**. Belo Horizonte: Spes Editora, 2017.
- BERMANN, Célio. **Energia no Brasil: para quê? Para quem? Crise e alternativa para um país sustentável**. São Paulo: Editora Livraria da física: FASE, 2001.
- BENINCÁ, Dirceu. **Energia & Cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BERTOLIN, Aparecido Osdimir et al. Expectativas da população de Novo Acordo (TO) diante da implantação de um empreendimento hidrelétrico. In: NAVAL, Liliana Pena. **Grandes barragens: diferentes enfoques**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2011.
- BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. (Org.) **Pesquisa qualitativa segundo uma visão fenomenológica**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRANCO, Samuel Murgel. **Energia e meio ambiente**. São Paulo: Moderna, 2004.
- BRAGA, Iara; SILVA, Vicente. Efeitos sociais e espaciais de grandes projetos: entre territórios de vida e relações de poder. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 38, p. 100-107, 2011.
- BRASIL. **Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação & Áreas de Risco: o que uma coisa tem a ver com a outras?** Brasília: MMA, 2011.

BRITO, Katiane Santana. “**Não existe babaçu livre em terra presa**”: estratégia, autonomia e resistência nos babaçuais. 2019. 159f. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia) – Universidade Estadual do Maranhão, UEMA: São Luís, 2019.

CNEC. **Estudos de Viabilidade da UHE Estreito**: Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, 2001.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS - CMB. **Barragens e Desenvolvimento**: um novo modelo para tomada de decisões. Um sumário. O Relatório da Comissão Mundial de Barragens. Novembro de 2000.

Disponível em: [http://www.dams.org/docs/overview/cmb\\_sumario.pdf](http://www.dams.org/docs/overview/cmb_sumario.pdf). Acesso em: 22 jan. 2019.

CAPALBO, Creusa. **Fenomenologia e Ciências Humanas**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2008.

CARVALHO, Graziane de Araújo Pitombeira. **Da Ilha de São José ao Reassentamento Coletivo Baixão**: alterações nos modos de vida após a implantação da UHE/Estreito (MA), em 2012. 2018. 175f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, UFT: Araguaína, 2018.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec: Nupaub – USP/CEC, 2008.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**: construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2007.

FAZENDA, Ivani. Inderdisciplinaridade – Transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas. In: FAZENDA, Ivani (Org). **O que é interdisciplinaridade?**. São Paulo: Cortez, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Acampamento. In: CALDART, Roseli Salette (Orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1971.

FREITAS, Gabriella Rocha de et. al. Pós-Desenvolvimento: a desconstrução do desenvolvimento. In: NIEDERLE, Paulo André; RADOWSKY, Guilherme Francisco W. (Orgs.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados terra e água**: o conflito de Itaipu. Salvador: EDUFBA: ULBRA, 2003.

GOHN, Maria Glória. Movimentos Sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação** v. 16, n. 47: 333-361, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós – modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmeiras-do-tocantins/panorama> Acesso em: 31 jul. 2019.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LISTEMANI, Mariane Gonçalves. **Atributos do solo em uma cronosequência do sistema roça de toco**. 2017. 77f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC: Florianópolis, 2017.

MAB NACIONAL, Movimento dos Atingidos por Barragens. **As populações atingidas por barragens e as violações aos direitos humanos**, São Paulo, SP. 2015.

MACHADO, Laylson Mota. **O Acampamento Coragem: impactos, conflitos e percepções em torno da Usina Hidrelétrica de Estreito – MA**. 2017. 82 f. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Tocantins, UFT: Tocantinópolis, TO, 2017.

MARKONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, Gleno Pereira ; BRITO, Eliseu Pereira de . A importância dos babaçuais na baixa bacia hidrográfica do Rio Mosquito em Palmeiras do Tocantins. **Interface** (Porto Nacional), v. 07, p. 01-10, 2014.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução: o assunto, o método e o objeto desta investigação. In: MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo: Ática, 1986.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MENESTRINO, Eunice; PARENTE, Temis Gomes. O estudo das territorialidades dos povos tradicionais impactados pelos empreendimentos hidrelétricos no Tocantins. **Brazilian Geographical Journal**, Uberlândia, v.2, n.1, p. 1-19, 2011.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciências, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MYNAIO, Maria Cecília de Souza (Org.) et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NIERDELE, Paulo Andre; WESZ JUNIOR, Valdemar João. **As novas ordens alimentares.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

NOBREGA, Renata da Silva. Os atingidos por barragens: refugiados de uma guerra desconhecida. In: Rev. **Inter. Mob. Hum.**, Brasília, DF. Ano 19, n. 36, p. 125-143, jan./jun. 2011.

PEREIRA, Jaciene. **O atual modelo energético e a gestão ambiental no Brasil: uma análise a partir do caso da UHE-Estreito e os impactos socioespaciais em Carolina - MA.** 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) - Universidade Estadual do Maranhão: UEMA, São Luís, MA, 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POMBO Olga. Práticas Interdisciplinares. **Sociologias**, Rio Grande do Sul:Porto Alegre, Ano 08, nº 15, jan/jun 2006, p. 208-249.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Judite de. **Usina Hidrelétrica de Estreito e desterritorialização: impactos sobre a saúde e resistência das famílias atingidas.** 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz: FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ, 2016.

SADALA, Maria Lúcia Araújo. **Cuidar de pacientes com Aids: o olhar fenomenológico.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SADALA, Maria Lúcia Araújo. A fenomenologia como método para investigar a experiência vivida: uma perspectiva do pensamento de Husserl e de Merleau-Ponty. In: **Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos**, 2., 2004, Bauru. Anais. Bauru: Universidade do Sagrado Coração de Jesus e Sociedade de Estudos e Pesquisa Qualitativa, 2004. Disponível em: <http://www.sepq.org.br> Acesso em: 25 jan. 2019.

SANTIAGO, Carlos Leen. **O Estreito Desenvolvimento: história dos conflitos socioambientais da barragem.** Imperatriz, MA: Ética, 2014.

SANTOS, André Luiz Pereira. **O Potencial Hidráulico e seu Aproveitamento nas Usinas Hidrelétricas.** 2015. 41 f. Monografia (Licenciatura Plena em Física)- Universidade Federal do Pará: UFPA, Belém, PA, 2015.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SIEBEN, Airton; CLEPS JUNIOR, João. Entrevista: instrumento de pesquisa no estudo de caso da Comunidade de Palmatuba (Babaçulândia/TO). In: MARAFON, José Glaucio et al. (Org.). **Pesquisa Qualitativa em Geografia: reflexões teórico conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 241-256.

SIEBEN, Airton. **Estado e Política Energética: a desterritorialização da comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito**. 2012. 203 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia: UFU, Uberlândia, MG, 2012.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (Org.). **Vidas Alagadas: conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens**. Viçosa, MG: UFV, 2008, p.39-63.

VAINER, Carlos Bernardo; ARAUJO, Frederico Guilherme B. de. **Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional**. Rio de Janeiro, RJ: CEDI 1992.

TOCANTINS. Secretaria de Planejamento e Orçamento. **Perfil Socioeconômico dos Municípios**. Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. Palmas: SEPLAN, 2017.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: UBU Editora, 2017.

WHITAKER, Dulce C. A. et, al. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? In: WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Wenceslau/SP: Letras à Margem, 2002.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ZEN, Eduardo Luiz. **Movimentos sociais a questão de classe: um olhar sobre o movimento dos atingidos por barragens**. 2007. 211 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília: UnB, Brasília, DF, 2007.

## ANEXO I – Aprovação do Projeto de Pesquisa (CEP/UFT)

HOSPITAL DE DOENÇAS  
TROPICAIS DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE TOCANTINS



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A formação do Acampamento Coragem e os impactos socioespaciais da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA)

**Pesquisador:** LAYLSON MOTA MACHADO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 07045118.0.0000.8102

**Instituição Proponente:** Fundação Universidade Federal do Tocantins - Campus de Araguaína

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.225.244

#### Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa foi submetido por Laylson Mota Machado, acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Tocantins do Campus de Araguaína, sob orientação do Prof. Airton Sieben.

Trata-se de uma pesquisa na área de Ciências Humanas, onde se pretende avaliar a percepção da população atingida pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE), no estado do Maranhão, os impactos e conflitos socioespaciais ocasionados com a instalação da barragem e todo o processo de desterritorialização e reterritorialização sofrido pela comunidade ribeirinha. Após a formação do reservatório da referida hidrelétrica as famílias, que viviam na região, passaram a ocupar as terras pertencentes ao Consórcio Estreito Energia (CESTE) que estão próximas ao lago da UHE, localizadas no município de Palmeiras (TO); esta área ocupada foi denominada Acampamento Coragem, onde atualmente vivem 40 famílias que estão associadas à colônia de pescadores na cidade de Estreito (MA).

Para a obtenção dos resultados os pesquisadores irão realizar entrevistar a 10 famílias, cuja profissão está relacionada com pesca e agricultura e que foram atingidas pela desocupação da área para a formação do lago da Hidrelétrica, além de colher dados a partir das observações quanto ao dia- a- dia do acampado. As técnicas de pesquisa utilizadas serão a história oral, o

HOSPITAL DE DOENÇAS  
TROPICAIS DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE TOCANTINS



Continuação do Parecer: 3.225.244

roteiro de entrevista, as observações dos participantes e cadernos de campo para apoio na coleta dos dados e aprofundamento das análises. Todas as entrevistas serão gravadas em áudio, caso ocorra constrangimento as respostas serão escritas.

Os resultados obtidos serão utilizados na descrição histórica da formação do Acampamento Coragem e para o entendimento do processo de desterritorialização de seu antigo território, assim como os impactos sofridos em relação a UHE de Estreito na vida desta população.

No projeto apresenta a seguinte hipótese: Quais as percepções dos moradores do Acampamento Coragem em relação aos impactos socioespaciais dos empreendimentos da UHE de Estreito sobre a sua comunidade?

**Objetivo da Pesquisa:**

O projeto possui como objetivo principal analisar os impactos socioespaciais e os conflitos na comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, localizado no entorno da Usina Hidrelétrica de Estreito no estado do Maranhão.

Os objetivos específicos apresentados foram: Identificar quais os problemas sociais vivenciados pelas famílias atingidas durante a implantação da usina e após a sua construção;

Investigar as formas de organização social e política das famílias que vivem no acampamento

Analisar a percepção dos moradores do Acampamento Coragem em relação aos processos de desterritorialização e reterritorialização da barragem de Estreito.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

A proposta de pesquisa não apresenta riscos físicos, entretanto menciona que o áudio das entrevistas gravadas podem gerar desconforto e constrangimento, pois seus relatos correspondem a suas histórias de vida de um grupo de atingidos. No projeto são citadas algumas medidas para evitar os riscos, garantindo transparência do trabalho de pesquisa, a garantia do anonimato dos entrevistados assegurando que relatos e imagens não serão utilizados em detrimento dos participantes da pesquisa, bem como que em caso de "infringir a integridade moral e física dos entrevistados a pesquisa virá a ser anulada".

O pesquisador justifica no projeto que o produto final da referida pesquisa irá proporcionar a divulgação das histórias de vida dos atingidos pela construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Estreito e favorecer a debates críticos sobre os impactos na sociedade, sobretudo nas

HOSPITAL DE DOENÇAS  
TROPICAIS DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE TOCANTINS



Continuação do Parecer: 3.225.244

atividades culturais e econômicas, e as mudanças socioespaciais

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O pesquisador realizou as correções e adequações sugeridas pelo comitê de ética, atendendo a resolução 466/2012; o projeto está mais claro e objetivo quanto a sua apresentação, metodologia, riscos e benefícios da pesquisa.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O pesquisador apresentou todos os termos obrigatórios e realizou as adequações sugeridas pelo comitê de ética.

**Recomendações:**

Não há recomendações.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Todas as pendências foram resolvidas e as sugestões aceitas pelo pesquisador.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1270998.pdf	11/03/2019 03:28:54		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento.docx	11/03/2019 03:28:56	LAYLSON MOTA MACHADO	Aceito
Outros	Formulario_resp_pend_parecer3168509.docx	11/03/2019 03:25:32	LAYLSON MOTA MACHADO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_mestrado_Laylson.docx	11/03/2019 00:16:24	LAYLSON MOTA MACHADO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_do_orientador.pdf	28/12/2018 14:12:36	LAYLSON MOTA MACHADO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_de_fase_inicial.pdf	28/12/2018 14:12:16	LAYLSON MOTA MACHADO	Aceito
Folha de Rosto	Laylson_folha_de_rosto.pdf	28/12/2018 13:44:01	LAYLSON MOTA MACHADO	Aceito

**Situação do Parecer:**

**Situação do Parecer:**

**Endereço:** Av. José de Brito Soares, nº 1015  
**Bairro:** Setor Anhanguera **CEP:** 77.818-530  
**UF:** TO **Município:** ARAGUAINA  
**Telefone:** (63)3411-6001 **E-mail:** gep.hdt@ebserh.gov.br

Página 03 de 04

HOSPITAL DE DOENÇAS  
TROPICAIS DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE TOCANTINS



Continuação do Parecer: 3.225.244

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

ARAGUAINA, 27 de Março de 2019

---

**Assinado por:**  
**DIOGENES DE SOUSA NETO**  
**(Coordenador(a))**

## APÊNDICE I – Roteiro de Entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO AOS MORADORES DO  
ACAMPAMENTO CORAGEM

**Nome do Entrevistado:** \_\_\_\_\_

**LOCAL/ END:** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019

I – IDENTIFICAÇÃO E HISTÓRIA DOS MORADORES

Iniciais do entrevistado: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_

Você se considera:

( ) Branco (a) ( ) Negro (a) (Amarelo (a) ( ) Indígena ( ) Pardo ( ) Não declarado

Estado civil:

( ) Solteiro (a) ( ) Casado (a) ( ) Viúvo (a) ( ) Divorciado (a) ( ) União estável

01- Qual a sua escolaridade?

( ) Ensino fundamental incompleto ( ) Ensino Fundamental completo

( ) Ensino Médio incompleto ( ) Ensino Médio completo

( ) Ensino superior incompleto ( ) Ensino superior completo

02- Qual sua profissão?

---

03- Tem filhos? Quantos?

---

04- Renda familiar:

( ) Entre R\$ 950,00 à R\$1.500,00

( ) Entre R\$ 1.500,00 à R\$ 3.000,00

( ) Entre R\$ 3.000,00 à R\$ 5.000,00

05- Quem em sua casa trabalha para garantir a renda da família?

---

06- De que forma garantem a renda da família?

---

07- Qual a extensão em área da terra você possui hoje?

---

---

08- Qual o tamanho de terra você tinha antes da construção da hidrelétrica?

---

---

09- Como era a terra que você possuía antes de ser desapropriado (a) ?

---

---

10- Na terra onde você acampava tinha energia elétrica?

---

---

11- Como é a terra que você mora hoje?

---

---

## II- MEMÓRIA DO LUGAR

12- Antes de vir para o Acampamento Coragem onde acampava?

---

---

13- Quando ficaram sabendo do local e a partir de que época você passou a ocupar este lugar?

---

---

14- Antes da barragem como realizava suas atividades profissionais?

---

---

15- Como se organizavam para ocupar seu espaço neste acampamento?

---

---

16- Quais as lembranças que você tem deste lugar?

---

---

17- Quando e como soube da implantação da UHE de Estreito?

---

---

18- Você lembra a data de saída do antigo território?

---

---

19- Como ocorreu o processo de desapropriação da antiga terra em que você acampava?

---

---

III- IMPACTOS DA UHE ESTREITO, PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO E PERSPECTIVAS DOS ATINGIDOS

20- Com a vinda da barragem quais os tipos de negociações foram promovidas pelo CESTE?

---

---

21- Quais as benfeitorias e os malefícios você acha que foram feitas pelo CESTE?

---

---

22- Você recebeu algum tipo de indenização ?

---

---

23- De que forma o CESTE informou sobre a retirada dos pescadores do acampamento?

---

---

24- O que a barragem representa pra sua vida?

---

---

25- Após a retirada do local você foi pra onde?

---

---

26- Após a retirada do território, como você realizou suas atividades profissionais?

---

---

27- Quais as maiores dificuldades você enfrentou após a construção da barragem?

---

---

28- Você acompanhou o processo de implantação da Usina de Estreito e participou de alguma manifestação contra a sua construção?

---

---

IV- IMPACTOS SOCIOESPACIAIS NO ACAMPAMENTO CORAGEM

29- Como surgiu o Acampamento Coragem e há quanto tempo você mora nele?

---

---

30- Qual a participação do MAB na ocupação do Acampamento?

---

---

---

31- Por que você decidiu fazer parte da ocupação do Acampamento?

---

---

---

32- O que você pretende realizar dentro do Acampamento?

---

---

---

33- A sua renda em comparação ao antigo acampamento melhorou ou piorou? Por quê?

---

---

---

34- Quais os maiores impactos você tem sofrido com a instalação da UHE de Estreito?

---

---

---

35- A organização do Acampamento ocorre da forma que você espera? O que você buscaria melhorar?

---

---

---

36- Quais as maiores dificuldades encontradas em morar no Acampamento?

---

---

---

37- O que a terra e o rio significam para você? Qual valor você lhes atribui?

---

---

---

38- Diante dos embates enfrentados contra o CESTE na luta pelo Acampamento, quais as suas expectativas?

---

---

---

39- Qual a sua relação com a antiga terra em que vivia e a sua relação com o acampamento onde mora hoje?

---

---

---

40- O que o Acampamento representa pra você hoje?

---

---

## APÊNDICE II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa **A Formação do Acampamento Coragem e os impactos socioespaciais da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA)**. Esta pesquisa será realizada pelo pesquisador **Laylson Mota Machado** do Curso do Programa de Pós- Graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Tocantins do Campus de Araguaína, sob orientação do (a) Prof.(a) **Airton Sieben**. Nesta pesquisa, pretendemos analisar os impactos socioespaciais e os conflitos ocasionados pela Usina Hidrelétrica de Estreito na comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem. Buscando identificar os problemas sociais e políticos enfrentados pelas famílias moradoras do acampamento durante a instalação da usina e após sua construção. Como também, investigar as formas de organização social e política das famílias que moram no acampamento, assim como, identificar a percepção dos atingidos em relação aos processos de desterritorialização e reterritorialização da barragem de Estreito.

O motivo que nos leva a estudar sobre esta temática se dá pelo fato da crescente construção de usinas que tem se instalado em todo o país, e em decorrência disso o número de pessoas que são remanejadas de suas terras, nesse sentido, a presente pesquisa irá destacar os impactos sofridos pelas comunidades tradicionais atingidas pelas barragens, especificamente os moradores do Acampamento Coragem que são atingidos pela UHE de Estreito. Diante disso, é relevante a promoção de conhecimento e pesquisas nesta área, para que possamos compreender e promover o debate acerca do que estes megaempreendimentos tem ocasionado a estes povos como para a sociedade em geral. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: Pesquisa fenomenológica, com uso da história oral e de roteiro de entrevistas.

A sua participação será voluntária e consistirá em relatos orais colhidos através de entrevistas, em que irá contribuir para a exposição de informações sobre a realidade dos atingidos pela Usina de Estreito, desde sua construção até os dias de hoje. Contribuindo para a promoção do debate acerca desta temática, para melhor compreensão de todos aqueles que sequer conhecem o que de fato uma barragem pode causar. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em receio por sua parte com relação à gravação de áudio, que por timidez ou pelo envolvimento que o relato de sua vivência pode a vir lhe causar desconforto em saber que está sendo gravado. Como também, desconfiança acerca de quem terá acesso as gravações, dado o fato que os atingidos sofrem constantes ameaças dos empreendedores para se retirarem da terra que hoje ocupam. Entretanto, os benefícios serão maiores, pois a formação histórica do

Acampamento Coragem não será esquecida e a mesma irá contribuir para as demais lutas dos atingidos por barragens pela busca de seus direitos. A pesquisa contribuirá para o desenvolvimento acerca de como os povos atingidos estão vivendo hoje, e como a barragem mesmo após sua construção continua impactando na vida de pescadores e ribeirinhos, através da sua história de vida e sua participação como agente da pesquisa é que promoveremos o debate acerca dos estudos relacionados a esta área de pesquisa.

Esse estudo não apresentará nenhum risco físico a sua saúde, ou seja, o mesmo tem como base colher relatos sobre sua vivência e observar o seu cotidiano. Qualquer dúvida em relação à realização desta pesquisa será esclarecido pelo próprio pesquisador. A sua identificação e imagem serão preservadas, as imagens utilizadas neste estudo estarão unicamente relacionadas ao território estudado, ou seja, não serão utilizadas fotos para o detrimento de sua imagem. A sua identidade será preservada através de códigos ou siglas criados pelo autor, todas as informações obtidas serão tratadas academicamente, respeitando seu/sua segurança e integridade. Portanto, autorizo o pesquisador a fazer uso das imagens do local pesquisado e realizar gravação em áudios da entrevista concedida por mim, para elaboração da presente pesquisa.

Para participar deste estudo o (a) Sr.(a) não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização, conforme a **Resolução Nº 466 de 12 de dezembro de 2012**. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar e a qualquer tempo e sem quaisquer prejuízos. A sua participação é voluntária, e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados obtidos pela pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou qualquer dado, material ou registro que indique sua participação no estudo não será liberado sem a sua permissão. O (A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções Nº 466/12; 441/11 e a Portaria 2.201 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

**DECLARAÇÃO DO (A) PARTICIPANTE**

## (MORADORES (AS) DO ACAMPAMENTO CORAGEM)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do documento de Identidade \_\_\_\_\_ fui informado (a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa **A Formação do Acampamento Coragem e os impactos socioespaciais da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA)** de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. O pesquisador e o professor orientador **Airton Sieben** certificam-me de que todos os dados dessa pesquisa serão confidenciais.

Em caso de dúvidas poderei chamar o Pesquisador: **Laylson Mota Machado**, o professor orientador **Airton Sieben** nos telefones (99) 9166-07 14 e (63) 9272-2900. Declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido assinado por mim e pelo pesquisador, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Nome do Participante:

Data:

---

**ASSINATURA DO PARTICIPANTE**

---

**ASSINATURA DO PESQUISADOR**

---

**ASSINATURA DO ORIENTADOR**

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

**Nome do Pesquisador Responsável: Laylson Mota Machado**

Endereço: Rua dos Mecânicos Qd06 Lt 07

Bairro: Vila Bragantina

CEP:77809300

Telefone Fixo: (63)

Cidade: Araguaína-TO

Telefone Celular: (99)9166-

0714

E-mail: [laylson-mm@hotmail.com](mailto:laylson-mm@hotmail.com)

**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Hospital de Doenças Tropicais - UFT

Rua José de Brito, nº 1015 - Setor Anhanguera

CEP 77.818-530

Araguaína-TO

Tel.: (63) 3411-6001

E-mail: [cep.hdt@ebserh.gov.br](mailto:cep.hdt@ebserh.gov.br)